

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES
RURAIS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL – RJ: UM
INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO CAMPUS PINHEIRAL DO INSTITUTO
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

JULIA OLIVEIRA BARROS SANTORO

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO
MUNICÍPIO DE PINHEIRAL – RJ: UM INSTRUMENTO PARA A
FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO CAMPUS
PINHEIRAL DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

JULIA OLIVEIRA BARROS SANTORO

Sob a Orientação da Professora Doutora
Luciana Helena Maia Porte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2012**

630.7

Santoro, Julia Oliveira Barros, 1973-

S237d

T

Diagnóstico das agroindústrias familiares rurais do município de Pinheiral - RJ: um instrumento para a formação do técnico em agropecuária do Campus Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro / Julia Oliveira Barros Santoro - 2012.

154 f. : il.

Orientador: Luciana Helena Maia Porte.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 122-134.

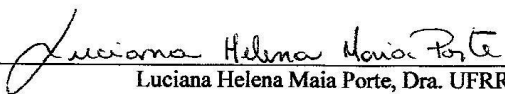
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Ensino técnico - Teses. 3. Agroindústria - Teses. 4. Agricultura familiar - Teses. 5. Extensão rural - Teses. I. Porte, Luciana Helena Maia, 1975-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

JÚLIA OLIVEIRA BARROS SANTORO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/08/2012.


Luciana Helena Maia Porte, Dra. UFRRJ


Marisa Helena Cardoso, Dra. UNIRIO


Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Luciano Santoro Neto, esse “serzinho” que chegou ao mundo há três anos e transformou a minha vida, me ensinando a ser uma pessoa mais calma e tranqüila e que sofreu, muito, a minha ausência nas diversas Semanas de Formação e de Estágios exigidas pelo PPGEA assim como nas intermináveis horas dedicadas a elaboração da Dissertação.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não teria sido realizada sem as muitas contribuições recebidas antes e durante a execução do projeto. Preciso neste momento referenciar os “co-autores” desta dissertação, responsáveis ora por um incentivo, ora por um auxílio, ora por uma discussão, ora por um abraço. E é por estas contribuições que, com muito carinho, agradeço:

A Deus por me dar forças e permitir a conclusão de mais uma importante etapa na minha trajetória acadêmica.

Aos alunos da turma 311/2011 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, sem os quais a realização deste trabalho não seria possível.

A Ana Paula, oradora da Turma 311/2011, por ter, em seu discurso, na Colação de Grau feito referência ao desenvolvimento deste projeto proferindo a seguinte frase: “O nosso muito obrigado a Professora Julia Santoro, pois com ela aprendemos o que é ser verdadeiramente Técnicos em Agropecuária”.

Aos produtores rurais do município de Pinheiral, que abriram as portas das suas residências e com satisfação aceitaram participar das entrevistas.

Aos meus bolsistas do PIBIC Jr do IFRJ Anelize, Angélica, Hugo e Lara.

Aos alunos Bruno, João Gabriel e Raira pela participação voluntária na pesquisa.

A Luciana Helena Maia Porte, minha orientadora, pela sua competência, presteza, apoio e paciência.

Aos Professores do CANP/IFRJ Carlos Eduardo, Fábio, Jeferson e Marília pelo apoio na concepção do projeto de pesquisa que originou esta dissertação.

A Professora Giselle que prontamente me substituiu durante a realização das atividades do mestrado.

Ao professor Roberto pelo socorro imediato sempre que solicitado.

Aos colegas do CANP/IFRJ Carlos André, Thiago Bernine, Marlon, Sandro, Greici, Juliana, Sr. Orlando e João Barbosa. Vocês foram muito importantes em determinados momentos.

Aos demais colegas do CANP/IFRJ que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A Silvia, uma irmã que escolhi, por ter acompanhado de perto a minha participação em todas as Semanas de Formação na Sede do PPGEA.

A Laura pelo carinho e atenção no cuidado conosco. Eu e o Lucianinho somos eternamente gratos a você!

Aos amigos Marcos Pena, Vivían, Julieta, Simone, Thalita, Virgínia, Allana, Clarinha, Aline, Nancy, Alessandra, Arimathéa, Luciano, Ailton, Marcos Reges e Alejandro pela amizade, carinho, atenção, ajuda, compreensão e cuidado.

Aos demais amigos que sentiram a minha ausência durante as muitas semanas em que estive mergulhada na elaboração da dissertação.

Aos colegas de Mestrado da turma 2010-2, pela convivência harmoniosa e troca de experiências – ufa... quanta experiência!

Aos amigos da Área do Ensino da Agroindústria Denise, João, Lara, Marcelo e Ricardo pelo carinho, paciência e cumplicidade nas Semanas de Formação do Módulo II.

A todos os Professores que compartilharam conosco seus conhecimentos e nos conduziram nesta caminhada.

A Professora Sandra Gregório, Coordenadora da Área de Ensino de Agroindústria pela sua dedicação e compreensão.

Aos Coordenadores e idealizadores do PPGEA prof. Gabriel de Araújo Santos e Sandra Barros Sanches.

Aos Funcionários do PPGEA pela atenção e dedicação aos mestrandos.

Aos meus pais, Domeneu e Maria pelo carinho, cuidado, dedicação e orientação para que eu me transformasse nesta mulher forte e determinada que sou hoje.

Aos meus irmãos Romildo, Suely, Derli, Marli, Marlene e Rogério pela admiração, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus sobrinhos Thalita, Thayssa, Rafael, Larissa, Thaís e Gabriel, por alegrar as nossas vidas.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

BIOGRAFIA

Julia Oliveira Barros Santoro, filha de Domeneu Figueira de Barros e Maria de Oliveira Barros, nasceu em Vitória – ES, aos 15 dias do mês de novembro de 1973. Obteve a escolaridade básica no Colégio Americano Batista de Vitória, concluindo o ensino médio em 1991, diplomando-se Técnica em Química. Graduiu-se em Economia Doméstica (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ em novembro de 2003. Ingressou no Curso de Especialização em Administração de Serviços de Alimentação (*lato sensu*) do Departamento de Economia Doméstica da UFRRJ no ano de 2004, concluindo o mesmo em 2006. Em maio de 2004 passou a integrar até a presente data o quadro de docentes do então Colégio Agrícola Nilo Peçanha, vinculado a Universidade Federal Fluminense e atualmente denominado Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Em setembro de 2010 ingressou no Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola do Departamento de Agronomia da UFRRJ, concluindo em agosto de 2012, com a defesa da dissertação.

“Desde e para sempre uma aprendiz
de vida, de gente, de situações...
Com uma utopia que não é pequena,
mas que seria muito simples
se partilhada por todos:
a de uma sociedade justa e fraterna,
onde SER fosse sempre maior do que TER,
onde Universo, natureza e
Ser humano fossem um só,
indivisíveis porque plenos.
E onde AMAR fosse o verbo presente,
recitado, declinado, vivenciado
por cada um e por todos
nessa imensa possibilidade que temos de
Estar no mundo e sermos LUZ”.

Ana Maria Dantas Soares

RESUMO

SANTORO, Julia Oliveira Barros. **Diagnóstico das agroindústrias familiares rurais do município de Pinheiral – RJ: um instrumento para a formação do técnico em agropecuária do Campus Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro**. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

O Ensino Agrícola deve permitir ao estudante desenvolver sua capacidade de construção de conhecimento a partir da prática interativa com a realidade do seu meio, possibilitando, assim, a efetiva aplicação dos conhecimentos teóricos na prática. Dessa forma, esta pesquisa teve como principal objetivo conduzir os estudantes a campo para realizar o diagnóstico das agroindústrias familiares rurais locais e, utilizá-lo como um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. A pesquisa foi realizada no Campus Nilo Peçanha - Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro – CANP/IFRJ com 25 estudantes da terceira série do curso Técnico em Agropecuária da turma 311/2011 e, também, na área rural do município de Pinheiral - RJ com 34 produtores rurais. Nesse âmbito, o desenvolvimento do trabalho de campo possibilitou ao corpo discente contato com a realidade dos produtores rurais, o conhecimento da produção agropecuária e dos produtos processados no município, além de despertar nos estudantes o senso crítico do afastamento do CANP/IFRJ com a comunidade rural e das muitas possibilidades de inserção que a instituição pode ter, junto aos produtores rurais, por meio da promoção de atividades de extensão rural e assistência técnica com a efetiva participação dos estudantes, o que na opinião deles promove o diálogo entre teoria e prática, que é de fundamental importância para a sua formação profissional. Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa junto aos estudantes foram a aplicação de questionários, elaborados com base em roteiros estruturados com perguntas abertas e fechadas no início e no final do ano letivo de 2011 e, também, a realização da dinâmica do grupo focal, para conhecer as percepções, os sentimentos, as atitudes e as ideias dos estudantes após o trabalho de campo proposto. Em relação à participação dos produtores rurais na pesquisa, eles foram entrevistados pelos estudantes que utilizaram um roteiro estruturado contendo perguntas abertas e fechadas e, na oportunidade da entrevista, também tiveram suas propriedades visitadas. Além disso, os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, utilizando as propriedades rurais do município como unidades de experimentação participativa. Comprovou-se, então, que, por meio dessas atividades os estudantes puderam vivenciar e conhecer as reais dificuldades dos produtores rurais do município e como aplicar, de fato, na prática seus conhecimentos teóricos, deixando-os melhor preparados para o mundo do trabalho. Em suma, a realização dessas atividades possibilitou a aproximação do CANP/IFRJ aos produtores rurais do município que, juntos, podem traçar estratégias e buscar alternativas para o desenvolvimento do arranjo produtivo local.

Palavras-chave: Ensino Técnico, Agroindústria Familiar, Extensão Rural.

ABSTRACT

SANTORO, Julia Oliveira Barros. **Diagnosis of rural family's agribusiness in the city of Pinheiral - RJ: a graduation instrument of technical in agriculture in Campus Pinheiral Federal Institute of Rio de Janeiro**. 2012. 154p. Dissertation (Master's degree in Agricultural Education). Institute of Agriculture, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

The agricultural education should allow students to develop their ability to knowledge from interactive practice according to the reality of environment, thus enabling the effective application of theoretical knowledge in practice. Thus, this research aimed to lead students into the field to diagnose the locals rural family's agribusiness, and use it as an instrument for the graduation of the Farming Technician CANP / IFRJ. The research was conducted at the Nile Peçanha Campus - Pinheiral Federal Institute of Rio de Janeiro - CANP / IFRJ with 25 students attending third-grade Farming Technician, class 311/2011 and also at a country-side of Pinheiral - RJ with 34 farmers. In this context, the development in the field work made the students have contact with the reality of farmers, the knowledge of agricultural and processed products in the city, also to evidence the absence of CANP/IFRJ with the rural community and the many possibilities the institution might have along the rural producers, through the promotion of rural extension activities and technical assistance with the effective participation of the students, which in their opinion will make theory work with the practice, it is extremely important for your professional graduation. The method adopted to develop the research with the students were the application of questionnaires, prepared based on scripts using open and close questions, within the beginning of 2011 school year, and also, conducting focus group dynamics to recognize the perceptions, feelings, attitudes and students ideas after working at a proposed field. According to participation of rural producers in the research, they were interviewed by the students followed the scripts containing open and close questions, and also they had their properties visited. The research results showed the necessity on stimulating development interdisciplinary activities, using the rural properties participatory trial. it was shown the that, through these activities the students could experience and how to apply, and practice theoretical knowledge, getting ready for the work field. In short, the realization of activities provide the approximation of CANP/IFRJ to locals rural producers, and together they can strategize and seek for alternatives for the development local productive arrangement.

Keywords: Technical Education, Family Agribusiness, Rural Extension.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização da amostra dos discentes estudados.	36
Tabela 2. Outros motivos para a escolha do Curso Técnico em Agropecuária.	42
Tabela 3. Concepções dos estudantes sobre as AFRs.	44
Tabela 4. Concepções dos estudantes sobre as exigências legais na implantação de Agroindústrias.	48
Tabela 5. Produtores que comercializam a produção e local em que é realizada.	58
Tabela 6. Como se deu o contato dos produtores com o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ.	77
Tabela 7. Cursos de processamento de alimentos citados pelos produtores.	79
Tabela 8. Como o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ poderia ajudar os produtores na opinião dos estudantes.	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Mapa com a localização dos <i>Campi</i> do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.	6
Quadro 2. Mapa da Mesorregião do Médio Vale do Paraíba.....	7
Quadro 3. Subfunções, Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas da Função Produção Agroindustrial.	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Religião dos estudantes amostrados.....	37
Figura 2. Rede de Ensino em que os estudantes cursaram o Ensino Fundamental.	38
Figura 3. Composição familiar dos estudantes amostrados.	39
Figura 4. Cidades de origem dos estudantes amostrados.....	40
Figura 5. Distância entre Pinheiral e as cidades de origem dos estudantes.	40
Figura 6. Nível de escolaridade dos pais dos estudantes amostrados.....	41
Figura 7. Motivos da opção pelo Curso Técnico em Agropecuária.	42
Figura 8. Atividades realizadas pelos estudantes junto à comunidade rural local.	43
Figura 9. Percentual de alunos que visitaram ou desejam visitar agroindústrias.	48
Figura 10. Estudantes realizando o diagnóstico nas propriedades rurais.....	51
Figura11. Produtores filiados a Associação dos Produtores Rurais local.	52
Figura 12. Características físicas das propriedades nº 31 e nº 23 respectivamente.....	53
Figura 13. Área das propriedades rurais do município de Pinheiral - RJ visitadas.	54
Figura14. Situação das propriedades visitadas.	55
Figura15. Produtos agropecuários produzidos nas propriedades visitadas.	56
Figura 16. Criação de Coelhos, gado de leite e suínos das propriedades nº 30, nº 20 e nº 19 respectivamente.	56
Figura 17. Produção de caqui, uva e pêra das propriedades nº 33, nº 24 e nº 27 respectivamente.	57
Figura 18. Produção de cenoura, alface e abóbora das propriedades nº 01, nº 05 e nº 16 respectivamente.	57
Figura 19. Percentual de produtores que beneficiavam e/ou processavam sua produção.	61
Figura 20. Produtos beneficiados e/ou processados nas propriedades visitadas.	61
Figura 21. Como os produtores aprenderam a processar alimentos.	65
Figura 22. Cozinhas das propriedades nº 05, nº 03 e nº 04 respectivamente.	66

Figura 23. Vista frontal e lateral do local de processamento de alimentos da propriedade nº 01.....	68
Figura 24. Local de processamento de alimentos da propriedade nº 01.	69
Figura 25. Local de fabricação de queijo da propriedade nº 31.	71
Figura 26. Local de armazenamento dos queijos fabricados na propriedade nº 31.....	72
Figura 27. Local de fabricação do doce de goiaba da propriedade nº 31.....	73
Figura 28. Utensílios de madeira, local em que são guardados e objetos em desuso.....	73
Figura 29. Presença de animais e batedura do doce com a panela no chão.	74
Figura 30. Manipuladora fabricando doce de goiaba com e sem a utilização de touca.....	74
Figura 31. Enformagem do doce de goiaba.....	75
Figura 32. Propriedades visitadas que possuíam assistência técnica.	76
Figura 33. Opinião dos produtores em como o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ poderia ajudá-los.	78
Figura 34. Realização do Grupo Focal 1, 2 e 3 respectivamente.	82
Figura 35. Afinidade do estudante com as áreas do curso.	82
Figura 36. Interesse dos estudantes em desenvolver atividades junto aos produtores.	89
Figura 37. Estudantes preparados para atuar em atividades de extensão na área de Agroindústria.	91
Figura 38. Avaliação dos estudantes sobre a produção agropecuária do município.	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
CANP	Campus Nilo Peçanha - Pinheiral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Km	Quilômetro
UFF	Universidade Federal Fluminense
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
MEC	Ministério da Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEP	Unidade Educativa de Produção
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
ATABRASIL	Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
PIB	Produto Interno Bruto
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
AFR	Agroindústria Familiar Rural
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
IF	Institutos Federais
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
CEACANP	Cooperativa Escola dos Alunos do Campus Nilo Peçanha
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

CPOrg/RJ	Comissão da Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro
BPF	Boas Práticas de Fabricação
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
PMP	Prefeitura Municipal de Pinheiral
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SIM	Selo de Inspeção Municipal
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SEAPPA	Superintendência de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARPP	Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte
DEPI	Direção de Extensão, Pesquisa e Inovação
PIBICT	Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
BPA	Boas Práticas Agrícolas
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EXPOCANP	Exposição Acadêmica dos Alunos do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral

PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1	O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro	4
2.2	A Educação profissional de nível médio e o curso Técnico em Agropecuária.....	9
2.2.1	Agricultura familiar e agroindústria: uma promissora área de atuação para o técnico em Agropecuária.....	16
2.3	Estendendo os Saberes para a Formação do Técnico em Agropecuária por Meio da Extensão Rural	23
3	METODOLOGIA.....	29
3.1	Local do Estudo.....	29
3.1.1	O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral	29
3.1.2	A área rural do município de Pinheiral	29
3.2	Sujeitos da Pesquisa.....	30
3.3	Procedimentos Metodológicos	30
3.3.1	Caracterização socioeconômica dos discentes	31
3.3.2	Análise da concepção dos alunos sobre Agroindústria Familiar Rural (AFR)	31
3.3.3	Diagnóstico das propriedades rurais do município de Pinheiral	32
3.3.4	A realização do grupo focal	33
3.3.5	Análise dos dados coletados.....	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1	Caracterização Socioeconômica dos Discentes	35
4.2	Concepções dos Discentes Sobre Agroindústria Familiar Rural (AFR)	43
4.3	O Diagnóstico da Realidade Local	50
4.3.1	Caracterização socioeconômica dos produtores rurais do município	51
4.3.2	4.3.2 Caracterização das propriedades e da sua produção agropecuária	53

4.3.3	O processamento da produção agropecuária nas propriedades visitadas	60
4.3.4	O ambiente e as condições do processamento da produção nas propriedades visitadas.....	65
4.3.5	O CANP/IFRJ no contexto da realidade dos produtores rurais do município de Pinheiral	76
4.4	Concepções e Percepções dos Discentes Após o Trabalho de Campo.....	81
5	CONCLUSÕES.....	118
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
7	ANEXOS	135
	Anexo A - Termo de autorização para desenvolvimento da pesquisa na Instituição .	136
	Diretor da Instituição Anexo B - Memorando de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ	136
	Anexo B - Memorando de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ	137
	Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudantes)	138
	Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Produtores Rurais)	139
	Anexo E - Questionário de Entrada	140
	Anexo F - Questionário de Saída.....	142
	Anexo G - Roteiro para a entrevista com os produtores rurais	144
	Anexo H - Roteiro para a realização do Grupo Focal.....	146
	Anexo I - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ	148
	Anexo J - Lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos (adaptada pelo autor).....	150
	Anexo K - Documento de aprovação do Projeto de Extensão	154

1 INTRODUÇÃO

O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – CANP/IFRJ localiza-se no município de Pinheiral, na microrregião do Médio Vale do Rio Paraíba no Sul Fluminense, há uma distância de 121 km da sua capital, Rio de Janeiro. Ocupa uma área de 318 hectares de terras remanescentes da antiga Fazenda São José dos Pinheiros (IFRJ – Campus Pinheiral, 2010).

Atualmente, a população do município está estimada em 22.719 habitantes sendo que 10% desse total residem na área rural, divididos em aproximadamente 200 propriedades, a maioria pequenas e médias, variando de 1 a 3 hectares (IBGE, 2010a).

A importância sócioeconômica do CANP/IFRJ é demonstrada por sua existência há mais de cem anos oferecendo Educação Profissional à população da região Sul Fluminense e de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro, com tradição no ensino da agropecuária.

Convém ressaltar que, o interior Fluminense destaca-se pelo abastecimento de produtos agropecuários como hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como, orgânicos, ervas - finas, leite de cabra, trutas, tilápias, etc. No entanto, o município de Pinheiral não possui um produto específico de origem agropecuária que possa caracterizar sua identidade e o setor primário, no município, é pouco expressivo.

Para Mior (2005), a forma de organização em que os agricultores familiares rurais produzem, beneficiam e/ou processam parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização, é considerada agroindústria familiar rural – AFR.

Nesse contexto, Costabeber; Caporal (2003), consideram que a agricultura familiar se apresenta como um segmento que possui sérias dificuldades para sua reprodução social, ao mesmo tempo em que representa a forma de organização mais adequada para potencializar o desenvolvimento agrícola e rural.

Na análise de Mior (2005), a transformação da atividade de processamento de alimentos para a AFR é vista como um dos grandes desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos.

Segundo o mesmo autor, as políticas públicas vêm tentando retirar da informalidade a produção artesanal de alimentos, principalmente sob a égide da segurança alimentar. No entanto, ao mesmo tempo em que pode fornecer mais qualidade à produção, a legislação pode constituir-se empecilho para que a atividade se desenvolva na pequena propriedade rural. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações.

Todavia, há uma necessidade de suporte técnico, por meio de atividades de extensão e de assistência técnica para que os agricultores familiares possam buscar junto aos órgãos de inspeção o registro para os seus produtos e, assim, a legalidade das AFRs.

Neto (2006) afirma que há uma carência de técnicos exercendo a atividade de extensão na área de agroindústria e, nessa perspectiva, a problemática que se apresenta, refere-se aos seguintes questionamentos: quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município de Pinheiral para a legalização das suas agroindústrias e, de que maneira o conhecimento da realidade local pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem e para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ para atuar nas atividades de extensão na área de agroindústria?

Com base nas considerações apresentadas, entende-se que o desafio é fornecer subsídios ao estudante do curso Técnico em Agropecuária para que ele possa contribuir com a diminuição da barreira da informalidade nas AFRs e, então, viabilizar, por meio de

metodologias participativas, informações das condições de processamento de alimentos hoje existentes nesses espaços às normas sanitárias, fiscais e ambientais. Dessa forma, o profissional Técnico em Agropecuária poderá atuar com responsabilidade socioambiental e contribuir, efetivamente, para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Entendendo que o presente estudo não surgiu subitamente, ao contrário, ele é um dos resultados da construção pessoal e ideológica de sua autora, na qualidade de professora da disciplina Agroindústria, no Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. É assim, interessante compartilhar as principais motivações e circunstâncias que instigaram e, de certa forma, conduziram a elaboração deste projeto.

A inquietação devida ao afastamento entre o CANP/IFRJ e a comunidade rural local, sempre esteve presente na prática profissional da autora. Convém ressaltar que o afastamento entre os técnicos formados e os produtores, assim como a dificuldade de adaptação, por possuírem maior conhecimento teórico do que prático, são relatos de Técnicos Agrícolas no início de suas atividades nas empresas (BRASIL, 2000a).

Há de se considerar, ainda, que nas discussões do Seminário do Ensino Agrícola da Região Sudeste (BRASIL, 2009a), um dos destaques apontados foi a necessidade de criar cursos fora da instituição, ou seja, a escola ir ao encontro das demandas da comunidade possibilitando, assim, a democratização do saber e a transposição do conhecimento.

Dado o exposto e também devido à realidade de afastamento entre a instituição e a comunidade rural, e ao desconhecimento por parte da comunidade acadêmica do seu entorno, evidenciou-se a importância de se desenvolver esta pesquisa que propõe realizar o diagnóstico das agroindústrias familiares rurais do município e utilizá-lo como um instrumento na formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Outro fator relevante é que pretende-se, por meio da utilização de uma abordagem metodológica participativa, conhecer a realidade dos produtores rurais do município de Pinheiral – RJ e, sobretudo, ousar compreendê-la, proporcionando aos estudantes a possibilidade deles estabelecerem a relação entre teoria e prática, de forma a esclarecer melhor o movimento do que se aprende no contexto do CANP/IFRJ e as possibilidades de aplicação deste conhecimento nas propriedades rurais. Nessa perspectiva, os espaços das AFRs do município foram utilizados como Unidades de Experimentação Participativa.

Sabe-se que há vários caminhos para se construir o aprendizado e, para que o estudante efetivamente aprenda, é fundamental que se crie a necessidade de aprendizagem.

Assim, a expectativa desse trabalho foi que a metodologia participativa pudesse contribuir para a emancipação dos estudantes, de forma a fazê-los compreender o significado de se implicarem com suas realidades, assumindo suas próprias ações.

Manfredi (2002), considera que o trabalhador tem hoje novos desafios: passar do mero treinamento para o “aprender a aprender” e o “saber pensar”. Outrossim, faz-se necessário formar cidadãos que sejam trabalhadores ativos, solidários, criativos e inovadores, sujeitos de suas próprias ações.

Acredita-se que, com o desenvolvimento desse trabalho, os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, tornem-se capazes de atender as novas demandas socioeconômicas da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de consumo, produtividade e competitividade. E, que eles, ao se inserirem no mundo do trabalho, possam atender aos padrões vigentes que, atualmente, exigem cada vez mais flexibilidade e qualidade.

A tentativa de (re)significar o ensino da agroindústria no CANP/IFRJ e de contextualizá-lo, por meio do conhecimento da realidade que o cerca e da aproximação da comunidade acadêmica com a comunidade rural foi realizada neste trabalho. Essa aproximação possibilita que juntos, a comunidade acadêmica e a comunidade rural, atuem em

prol do desenvolvimento do arranjo produtivo local. A atuação deve se pautar na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé norteador da função dos Institutos Federais. O desenvolvimento dessas atividades em conjunto pode vir a promover alternativas para que os agricultores familiares superem as dificuldades, a fim de transpor a barreira da informalidade nas AFRs do município de Pinheiral - RJ.

Estabelecidos como ponto de partida os pressupostos apresentados, delineou-se como objetivo geral da pesquisa: realizar um diagnóstico das AFRs no município de Pinheiral e, posteriormente, utilizar os dados obtidos como um instrumento para a formação dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar o conhecimento e as concepções dos alunos do 3º ano do Curso Técnico em Agropecuária acerca das AFRs do Município.
- Realizar junto com os alunos do 3º ano do Curso Técnico em Agropecuária o diagnóstico das AFRs do município de Pinheiral.
- Identificar se há interesse dos agricultores familiares em legalizar as AFRs.
- Conhecer as dificuldades encontradas para a legalização das AFRs.
- Utilizar as agroindústrias familiares rurais do município de Pinheiral como unidades de experimentação participativa, a fim de levar os estudantes a conhecerem e partilharem sobre a realidade dos produtores
- Analisar o efeito da abordagem metodológica empregada na construção do conhecimento do Técnico em Agropecuária para atuar nas atividades de extensão na área de agroindústria.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro

Com base na fonte de arquivos da Prefeitura Municipal de Pinheiral e do CANP/IFRJ, Silva (2009a) verificou que a história da origem do CANP é, também, a história da origem do município de Pinheiral. Segundo a autora, em 1851 foi construída a fazenda São José do Pinheiro, onde hoje se localiza o Campus. Essa fazenda era de propriedade do Barão de Pirahy, José Gonçalves de Moraes, que a deixou de herança a seu genro, José Joaquim de Souza Breves, por testamento.

De acordo com Silva (2009a) a Fazenda São José do Pinheiro foi uma das mais suntuosas e prósperas Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense. Não era uma simples habitação da roça, e, sim, um palácio elegante e suntuoso como qualquer palacete da Corte. Erguida na colina cercada de montanhas, voltada para as águas do Rio Paraíba do Sul havia, na propriedade, dois mil escravos dos quais, 30 trabalhavam no serviço doméstico. Para atender a essa numerosa população existia, na fazenda, farmácia, cozinhas para hóspedes e para escravos, capela, um padre e um médico.

Em 1870, com a chegada do transporte ferroviário foi construída a Estação de Pinheiro. Ao redor da estação, aos poucos foram surgindo algumas moradias que deram início à Vila Pinheiro (Silva 2009b).

Ainda, de acordo com Silva (2009b), José Joaquim foi casado com a sua sobrinha Rita Clara de Moraes. O casal não deixou descendente. Em testamento, feito em 1877, José Joaquim deixava sua fortuna para seus escravos e, ainda, algumas apólices federais cujos rendimentos deveriam ser aplicados em prêmios aos melhores livros editados para o ensino primário e, também, para a educação religiosa.

Silva (2009b), também ressalta que com a morte de José Joaquim em 1879, os seus desejos não foram cumpridos e a fazenda passa a ter outros rumos:

Em 1890, por meio do Decreto nº 6.862 de 23 de Agosto, as terras da Fazenda São José do Pinheiro foram declaradas de utilidade pública. No ano de 1891, sua sede foi adquirida pela Receita Federal para a instalação do Serviço de Imigração e, a partir de 1897, a Fazenda São José do Pinheiro foi cedida ao Ministério da Guerra e, nela, passou a funcionar um Hospital Militar, que, atualmente, abriga a sede administrativa do CANP.

Em 1899, a fazenda foi transferida para o Ministério da Agricultura que, em 1909, instalou, nela, o Posto Zootécnico Federal de Pinheiro. E, no ano de 1910, foi criada a Escola Média de Agronomia e Veterinária de Pinheiro, que formou sua primeira turma em 1914. Ressalta-se que o Distrito de Pinheiro foi criado por meio da Lei estadual nº 1.360 de 21 de Novembro de 1916 (IBGE, 2012).

De 1916 a 1918, funcionou na fazenda, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, o que nos leva a afirmar que a primeira turma de Médicos Veterinários do Brasil, concluiu o curso em Pinheiral, em 1917, com quatro formandos: Antônio Teixeira Vianna, Jorge de Sá, Moacyr Alves de Souza e Taylor Ribeiro de Melo (SILVA 2009b).

De acordo com Decreto nº 12.894 de 28 de Fevereiro de 1918, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, foi transferida para a Praia Vermelha em Niterói, sendo implantado, no local, um curso denominado Patronato Agrícola destinado à educação de menores desvalidos (BRASIL, 1918).

Por meio do Decreto 24.115 de 12 de abril de 1934, foi implantado, no município de

Campos dos Goytacases, o Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha. Em 1938, foi transferido para o Município de Vassouras, por intermédio do Decreto 108 de 05 de maio de 1938. Posteriormente, o Decreto 6.359 de 30 de setembro de 1940 transferiu o Aprendizado Agrícola para o Km 47 da Estrada Rio São Paulo, não chegando a funcionar neste local (BRASIL, 1941).

Em 1941, o Decreto nº 7.072 transfere o Aprendizado Agrícola “Nilo Peçanha” do Km 47 da Estrada Rio São Paulo, para o imóvel onde funcionou a antiga Escola de Agricultura e Medicina Veterinária em Pinheiro, (BRASIL, 1941).

O Decreto 22.506, de 22 de janeiro de 1947, altera a denominação de estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério da Agricultura (BRASIL, 1947). Nesse contexto, o Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha é, então, denominado Escola Agrícola Nilo Peçanha que, segundo Silva (2009b), oferecia os cursos de Iniciação e Mestria Agrícola, correspondente ao antigo curso ginasial.

O Decreto 40.269 de 05 de novembro de 1956 altera, novamente, a sua denominação, pois transforma em Escola Agrotécnica a Escola Agrícola Nilo Peçanha (BRASIL, 1956).

Entre os anos de 1958 e 1960 funcionou, em anexo, o curso de Extensão e Economia Doméstica Rural e, no ano de 1964, o Posto Zootécnico é desativado e, mais uma vez a denominação da Escola é alterada, passando a se chamar, dessa forma, Colégio Agrícola Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964 (SILVA 2009a, BRASIL, 1964).

Em 1966, foi implantado o Curso Técnico em Economia Doméstica Rural pela Portaria DES nº 137, de 23 de novembro de 1965 (SILVA, 2009b).

Além disso, os órgãos de ensino subordinados ao Ministério da Agricultura são transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, por determinação do decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 (BRASIL, 1967).

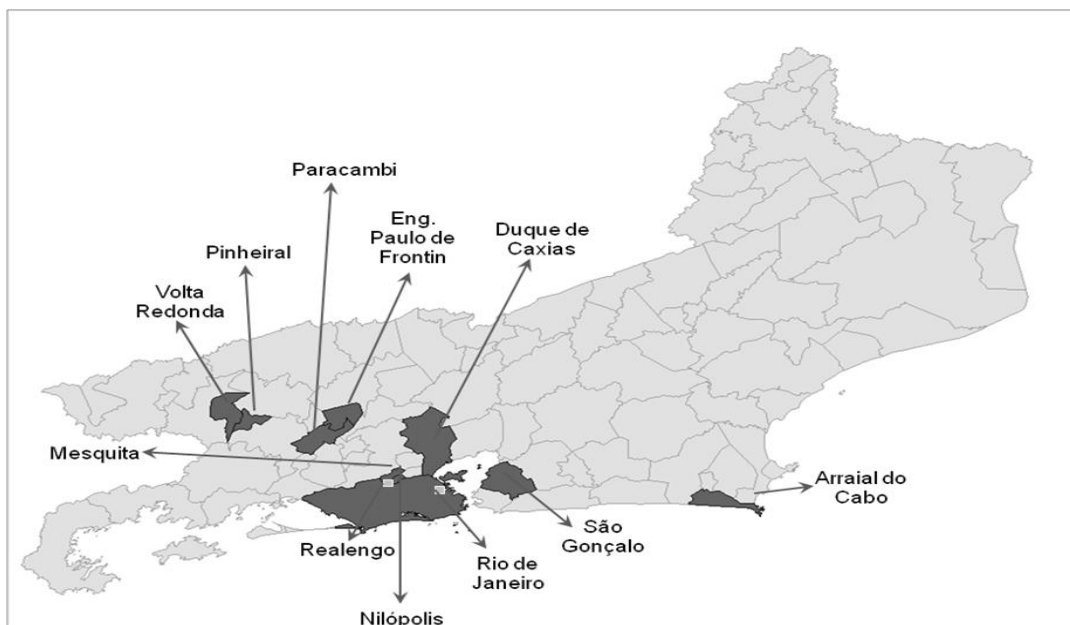
O Decreto nº 62.178 de 25 de janeiro de 1968, provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades. Por meio desse Decreto, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha passou a ser vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF (BRASIL, 1968a).

Conforme Silva (2009b), em 1980, o Ministério da Agricultura cede a Fazenda São José do Pinheiro, antigo Centro de Pesquisa Pecuária deste Ministério à Universidade Federal Fluminense e, em 1985, mais duas glebas de suas terras e a Sede da Fazenda também são cedidas a UFF, por meio de comodato, com vigência de 20 anos. Essas terras compõem até os dias atuais os 318 hectares de área do Campus.

O Governo Federal, em 2008, cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, assim como os demais trinta e sete Institutos Federais distribuídos pelas cinco Regiões do Brasil, por força da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008a).

O Campus Nilo Peçanha - Pinheiral - CANP juntamente com os Campi Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontim, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Realengo, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Volta Redonda compõe o IFRJ (IFRJ - Reitoria, 2012). No Quadro 1, apresentamos a localização dos Campi do IFRJ.

Quadro 1. Mapa com a localização dos *Campi* do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.

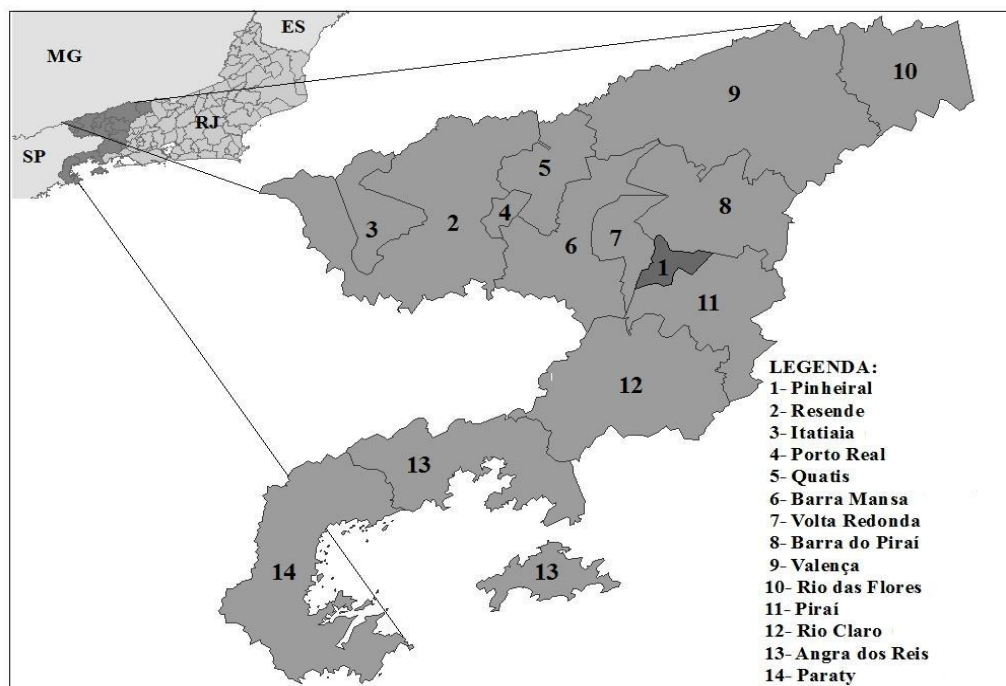


Fonte: IFRJ – PDI, 2009 (atualizado pelo autor).

O Campus Nilo Peçanha - Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ, está localizado no município de Pinheiral, na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, no sul do Estado do Rio de Janeiro, entre as latitudes de 22° 29' 03" e 22° 35' 27" S, entre longitudes de 43° 54' 40" e 44° 04' 05" W e a uma altitude média de 420m (OLIVEIRA, 1998).

A região fluminense do Médio Vale do Paraíba é composta por 12 municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Os 12 municípios, juntamente, com os municípios de Angra dos Reis e Paraty compõem a Mesorregião do Médio Vale do Paraíba apresentado no Quadro 2 (IFRJ – PDI, 2009).

Quadro 2. Mapa da Mesorregião do Médio Vale do Paraíba



Fonte: Brasil Channel (2012). Mapa adaptado pelo autor.

Convém enfatizar que os doze municípios que compõem a região do Médio Vale do Paraíba ocupam, ao todo, uma área de: 6.203,4 Km². A economia dessa região está baseada na indústria metal-mecânica, automotiva, metalúrgica, siderúrgica, cimenteira, alimentícia, energética por meio das usinas termoeletricas, termonucleares e hidrelétricas, turismo, confecções e nas atividades agropecuárias, destacando-se a criação de gado leiteiro e a produção de hortifrutigranjeiros. A agroindústria é um dos setores econômicos de maior destaque, juntamente ao de Audiovisual e Produção Cultural, a Avicultura, Bebidas, Metal-Mecânico, Pecuária, Piscicultura de água doce, Químico e Farmacêutico, Têxtil e Turismo. A região conta com uma população de: 829.140 habitantes tendo seu PIB composto por 1,06% por conta da Agropecuária; respondendo a Indústria por 63,40%; o Comércio por 2,81%; cabendo aos serviços 32,73% (IFRJ – PDI, 2009).

O Campus Nilo Peçanha - Pinheiral em seus cento e dois anos de história oferecendo educação profissional pública, gratuita e de qualidade, possui tradição no ensino profissionalizante na área de Agropecuária. Até o ano de 2003, o CANP/IFRJ ofertava somente o curso Técnico em Agropecuária e, nos últimos dez anos, diversificou a oferta de cursos. Atualmente, oferece cinco cursos técnicos de nível médio presenciais nas modalidades: integrados ao ensino médio - Agropecuária, Meio Ambiente, Informática; integrado ao ensino médio PROEJA – Agroindústria; concomitantes externos – Informática e Secretariado (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

Além do ensino presencial, o CANP abriga o Núcleo de Educação a Distância do IFRJ, com 12 polos, em 11 Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Volta Redonda, Rio das Flores, Pirai, Pinheiral, São José do Vale do Rio Preto, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontim, Porto Real, Rio Claro, Resende e Rio de Janeiro (Complexo do Alemão) Oferece

nessa modalidade os cursos técnicos de nível médio, em concomitância externa, são eles: Lazer, Serviços Públicos e Agente Comunitário de Saúde (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

Além disso, o CANP/IFRJ aderiu, em 2011, ao Programa *Mulheres Mil* que foi instituído pela Portaria 1.015 de 21 de julho de 2011 do Ministério da Educação – MEC e visa à formação Profissional e Tecnológica articulada à elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. **No Programa foi ofertado o Curso de Formação Inicial e Continuada – FIC de Salgadeira com 86 alunas beneficiadas. Ainda em 2012, serão ofertados também os cursos de Camareira, Cuidador de idosos e Panificação** ((BRASIL, 2011a, grifo meu).

O CANP/IFRJ também participa de outro Programa do MEC, o PRONATEC – *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*, sancionado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. O Programa tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira. **O CANP/IFRJ, nesse Programa, oferta os cursos Técnicos em Secretariado e Informática** (BRASIL, 2011b, grifo meu).

Outro aspecto relevante é que a partir da sua adesão ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, o CANP passa a participar do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que vem sendo implementado desde 2006 pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. Como parte do projeto encaminhou-se à Reitoria do IFRJ um Plano de Metas a ser cumprido no quadriênio 2010 - 2014, onde se propõe a implementação de novos cursos de diferentes eixos tecnológicos e áreas profissionais, inclusive, cursos de nível superior ((IFRJ – Campus Pinheiral, 2010).

A estrutura física do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral é constituída por 23 salas de aula, uma cozinha experimental, uma biblioteca, uma quadra e um ginásio poliesportivo, um campo de futebol, dois laboratórios multidisciplinares, três laboratórios de informática, um laboratório de secretariado representado por um Escritório Modelo, um laboratório de hospedagem, um auditório, um Núcleo de Educação a Distância, restaurante, Prefeitura, Cooperativa-Escola dos Alunos do Campus Nilo Peçanha – CEACANP, sala para prática de judô, Espaço Memória, alojamento masculino, um consultório odontológico, serviço de saúde, almoxarifado, uma estação de tratamento de água, vinte e duas residências funcionais, uma estação meteorológica e um prédio administrativo onde funciona a Direção Geral e as demais Direções: de Ensino, de Administração, de Produção e de Extensão, Pesquisa e Inovação. As Coordenações de cursos, estágio, extensão e produção, registro acadêmico, sala de reuniões, sala de professores, escritório de acesso do Programa *Mulheres Mil*, copa, além de outros setores administrativos. (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

Essa estrutura conta ainda com 17 Unidades Educativas de Produção – UEPs, que são verdadeiros laboratórios para a realização de aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa, a saber: UEP de Olericultura (Módulo Agroecológico), de Fruticultura, de Culturas Anuais, de Suinocultura, de Viveiro de Mudas, Avicultura, de Cunicultura, de Bovinocultura de corte, de Bovinocultura de leite, de Apicultura, de Piscicultura, de Mecanização Agrícola, de Reflorestamento, de Fábricação de Ração, de Paisagismo, de Equinocultura e de Agroindústria (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

A UEP de Agroindústria possui uma planta de processamento de carnes, uma planta de processamento de leite e uma cozinha experimental. Os produtos cárneos produzidos na UEP são inspecionados e possuem o Selo de Inspeção Estadual - SIE. A planta de processamento de leite encontra-se em reforma e, em breve, os produtos lácteos produzidos no Campus, também, serão inspecionados. **Os produtos de origem vegetal são processados na cozinha**

experimental. Também está em fase de planejamento a implantação de uma padaria no Campus, para fornecer suporte ao curso Técnico em Panificação, previsto no plano de metas para o quadriênio 2010 – 2014 (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012, grifo meu).

Além disso, o quadro de servidores do CANP/IFRJ é constituído por setenta e sete docentes, oitenta e cinco servidores técnico-administrativos, além de oitenta e oito colaboradores terceirizados (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

Em 2012, CANP/IFRJ possui um total de mil cento e sessenta e três estudantes matriculados, sendo quinhentos e setenta e três matrículas nos cursos presenciais e quinhentas e noventa nos cursos a distância (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012). Convém ressaltar que os cursos presenciais são oferecidos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

2.2 A Educação profissional de nível médio e o curso Técnico em Agropecuária

O decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, cria 19 Escolas de Aprendizes e Artífices que foram consideradas, por inúmeros autores, como o marco inaugural do ensino técnico profissional no país. Tidas, no seu início, como instrumento de política voltado às “classes desprovidas”, possuíam um objetivo mais social do que técnico. A criação dessas escolas, que possuíam um caráter terminal, e não se articulavam com os demais graus de ensino, formaliza a dualidade estrutural, que perdura até os dias atuais (SOARES, 2003; ULRICH, 2010).

Soares (2003) ressalta que para responder à necessidade de introduzir inovações tecnológicas capazes de atender às demandas da época, uma vez que a agricultura de base patriarcal e escravista se ressentia com o uso de uma tecnologia rudimentar e com métodos arcaicos, o que colocava em risco a base da economia do país, então sedimentada na produção do café, começam a aparecer iniciativas oficiais destinadas a preparar profissionais para os diversos setores da agricultura, com diferentes níveis de complexidade de formação.

Em 1910, no governo de Nilo Peçanha, o Decreto 8.319, de 20 de outubro, regulamenta o ensino agrícola, em todos os seus graus e modalidades. Além de criar a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - ESAMV, no Rio de Janeiro, o Decreto estabeleceu as normas para criação e funcionamento de aprendizados agrícolas, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos práticos, cursos ambulantes, estações e fazendas experimentais, postos zootécnicos e outras instituições. O art. 544, do Decreto que regulamenta o ensino agrícola, restabeleceu a obrigatoriedade de criação de uma escola média, anexa ao Posto Zootécnico Federal em Pinheiro, no Estado do Rio de Janeiro, prevendo, ainda, o auxílio para a instalação de uma escola no norte do país e outra no centro ou sul (SOARES, 2003).

Segundo Nogueira (2009) a história da Educação no Brasil registra experimentos, frequentemente, antagônicos no campo da inter-relação do que hoje é denominado Ensino Médio com a Educação Profissional, fruto de visões distintas sobre sua organização e finalidades e de eventual hegemonia decisória de um ou outro grupo de interesses.

Nogueira (2009) contextualizando esses frequentes experimentos antagônicos apresenta um resgate histórico de acordo com os aspectos legais, segundo o autor:

A profissionalização obrigatória do então segundo grau, estabelecida em pleno regime militar pela Lei nº 5.692/71; o abandono dessa obrigatoriedade face ao seu insucesso, reconhecido pela Lei nº 7.044/82; a proibição do ensino profissional integrado, determinada pelo Decreto nº 2.208/97 do governo Fernando Henrique Cardoso, gerando o divórcio forçado do Ensino

Médio com a Educação Profissional, e o atual esforço concentrado do governo Lula de ressuscitar, a partir da edição do Decreto n° 5.154/2004, exatamente a até então proibida integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio - são alguns exemplos do vaivém conceitual e organizacional que, ao longo do tempo, tem caracterizado a formação do jovem adulto visando a sua inserção no mundo do trabalho, em nosso país (NOGUEIRA, 2009, p. 48).

Atualmente, considera-se necessário estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações socioculturais e econômicas locais e regionais (MOURA; GARCIA; RAMOS 2007).

Moura; Garcia; Ramos (2007) consideram ainda que, atualmente, é retomada a discussão sobre a educação politécnica compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e voltada para “o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003, p.140) sem, no entanto, voltar-se para uma formação profissional *stricto sensu*, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos.

De acordo com Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) se entende a educação politécnica como equivalente à educação tecnológica, ou seja, uma educação voltada para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, cultura geral e cultura técnica. Uma educação que contribua para o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho.

Nesse sentido, Moura; Garcia; Ramos (2007) entendem que uma solução transitória e viável é um tipo de ensino médio que garanta a integralidade da educação básica, ou seja, que contemple o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões. Essa perspectiva, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla as bases em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação profissional *stricto sensu* exigida pela dura realidade socioeconômica do país.

Viroli (2011), também, considera que na relação do Ensino Técnico com o Médio ocorre uma disputa permanente entre orientações profissionalizantes e/ou acadêmicas, entre objetivos propedêuticos e econômicos. Importante é que todos os jovens possam ter uma educação básica, fundamental e média que, simultaneamente, articule o específico ao geral, o técnico ao social, cultural e político.

O mesmo autor afirma que uma profissionalização de qualidade exige uma educação básica de qualidade, que ofereça compreensão da vida social, cultural e política, além da física, química, matemática, e biologia, dentre outros conhecimentos relacionados com a vida social e produtiva do homem em sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996a) estabelece que a educação deva compreender os processos formativos que se iniciam na vida familiar, na convivência humana e se desenvolvem, especialmente, nas instituições de ensino e no trabalho. Assim, o Ensino Médio-Técnico é uma fase de fortalecimento da educação básica, que visa ao aprimoramento do educando como pessoa humana que aprofunda os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, para dar continuidade ao aprendizado oferecendo preparação básica para o trabalho e a cidadania.

Outrossim, deve-se enfatizar a importância da contribuição do ensino médio à educação profissional. Essa educação será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por estratégias de educação continuada. O parecer 16/99 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – CNE/CEB, esclarece tal artigo com base na interpretação que se segue: o termo articulação, empregado no artigo 40 da LDB, indica mais que complementaridade, implica intercomplementaridade mantendo-se a identidade de ambos; propõe uma região comum, uma comunhão de finalidades, uma ação planejada e combinada entre o ensino médio e o ensino técnico (BRASIL, 2000a).

Silva; Razuck; Tunes (2008) ressaltam que as propostas de educação pelo trabalho das escolas profissionalizantes estão fundamentadas no ensino tecnicista, baseadas na transmissão de conhecimento. As escolas dividem seus planos de estudo em dois grandes grupos inconciliáveis: ciências naturais e ciências humanas, entre os quais não há uma ponte, no âmbito escolar.

Para uma melhor compreensão, faz-se necessário uma breve abordagem no sentido prático dos motivos existenciais do que se interpreta como formação tecnicista. Em princípio, o cotidiano do educador escolar, tem por base não uma filosofia criticamente construída, mas sim o senso comum que foi adquirido, ao longo do tempo, por acúmulo espontâneo de experiências ou por introjeção acrítica de conceitos, valores e entendimentos vigentes e dominantes no seu meio. Como ressalta Luckesi: “a ação pedagógica cotidiana escolar vem sendo realizada sem uma permanente meditação crítica sobre o que se está fazendo: seu sentido, significado e finalidade” (LUCKESI, 1992, p. 93).

Neste contexto, Brasil (2004) destaca que:

[...] o desenvolvimento das sociedades modernas, sob pressão pela democratização das relações sociais e do avanço científico e tecnológico, coloca em questão a divisão multissecular entre as funções instrumentais e intelectuais pelo progressivo reconhecimento de que todos desempenham, em certa medida, funções intelectuais e instrumentais no sistema produtivo e no conjunto das relações sociais. Assim, o técnico não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não raciocinando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas. Ou seja, trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada. Por outro lado, o desenvolvimento científico e tecnológico, quanto mais avança, mais contradição introduz na relação entre a educação do trabalhador e o processo produtivo. Ou seja, quanto mais se simplificam as atividades práticas no fazer, mais complexas tornam-se no gerenciamento e na compreensão dos elementos científicos inseridos na tecnologia. Como consequência, ampliam-se os espaços envolvendo atividades culturais, associativas, sindicais e partidárias. Criam-se exigências maiores, como conhecimento, compreensão, raciocínio, criatividade, decisão, bem como participação nesses espaços com vistas a usufruir dos benefícios do desenvolvimento social, econômico, cultural, científico e tecnológico. Dessa forma, novas formas de relação entre conhecimento, produção e sociedade se constituem, em face das transformações científicas e tecnológicas que afetam a vida social e produtiva. Impõe-se, portanto, um novo princípio educativo que busque progressivamente afastar-se da separação entre as funções intelectuais e as técnicas com vistas a estruturar uma formação que contemple ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais (BRASIL, 2004 p. 8).

Soares (2004) citando Gramsci (1995), afirma que a perspectiva da escola unitária¹, que integra teoria e prática e tem o trabalho como princípio educativo, superando a dicotomia entre trabalho intelectual e manual é a que mantemos no nosso horizonte utópico. Essa escola tem como objetivo, a formação de intelectuais que são homens ativos das massas, capazes de proporcionar à sua classe, de um modo orgânico, homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Segundo Winckler; Santagada (2012), a educação profissional técnica, incluindo a de nível médio, tornou-se uma preocupação governamental, de setores empresariais e de trabalhadores nos últimos anos, devido à retomada do desenvolvimento do mercado interno. Setores empresariais, órgãos e institutos vinculados à qualificação do trabalhador e à mídia apontam “um apagão da mão- de-obra” e sua baixa qualificação.

Para Nogueira (2009) é frequente, nos fóruns de Educação Profissional, ouvirem-se condenações daqueles que ousam expressar a indispensável necessidade de se reconhecer a importância do mercado, por entender como subalterna essa atitude e em razão do jugo que, a partir desse reconhecimento, o mercado impõe aos sistemas formativos. Ressalta-se que mercado é palavra banida dos textos em que se discute Educação Profissional.

Para o autor, ainda que não subordinado e subjugado pela crueldade do mercado, é impossível ignorá-lo. Conhecer-lo para entendê-lo não se configura em um “mal necessário”. É, na realidade, requisito indispensável à relevância social da instituição formadora no mundo do trabalho.

Nogueira (2009) considera ainda:

Por tão evidente, desnecessário é dizer que formação profissional por si só não tem o condão de gerar ocupação e renda. A efetividade da Educação Profissional está ligada à sua sintonia às demandas e aos requisitos atuais e emergentes da sociedade. O descompasso entre a oferta de oportunidades de formação e a realidade concreta do mundo do trabalho é uma das principais razões do fracasso de programas de Educação Profissional que buscam objetivos sociais sem levarem em conta adequadamente o contexto econômico (NOGUEIRA, 2009, p. 50).

Assim, a preocupação com um curso que atenda, também, às necessidades do mercado está expressa no plano de curso do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ:

[...] apresentamos importância da manutenção da oferta deste curso e salientamos a necessidade de uma maior integração do Colégio com os Órgãos Públicos da região e com os setores produtivos no intuito de adaptar melhor a oferta de vagas e cursos às necessidades do mercado (IFRJ – Campus Pinheiral, 2009).

Segundo a ATABRASIL – Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil, a profissão do Técnico em Agropecuária é regulamentada pela Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968 e pelo Decreto Federal nº90.922, de 06 de fevereiro de 1985 e alterações do Decreto Federal

1 De acordo com Gramsci (1995) entende-se por escola unitária aquela que funde a característica formativa-humanista com a sua dimensão prático-produtivista e que se constrói na integração real entre trabalho intelectual e trabalho manual.

nº4.560, de 30 de dezembro de 2002, que cria e determina as atribuições dos Técnicos Agrícolas, em suas diversas habilitações (ATABRASIL, 2012).

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, direcionados à área de Agropecuária, editados em 2000, pela, então, Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (BRASIL, 2000a p. 9), definem a área de agropecuária como sendo:

Um centro dinâmico de atividades denominadas de agronegócio. Este segmento envolve atividades de produção agrícola propriamente dita (lavoura, pecuária, e extração vegetal). É a soma total das operações de produção agrícola e armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos. Dessa forma, o agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços à agropecuária, os produtos agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agropecuários, até o consumidor final.

Nesse âmbito, Soares (2003), destaca que a noção de cadeia produtiva é considerada como imprescindível para que o setor possa avançar na economia globalizada em condições de competitividade. De acordo com Brasil (2000a), no plano conceitual, cadeia produtiva é um recorte dentro do complexo agroindustrial, no qual se privilegiam as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição tendo como foco um produto definido.

Convém ressaltar que os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico - Área Profissional: Agropecuária (BRASIL, 2000a) apresenta o perfil do técnico em agropecuária, traçado com base em diagnóstico realizado junto a empresas líderes que empregam técnicos agrícolas, técnicos agrícolas em efetivo exercício profissional e pequenos produtores rurais, sendo indicadas as seguintes atribuições e responsabilidades dos técnicos:

Controle de produtos acabados; registro de produção; coordenação de pessoal; distribuição de tarefas; gerenciamento de abatedouro de aves; classificação de grãos; vigilância sanitária animal e vegetal; inspeção em laticínios e frigoríficos; comercialização agrícola e assistência técnica no campo; levantamento econômico da propriedade; testes regionais de variedades; armazenamento (da chegada dos grãos à expedição); supervisão de incubatório industrial; supervisão de produção de ovos férteis; gerenciamento da área administrativa da empresa; gerenciamento da produção de sementes; execução de projetos de pesquisa; vendas de máquinas; peças e implementos; regulagens de máquinas e implementos; responsabilidade por todas as fases da produção agrícola - desde o plantio até a colheita; responsabilidade pelo patrimônio e manutenção de instalações e manejo de animais (BRASIL, 2000a p. 22).

Soares (2003) apresenta ainda que, dentre as características constitutivas do perfil do técnico agrícola que foram consideradas importantes pelas empresas, destacam-se: saber lidar com pessoas, ter boa formação cultural, ter conhecimento técnico, saber manusear equipamentos, estar atento às mudanças, possuir bom senso, analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas, conhecimentos de marketing e disponibilidade para mudança do local de trabalho.

Além disso, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos proposto pelo parecer CNE/CEB Nº 11/2008 e, pela resolução CNE/CEB nº 3/2008, que disciplina a sua instituição e implantação e aprovado pela Portaria Nº 870 de 16 de julho de 2008 é o documento que se configura como importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio. Agrupa os cursos conforme suas características científicas e tecnológicas em 12 eixos tecnológicos. O Curso Técnico em Agropecuária, Por causa de suas características, está agrupado no eixo tecnológico de Recursos Naturais, com exigência de uma carga horária mínima de 1200 horas. No CANP/IFRJ, o curso Técnico em Agropecuária possui uma carga-horária de 1740 horas sem considerar o estágio supervisionado obrigatório de 240 horas (BRASIL, 2008b, IFRJ – Campus Pinheiral, 2009).

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2008b), esse eixo compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Ainda integra a organização curricular dos cursos agrupados no Eixo Tecnológico Recursos Naturais: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade (BRASIL, 2008b).

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o profissional Técnico em Agropecuária é o que Planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários, administrando, também propriedades rurais. Ele elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizando produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. E atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa” (BRASIL, 2008b).

Mesmo com o agrupamento do Curso Técnico em Agropecuária no eixo tecnológico de Recursos Naturais, em função do novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em 2008, ainda valem as competências estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/1999 para a área profissional Agropecuária (IFRJ – Campus Pinheiral, 2009).

Segundo Soares (2004), no caso da Educação Profissional de Nível Técnico, as matrizes de referência que identificam as competências e os seus insumos geradores, as habilidades e as bases tecnológicas, foram agrupadas em Funções e Subfunções.

Assim, de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2000b p. 112) são competências profissionais gerais do Técnico em Agropecuária:

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.
- Planejar, organizar e monitorar a exploração e manejo do solo de acordo com suas características, as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais, a propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; a obtenção e o preparo da produção animal, o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos

- agroindustriais, os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos e a produção de mudas (viveiros) e sementes.
- Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas.
 - Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.
 - Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
 - Conceber e executar projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.
 - Identificar famílias de organismos e microorganismos, diferenciando os benéficos ou maléficos.
 - Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético.
 - Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial.
 - Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária
 - Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos.
 - Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos.
 - Elaborar relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental.
 - Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

Soares (2004) ressalta que, embora o discurso oficial assegure a flexibilidade na aplicação dos parâmetros, observa-se o detalhamento com que os documentos são apresentados, especificando objetivos, formas de avaliação e metodologias (orientações didáticas) e, por outro lado, a delimitação das competências, das habilidades e dos conteúdos que se referem às disciplinas sugeridas, são objeto de cobrança quando da realização dos processos nacionais de avaliação, bem de acordo com o entendimento dos projetos nacionais de reforma instaurados sob a ótica neoliberal.

É preciso sempre considerar que todo e qualquer sistema educacional está, historicamente, localizado e circunstanciado. No seu interior, circulam complexos movimentos de construção e reconstrução, determinados por fatores de ordem socioeconômica e político-cultural, definindo contextos em que se situam os diferentes atores sociais, demonstrando interesses diferenciados (BRASIL, 2004).

Dado o exposto, convém resgatar o princípio educativo que incorpore todas as formas que se posicionam no interior das relações sociais, inclusive do trabalho, com o objetivo de formar o cidadão como ser político e produtivo. É conveniente ressaltar que o exercício das funções não se restringe ao caráter produtivo, mas abrange todas as dimensões comportamentais, ideológicas e normativas que lhe são próprias (BRASIL, 2004).

Desde meados dos anos 80, um novo modelo está emergindo no meio rural brasileiro, baseado em três atributos principais:

a) uma agricultura moderna baseada em *commodities* e intimamente ligada com as indústrias de processamento.

b) a existência de um conjunto de atividades não-agrícolas relacionadas com moradia, lazer, serviços e indústrias não-agrícolas.

c) um conjunto de novas atividades agrícolas destinadas a mercados especiais. (A pluriatividade e o fazendeiro de tempo parcial caracterizam esse novo rural que, agora, se configura).

Observa-se que essas mudanças que têm sido produzidas no meio rural e as transformações ocorridas na agricultura provocam, também, alterações nas expectativas dos estudantes do ensino técnico agropecuário (SILVA, 2001 apud SOARES, 2003).

A autora afirma ainda que as análises, associadas a outras que têm sido produzidas sobre o cenário agrícola brasileiro nos anos 90, remetem à necessidade de um processo formativo dos técnicos em agropecuária que lhes forneça condições de compreender esses processos e as demandas diferenciadas que passam a se estabelecer com base nas novas configurações do rural, perceber as diferentes possibilidades de intervenção e capacitá-los a atuar como atores privilegiados junto à população das áreas rurais, numa perspectiva de desenvolvimento social.

Nogueira (2009) considera que a Educação Profissional Técnica, para manter a sua relevância social, tem de se reorganizar com flexibilidade e inovação, em seus diversos aspectos, sejam eles de natureza pedagógica ou de gestão, ciente de que sua missão tem o duplo objetivo de formar o cidadão-aluno para o enfrentamento das necessidades de hoje e sua inserção imediata no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, de provê-lo dos fundamentos necessários para garantir a sua sobrevivência profissional, preparando-o para as mudanças que ainda virão. Aprender a aprender se torna essencial, cada dia mais.

Soares (2003) afirma que a formação de um homem capaz de agir e pensar de forma autônoma requer currículos estruturados sob a ótica da indissociabilidade entre teoria e prática e um ensino que privilegie a integração dos conhecimentos, numa perspectiva interdisciplinar, contrariamente às propostas fragmentárias que se encontram em curso. No entanto, a escola hoje, em qualquer nível, tem deixado de cumprir o seu verdadeiro papel social e, cada vez mais, permite a chamada “cultura” da mídia que é responsável pela “formação” da maioria dos indivíduos, que se conformam ao modelo vigente hegemonicamente, determinado pelas regras do jogo mercadológico.

Segundo Soares (2004), cumpre aos atores sociais, em especial àqueles que se dedicam no cotidiano a função de intelectual comprometida com o processo de transformação social, colaborar para viabilizar novos desenhos para o ensino técnico agropecuário, que possam oferecer uma formação integral aos jovens que nele procuram uma possibilidade de acesso ao saber e à cultura, que, por consequência, possibilitar-lhes-á uma atuação profissional mais efetiva em prol do desenvolvimento de uma sociedade sustentável do ponto de vista socioeconômico, um entendimento do processo produtivo e do trabalho, como atividade humana.

2.2.1 Agricultura familiar e agroindústria: uma promissora área de atuação para o técnico em Agropecuária

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico - Área Profissional: Agropecuária (BRASIL, 2000a p. 13) traça o panorama da nossa agropecuária e traduz a seguinte realidade:

A área total do território brasileiro corresponde aproximadamente a 851 milhões de hectares. Dessa área, 700 milhões de hectares são ocupados da seguinte forma: floresta amazônica (350 milhões); pastagens (220 milhões);

reflorestamento (5 milhões); centros urbanos, estradas, lagos e pântanos (20 milhões); reservas legais (55 milhões) e lavouras (50 milhões). Os 151 milhões restantes estão na região dos cerrados, cuja área total atinge mais de 204 milhões de hectares (24% do território nacional). Da área total dos cerrados, 127 milhões de hectares são terras com potencial agrícola, dos quais apenas 47 milhões são atualmente ocupados (35 milhões com pastagens plantadas, 10 milhões com culturas anuais e 2 milhões com culturas perenes e reflorestamento). O Brasil dispõe de 80 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens e por serem explorados, que representam um potencial de aumentar em nove vezes a produção de milho e soja (mais de 230 milhões de toneladas de soja e 320 milhões de toneladas de milho).

De acordo com Favacho; Sousa (2006) o termo *Agricultura Familiar* é recente no contexto sociológico do país e foi fortalecido a partir da reorganização dos movimentos sociais e a busca por um reconhecimento político e social da categoria.

Wanderley (1997) conceitua a agricultura familiar como:

Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1997, p.10).

Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). A lei forneceu o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Na Lei nº 11.326, a agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4 367 902 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e dois) estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. **Em comparação aos dados apresentados no Censo Agropecuário de 1996, houve uma redução de 0,8% no número de estabelecimentos rurais familiares. Mesmo com essa redução, pode-se constatar que**

esse alto percentual demonstra toda a sua importância do ponto de vista quantitativo no país (IBGE, 1996, IBGE 2006, grifo meu).

Em relação à sua capacidade produtiva, a produção é realizada com apenas 25% de todo o financiamento destinado à agricultura e com acesso a, somente, 30,25% das terras rurais do País. Além disso, a agricultura familiar produz uma média de R\$ 104,00 por ha/ano, à proporção que a patronal produz R\$ 44,00 por ha/ano (BRASIL, 2000c).

A capacidade produtiva demonstrada pela agricultura familiar é ainda maior por ter sido obtida com pouco acesso às políticas públicas. Von der Weid (2004) demonstra que, apesar da expressiva mudança na forma de tratamento das políticas públicas no Brasil a partir de 2002, o agronegócio ainda possui prioridade nas ações governamentais, especialmente, no que tange ao crédito para a produção agropecuária.

Para Marim; Trentin (2010), o debate acerca do desenvolvimento rural no Brasil está ligado ao papel da agricultura familiar e, especialmente, sua reinserção socioeconômica. A diversificação produtiva na agricultura familiar deveria ser incentivada como estratégia importante de desenvolvimento.

Entretanto, Costa (2002) enfatiza que, com o processo de industrialização e urbanização, a agricultura familiar perdeu a identidade e o trabalho do produtor passou a ser pouco valorizado. No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulo das políticas agrícolas. A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, sendo um setor bloqueado e, somente, passou a receber atenção das políticas a partir de meados da década de 1990, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF.

De acordo com Wes Júnior (2009), o PRONAF foi criado em 1996, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, propiciando o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda desses agricultores.

Segundo Wesz Junior (2009), o número de famílias que deixaram de depender exclusivamente do setor agropecuário e de seus riscos e passaram a obter uma fonte de renda complementar em outras atividades, não necessariamente agrícolas têm aumentado. Dessa forma, tem sido crescente a implantação de empreendimentos direcionados ao beneficiamento e/ou processamento e da produção no meio rural.

Assim, o autor considera que os agricultores que detêm uma agroindústria familiar deixam de ser famílias puramente agrícolas que exercem somente uma atividade, nesse caso a primária, e transformam-se em famílias pluriativas. Gnoatto et al. (2004) apresentam a perspectiva de que o crescimento da pluriatividade pode indicar a melhoria das condições de vida no meio rural.

Segundo Alentejano (1999, p. 155) a pluriatividade é tida como:

A diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias de produção dos agricultores, incluindo o recurso a outras formas de atividades, seja assalariamento urbano, transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural.

É pertinente considerar, ainda, que a pluriatividade é muito mais complexa que a agroindustrialização, visto que congrega a execução de um amplo conjunto de tarefas, procedimentos e operações. Schneider (2003) destaca que o beneficiamento ou processamento

de produtos agrícolas *in natura* é um tipo específico de pluriatividade, que pode ser chamada “para-agrícola”². Schneider (2005) acaba considerando a agroindústria familiar como uma forma de pluriatividade para-agrícola que, na verdade, resulta de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora, onde o destino é a comercialização.

Mior (2005) considera que a legitimidade de estratégias de agroindustrialização rural passou a vigorar a partir dos anos de 1990. Processar alimentos foi fundamental para a trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar.

Fernandes Filho; Campos (2003), com base no Censo Agropecuário 1996, afirmam que existiam no Brasil 887.411 propriedades familiares que processavam para venda algum tipo de produto no meio rural, o que abrange 18,3% do total dos estabelecimentos. Em termos do valor das principais receitas, os produtos da agroindústria familiar somavam em torno de R\$ 1,4 bilhão, aproximadamente 2,5% do Produto Interno Bruto - PIB Agropecuário e 6% do PIB gerado pela agricultura familiar em 1996. Além disso, a contribuição média do processamento por propriedade para a renda familiar era de R\$ 451,58.

Passador; Rosa; Passador (2004) entendem que, embora a agroindústria de pequeno porte represente uma boa oportunidade de negócio aos agricultores familiares, existem muitas dificuldades para entrar e permanecer nesta atividade, como o domínio da tecnologia de produção, a comercialização dos produtos, o acesso a recursos financeiros, a adequação às leis que regulamentam o setor, a capacidade de articulação com outros atores dos complexos agroindustriais, políticas públicas diferenciadas para o setor e etc.

Convém ressaltar que o desenvolvimento das pequenas agroindústrias apresenta potencialidades e fatores limitantes, de acordo com Bustamante (1997). Segundo ele, as potencialidades estão relacionadas à oportunidade de agregação de valor aos produtos agrícolas, criação de empregos no meio rural, fortalecimento das organizações de agricultores, assim como a melhoria dos produtos da agricultura familiar e sua colocação em nichos de mercado especializados. Entre os fatores limitantes, estão as deficiências de assistência técnica nas instâncias públicas e privadas nesse setor, o baixo nível de educação e capacitação dos agricultores familiares, as dificuldades de acesso ao crédito, a inserção fraca nos mercados com poucos produtos diversificados, a baixa qualidade dos produtos, a legislação inadequada, entre outros.

Segundo Prezotto; Bavaresco; Silva (2005) para que a agroindústria consiga resultados positivos é necessário que as produções primária e agroindustrial junto à comercialização estejam ordenadas e sintonizadas. É indispensável, portanto, o planejamento e a execução de etapas preparatórias que antecedem a elaboração dos projetos, além de promover a sensibilização para o apoio das instituições como os municípios, as unidades da federação, os movimentos sociais e outras, para participarem conjuntamente do desenvolvimento dessa atividade.

Para Mior (2005) a transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural é vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta

2 A denominação pára-agrícola usada por esse autor ocorre à medida que este tipo de produção cresce, superando o autoconsumo familiar e passa a ocupar espaços independentes do âmbito doméstico e se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, possibilitando a firmação de que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura, gera a pluriatividade.

nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências: que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações.

Sulzbacher; David (2008) afirmam que a legalização da atividade agroindustrial familiar rural não pode representar entrave ou retrocesso no seu processo de consolidação como alternativa para a agricultura familiar. No entanto, é evidente que uma fiscalização e controle sanitário são necessários, pois a atividade produz e processa alimentos, que serão consumidos pela população e, portanto, precisam apresentar padrões de qualidade. A questão que emerge nessa perspectiva para os autores é: qual seria o tipo de legislação necessária para atender a um universo tão diferenciado de produção?

Nesse âmbito, Marin, Trentim (2010) destacam o fato de que, para desenvolver as agroindústrias familiares, faz-se necessário a implantação do Serviço de Inspeção Municipal e Vigilância Sanitária (SIM), para garantir a qualidade dos produtos.

Sulzbacher; David (2008) consideram que a legislação pode inviabilizar o desenvolvimento da atividade agroindustrial na pequena propriedade rural ou então descaracterizar o produto “artesanal”, contudo, afirmam que, se ela for acompanhada de um processo de adaptação e de constante aprendizado, entre agricultor, técnico e consumidor, buscando a superação dos problemas advindos da adequação das tecnologias à produção artesanal, pode impulsionar o desenvolvimento, não só da atividade, mas da propriedade como um todo.

Marin, Trentim (2010) consideram ainda que os agricultores possuem carência de assistência, treinamento, crédito e, principalmente, de apoio, mas que é necessário que a agricultura familiar se ajuste a exigências como: realizar capacitação, aprender novas técnicas, aplicar as boas práticas de fabricação e cuidar da manipulação dos produtos.

Segundo a concepção de Prezotto (2002), a agroindústria familiar é apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo nesse meio não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, a agroindústria familiar pode impulsionar a geração direta e indireta de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo sua (re)inclusão social e econômica.

Contudo, o autor afirma que a potencialidade técnica dos agricultores familiares, em seus diferentes matizes, enfatiza a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto aos agricultores.

Essa concepção, também, relaciona-se com as ações e políticas públicas necessárias para impulsionar a agroindustrialização, com sustentabilidade e cidadania.

Para Prezotto (2002, p.137) a agroindústria familiar é:

Uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente.

Assim, Prezotto (2002) destaca, como exemplo, a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas, em geral, a fabricação de queijos, embutidos e o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal, como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

Mior (2005) ressalta que a agricultura familiar deveria vir a ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo levanta a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercado de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada.

Dessa forma, para que essa atividade constitua-se num verdadeiro processo de (re)valorização do espaço rural, é necessário que venha consorciada com políticas públicas que considerem a diversidade de atores sociais e redes e suas diferentes lógicas de organização da produção e consumo de alimentos. O processo precisa também incorporar, cada vez mais, a qualidade ecológica e rural, apontando para um desenvolvimento rural sustentável e endógeno, buscando a intensificação da integração dos diversos tipos de saberes e escalas espaciais (MIOR, 2005).

Wes Junior (2005) afirma que a agricultura familiar, que na sua maioria é praticada em pequenos espaços de terra, tem na implantação de agroindústrias uma alternativa viável e descentralizada, sendo capaz de trazer renda e dignidade para espaços diversificados, com fomento das economias locais.

De acordo com Favacho; Sousa (2006) todas essas questões nos fazem refletir acerca do perfil dos profissionais que devemos formar para atuar no meio rural. Parece coerente que a agricultura familiar possui tamanha importância no contexto regional que deveríamos nos voltar para formar pessoas que pudessem contribuir com o processo de desenvolvimento dessa importante categoria social. Todavia, essa é ainda uma realidade que precisa adquirir prioridade na maioria das escolas que atuam com ciências agrárias.

Conforme os autores, o que se constitui como agricultura moderna, precisa de uma formação de técnicos que não a questione nem apresente elementos que contradigam sua existência e, por conseguinte mantenha a situação como está justificando, assim, as razões de preservação e permanência do senso comum pedagógico com uma consequente afirmação do que se traduz como tecnicismo.

Apresentamos, no Quadro 3, as Subfunções, Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas da Função Produção Agroindustrial, contidas na Resolução CNE/CEB nº 4/1999 dada a importância para o contexto desse estudo. **As Bases Tecnológicas norteiam, de maneira flexível, os conteúdos trabalhados na disciplina Agroindústria do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ que promove a possibilidade de inserção e atuação deste profissional nos espaços de beneficiamento e processamento de alimentos** (BRASIL, 2000a, grifo meu).

Quadro 3. Subfunções, Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas da Função Produção Agroindustrial.

Subfunção 1: Aquisição da matéria-prima		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Analisar e avaliar as características, propriedades e condições da matéria-prima para a agroindústria. Planejar, orientar e acompanhar o processo de aquisição da matéria-prima. Interpretar as normas, técnicas e	Verificar a origem e procedência da matéria-prima. Identificar as propriedades, características e condições da matéria-prima para Agroindústria. Adquirir a matéria-prima para	Matéria-Prima. Legislação específica.

legislação pertinente. Determinar as diretrizes gerais para a aquisição da matéria-prima.	a agroindústria. Cumprir a legislação pertinente.	
Subfunção 2: Higiene, limpeza e sanitização na produção agroindustrial		
Planejar e monitorar o programa de higiene, limpeza e sanitização na agroindústria. Avaliar a importância do programa de higiene, limpeza e sanitização na produção agroindustrial. Analisar a qualidade da água a ser utilizada como agente de limpeza e higienização. Planejar e monitorar o tratamento de efluentes. Interpretar legislação pertinente.	Indicar e utilizar o processo mais apropriado para higiene, limpeza e sanitização na agroindústria. Selecionar os produtos para a higiene, limpeza e sanitização na agroindústria. Utilizar procedimentos de higiene, limpeza e sanitização na produção agroindustrial. Utilizar a água como agente de limpeza e higienização. Destinar os efluentes agroindustriais. Fazer o tratamento de efluentes da produção agroindustrial. Cumprir legislação pertinente.	Fundamentos de higiene, limpeza e sanitização na agroindústria. Água. Detergentes. Sanitizantes. Efluentes. Métodos de remoção de sujidades Legislação específica.
Subfunção 3: Elaboração de produtos agroindustriais		
Analisar e avaliar o processo de verticalização na produção agroindustrial como estratégia que agrega valor à produção. Planejar, avaliar e monitorar o preparo da matéria-prima para produção agroindustrial. Planejar, avaliar e monitorar a obtenção de produtos agroindustriais. Planejar e monitorar o uso de tecnologias de produção. Interpretar legislação pertinente.	Fazer amostragens da matéria-prima. Identificar as impurezas e contaminações da matéria-prima. Fazer a seleção e classificação da matéria-prima. Aplicar tecnologias de produção para obtenção de produtos agroindustriais. Utilizar os equipamentos necessários à produção agroindustrial. Utilizar os procedimentos de manutenção e operação de equipamentos. Utilizar subprodutos agroindustriais. Cumprir legislação pertinente.	Técnicas de amostragem. Análises da matéria-prima. Seleção e classificação de matéria-prima. Tecnologias de produção. Equipamentos. Processamento. Alimentos de origem Vegetal. Produtos não alimentares. Legislação pertinente.
Subfunção 4: Conservação e armazenamento da matéria-prima de produtos agroindustriais.		

Planejar, avaliar e monitorar o processo de conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais. Adotar medidas de prevenção de alterações na matéria-prima e produtos agroindustriais.	Identificar as causas das alterações da matéria-prima e dos produtos agroindustriais. Fazer a seleção dos métodos de conservação da matéria-prima e produtos agroindustriais. Aplicar a tecnologia de embalagem à matéria-prima e produtos agroindustriais. Aplicar métodos e técnicas de armazenamento da matéria-prima e produtos agroindustriais. Cumprir legislação pertinente.	Conservação e armazenamento da matéria-prima e produtos agroindustriais. Alterações físico-químicas e microbiológicas. Aditivos. Embalagens. Legislação pertinente.
Subfunção 5: Controle de qualidade na produção agroindustrial		
Definir procedimentos de controle de qualidade na produção agroindustrial. Monitorar e avaliar o emprego de técnicas e métodos de controle.	Utilizar os métodos de controle de qualidade na produção agroindustrial. Detectar e corrigir desvios no processo produtivo. Cumprir legislação pertinente.	Controle de qualidade. Programas de controle de qualidade. Legislação pertinente.

Fonte: Brasil (2000a).

2.3 Estendendo os Saberes para a Formação do Técnico em Agropecuária por Meio da Extensão Rural

Silva; Vasconcelos (2006) questionam: como defender a inserção da extensão no ambiente acadêmico se a própria comunidade tem sérias dificuldades de percepção sobre o que é extensão? Para os autores, convencionou-se entender extensão como aquilo que “não é nem ensino nem pesquisa”, para citar um lema corrente em muitos círculos universitários seja como uma prestação de serviços, seja como uma ação beneficente, assistencialista, voltada, exclusivamente, às populações carentes. Sabe-se que a extensão vai muito além disso, uma vez que trata-se de uma estratégia de construção de conhecimento conjunto, utilizando os saberes do agente responsável, professor, como mediador, junto à comunidade externa, não necessariamente carente de recursos financeiros.

Brasil (2009a) afirma que o ensino agrícola deve permitir ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir da prática interativa, com a realidade do seu meio e, também, extrair e problematizar o conhecido e investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu “lôcus”.

Então, considera-se necessário estabelecer o financiamento de projetos de extensão e de comunicação rural, estágio de vivência, residência agrária, estágio em geral em propriedades da região, visando ao envolvimento de futuros profissionais com o mundo do trabalho, além de contribuir com o desenvolvimento regional (BRASIL, 2009a).

De acordo com Oliveira et al. (2010) essas atividades contribuem para a formação acadêmica ao proporcionar um convívio com a realidade rural desenvolvendo, no estudante, uma visão crítica acerca da realidade social dos agricultores, em particular, com suas limitações e potencialidades e da sociedade, de uma maneira em geral.

Oliveira et al. (2010) afirmam que, ao longo do seu processo histórico, a extensão rural no Brasil apresentou diversas fases em termos de sua abordagem, organização, atuação e concepção filosófica no campo.

De acordo com Lisita (2005), a extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava a superar o atraso na agricultura. Assim, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso, ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento.

O autor afirma que esse era um modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais. Com raízes “difusionistas”, pois visa, apenas, a divulgar, impor ou estender um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas.

Lisita (2005), ao analisar as fases da extensão rural no Brasil, considera que a primeira fase, chamada “humanismo assistencialista”, prevaleceu de 1948 a 1960 em cuja a fase os objetivos eram o de aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais, com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir.

Outrossim, Lisita (2005), apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas, nessa época, também eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, as quais não favoreciam o florescimento da consciência crítica nos indivíduos, atendendo apenas às suas necessidades imediatas.

Ainda, de acordo com o autor, a segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), era chamada de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica e Extensão Rural visava ao aumento da produtividade e à mudança na mentalidade dos produtores, do âmbito tradicional ao moderno.

Além disso, a extensão era um empreendimento que visava à persuasão dos produtores, para que eles adotassem novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumiu um caráter tutorial e paternalista (LISITA, 2005).

Oliveira et al. (2010) consideram que essa concepção de abordagem tecnicista, difusionista, junto aos produtores rurais compreendia e tratava o processo educativo numa relação unidirecional onde o técnico era visto como o detentor do conhecimento e o produtor rural como receptor passivo.

Chambers (1984) afirma que é difícil para alguns cientistas aceitarem que tenham algo a aprender com pessoas do meio rural, ou, até mesmo, reconhecerem que existe um sistema de conhecimentos paralelo que é complementar, válido, e, em alguns aspectos, superior ao seu.

Para o autor o grande desafio é ouvir e aprender com os agricultores, encorajando-os a expressarem as suas ideias, significados e prioridades, e tratá-los não só como colegas e colaboradores, mas também, como professores.

De acordo com Estevão et al. (2010), a extensão rural, nessa formatação da atividade agrícola, apresentaram vários equívocos. A pesquisa tinha como foco o melhoramento e o aumento da produção de modo que, o extensionista exercia papel fundamental para a difusão das inovações tecnológicas e o produtor rural era apenas um mero receptor das informações. Esse processo ainda não está superado totalmente, no entanto, novas orientações têm sido sugeridas para superar tais equívocos.

Neste sentido, Gibbon (1994) citado por Estevão et al. (2010) apresentam algumas sugestões para o processo de abordagem, a fim de superar as distorções propondo uma interação dinâmica na relação entre pesquisador, extensionista e produtor, onde este último ator tem papel de igual importância no processo. Dessa forma, o novo extensionista é incentivado e desafiado a ser agente de ensino, pesquisa e extensão e não mais divulgador/disseminador de tecnologias modernas.

Para Oliveira et al. (2010) o conceito do termo “*Extensão Rural*” apresenta-se com múltiplos sentidos e objetivos, abrange as mais variadas atividades rurais, envolve diferentes tipos de organizações, para atingir diversos públicos, com diversas mensagens, cada um com significados distintos, para diferentes pessoas.

Freire (1982) aborda a questão da assistência técnica rural como um processo de comunicação que se contrapõe à idéia habitual que se tem de “extensão” rural porque quando se fala em extensão, logo se pode associar a conhecimentos e técnicas que serão “estendidos” a outros, e isso pode ser confundido com uma imposição de conteúdos [...]. Dessa forma, sugere-se entender a realidade do campo como um processo de comunicação no qual estejam contemplados interação e diálogo, constituindo-se numa troca de saberes (KUMMER, 2007).

Peixoto (2008) apresenta o conceito de extensão rural como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Nesse âmbito, o autor remete a Freire (1982) que defende um processo efetivamente comunicativo, dialógico, de troca de saberes, a ser estabelecido entre o técnico e o produtor rural.

Segundo Araújo (1981), para que os objetivos da Extensão Rural sejam alcançados, são necessárias algumas características básicas, como, por exemplo, entender que a Extensão é um sistema educacional baseado na realidade rural e que, por isso, deve trabalhar com programas elaborados em conjunto com a população. Ainda, deve-se trabalhar de forma integrada com outras agências e instituições, a fim de possibilitar a troca de conhecimentos e de tecnologias. Por meio da adoção da família como unidade de trabalho, a Extensão estimula, utiliza a liderança e o trabalho em grupo, iniciando seu processo educativo baseado nos conhecimentos que o agricultor já possui e articulando novos saberes com a pesquisa.

Para Caporal (1991), a Extensão Rural, por sua natureza e filosofia de trabalho, está sujeita a enfrentar problemas que se constituem como empecilhos à sua atuação eficiente, como: falta de pessoal preparado para a função de extensionista, falta de uma estrutura eficiente no campo da Extensão, de uma ligação estreita entre a extensão e a pesquisa, de dados para diagnósticos de situações, baixo nível de escolaridade da população rural, falta de participação voluntária das pessoas, dificuldade de técnicas complexas, de resultantes a médio

e longo prazo, falta de uma política agrícola bem definida e bem planejada, de uma infraestrutura física adequada e a atitude paternalista do governo.

Dessa forma, Simões (2002) faz o seguinte questionamento: se a agricultura familiar é o motor do desenvolvimento rural, por que os profissionais formados nos currículos tradicionais das ciências agrárias não conseguem, simplesmente, trabalhar com a categoria? Eles tornam-se impotentes ao se depararem com a realidade, são incapazes de compreendê-la em sua complexidade e, conseqüentemente, são ineficientes para tratar e responder aos problemas oriundos dela e que afetam o desenvolvimento rural.

Caporal (2001) avalia que, na formação dos profissionais, há uma deficiência comprovada: a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo que é fragmentada. Callou et al. (2008) consideram o caráter ainda fragmentário e, muitas vezes, dissociado da disciplina Extensão Rural em relação às demais disciplinas do curso e da disciplina em relação à realidade do campo. Segundo os autores, essa desconexão tende a ser identificada como um empecilho para uma vivência interdisciplinar mais efetiva da disciplina Extensão Rural com as demais disciplinas técnicas e, conforme indicado, até mesmo com aquelas das áreas humanas e sociais. E, também, como uma dificuldade adicional para o desenvolvimento da concepção de uma ciência sistêmica e holística, fruto de uma especialização reducionista.

Para Oliveira et al. (2010) o caráter interdisciplinar proporciona a construção de um estudante capaz de atuar futuramente na Extensão Rural como agente comprometido na busca da melhoria das condições de vida dos agricultores, respeitando e valorizando a troca de conhecimentos e o aprendizado mútuo.

Callou et al. (2008) consideram que a disciplina Extensão Rural, sinaliza, pela sua proposta abrangente, a possibilidade de congregar disciplinas afins, com base em temas transversais. Contribui para isso, segundo a mesma fonte de dados, o fato de que os professores se mostram disponíveis para experiências dessa natureza. Além dos temas transversais, a interligação entre as disciplinas poderia ocorrer, também, via projetos nas diversas áreas de conhecimento. Seria, inclusive, uma forma de favorecer a aproximação de profissionais das diversas áreas com os diversos atores das comunidades rurais, especialmente, os agricultores familiares, por meio de metodologias participativas.

Segundo Kummer (2007), o que podemos afirmar é que qualquer processo de mudança deve estar orientado no âmbito da óptica participativa. Ao contemplar o indivíduo, como sujeito do seu próprio desenvolvimento, em conjunto com uma maior difusão de técnicas para o facilitador, tem-se um cenário propício ao início das transformações sociais. Dessa forma, estaremos exercitando os ideais de democracia baseados na participação cidadã efetiva.

Ulrich (2010) afirma que os cursos de extensão rural, abertos ao público interessado, sem vínculo com escolaridade, proporcionam uma maior troca de informações entre produtores e técnicos, pois ao mesmo tempo em que são informados sobre as novas tecnologias, os produtores repassam suas experiências práticas, no cotidiano do campo, para técnicos e especialistas. Essa troca de informações permite o melhoramento das tecnologias e, conseqüentemente, viabiliza a qualidade do manejo agropecuário.

Segundo o autor, para trabalhar com afincos nesse desafio, a extensão rural contemporânea se refaz numa prática educativa que tem na organização social seu ponto de partida e nos métodos participativos de planejamento, a base para a estruturação e fortalecimento das formas organizativas de agricultores. Esse processo participativo de planejamento e intervenção permite que os agricultores, suas famílias e demais atores sociais envolvidos se solidarizem para o enfrentamento e a busca de solução aos problemas comuns.

Nesse contexto, Silva; Vasconcelos (2006), afirmam que compete ao extensionista o papel de guia nesse processo e, nunca, de detentor do conhecimento final, imutável, como acontece com a pesquisa.

É, por conseguinte, a partir da experiência refletida, da leitura de mundo, obtida com base na análise crítica e coletiva da realidade e da participação ativa dos atores sociais envolvidos, que a extensão rural contemporânea se orienta. É exigido dos profissionais tanto conhecimentos técnicos nas áreas de formação acadêmica como também, habilidades para resgatar e valorizar o conhecimento dos agricultores de forma que esse saber seja apropriado numa perspectiva que considera o contexto social e histórico das comunidades, as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável e a necessidade de articulação de parcerias locais e territoriais (ULRICH, 2010).

Ulrich (2010) ressalta que transformar a ação extensionista em experiência educativa e prática transformadora requer uma postura diferenciada tanto dos extensionistas como dos atores sociais envolvidos, uma vez que ambos passam assumir o compromisso mútuo com o processo educativo, o qual envolve a reciprocidade no ensinar, aprender, pesquisar e socializar. Para isso, é necessário garantir momentos em que se ensina e se aprende o conhecimento existente e momentos em que se trabalha a produção do conhecimento ainda em construção.

Por isso, Oliveira et al. (2010) avaliam que o estudante poderá tornar-se um sujeito educador do campo para, profissionalmente, constituir-se como extensionista que se referencia numa educação baseada em seus sujeitos, que respeitam a diversidade cultural e as diferentes experiências, com o reconhecimento da sua especificidade, singularidade e potencialidade no estabelecimento de um território legítimo de produção de saberes da existência humana.

Os autores consideram, ainda, que a vivência de campo, o dia-a-dia com as famílias nos proporcionam um novo olhar sobre os agricultores, um encontro com diferentes visões de mundo e o desafio de pôr em prática a teoria aprendida na Universidade. Aprende-se a inter-relação teoria e prática, o saber científico e o popular. O confronto com essas realidades distintas associados à interação e uma complexa cooperação de saberes, proporciona uma reflexão holística e unilateral do mundo e dos horizontes culturais referentes à complexidade do campo.

Então, Oliveira et al. (2010) verificam a importância de uma formação profissional diferenciada e alicerçada em uma compreensão acerca da importância das Políticas Públicas voltadas à Agricultura Familiar, executadas por extensionistas rurais facilitadores do conhecimento, por meio de um ensino aprendizagem onde agricultores e técnicos constroem juntos os saberes e assim tornam-se sujeitos da Educação do Campo.

Em relação à agroindústria, Wes Júnior (2009) afirma que para remediar os problemas encontrados pelos agricultores na atividade de agroindustrialização, possuem papel fundamental a extensão rural e a assistência técnica nesses domicílios, cujo foco é criar proposições e estratégias que viabilizem a sustentação das suas agroindústrias.

Contudo, para Wes júnior (2009) a extensão rural não tem grande expressividade nas propriedades com agroindústrias familiares, visto que não existe, qualquer forma de orientação técnica. Essa situação pode gerar vários problemas para os produtores, porque podem estar produzindo de forma irregular sem ao menos saber das consequências desse fato para os consumidores. Eles adquirem os artigos finais, sem o mínimo acompanhamento de nenhum órgão.

Baseando-se na análise de Pettan et. al. (2004), um dos principais pontos de estrangulamento dos empreendimentos familiares é justamente a ausência de um suporte

técnico, pois há muitos extensionistas que enfrentam dificuldades no momento de oferecer orientação para esse tipo de atividade.

Baseando-se nessa análise considera-se pode ser uma importante área de atuação para o Técnico em Agropecuária. Assim, é relevante promover ações de extensão rural na área de agroindústria junto aos produtores rurais do município, com a efetiva participação dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

3 METODOLOGIA

3.1 Local do Estudo

Antes de apresentar as técnicas e métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, é conveniente apresentar o local em que a pesquisa foi realizada e os sujeitos que dela participaram.

A pesquisa foi realizada em dois locais distintos: Campus Nilo Peçanha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e, também na área rural do município de Pinheiral - RJ.

Primeiramente, foi solicitada ao Diretor Geral do CANP/IFRJ, uma autorização para o desenvolvimento da Pesquisa no Campus. Ela foi deferida mediante a assinatura do Termo de Autorização Para Desenvolvimento da Pesquisa na Instituição (Anexo A).

Em seguida, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CEP/IFRJ para aprovação. A pesquisa foi aprovada pelo referido Comitê em 15 de abril de 2011, por estar em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, por meio do Memorando de Aprovação de 18 de abril de 2011 (Anexo B).

3.1.1 O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral

O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral, anteriormente denominado Colégio Agrícola Nilo Peçanha da Universidade Federal Fluminense é, atualmente, um dos 11 *Campi* que constituem o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, criado em 2008, por força da Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008 (IFRJ, Campus Pinheiral, 2012).

O Campus está sediado em uma fazenda e possui uma área total de 318 hectares, por onde estão distribuídas as diversas Unidades Educativas de Produção que dão suporte as atividades práticas desenvolvidas no curso Técnico em Agropecuária e as demais unidades administrativas.

O CANP/IFRJ, oferta além do Curso Técnico em Agropecuária os Cursos Técnicos em Informática, Secretariado, Agroindústria e Meio ambiente (presenciais) e Serviços Públicos, Lazer e Agente Comunitário de Saúde (a distância), com um total de mil cento e sessenta e três estudantes matriculados, sendo quinhentos e setenta e três matrículas nos cursos presenciais e quinhentas e noventa nos cursos à distância (IFRJ – Campus Pinheiral, 2012).

3.1.2 A área rural do município de Pinheiral

O Município de Pinheiral está localizado na região do Médio Vale Paraíba, às margens do Rio Paraíba do Sul no estado do Rio de Janeiro. Possui uma área de 77 km² e 22.724 habitantes. Atualmente possui 2.310 habitantes residentes na área rural, o que corresponde a 10,16% do total de habitantes do município (IBGE, 2010a).

A área rural do município de Pinheiral é composta por 257 propriedades divididas em cinco bairros. São eles: Goiabal, Mutirão da Paz, Papagaio, Vale dos Tucanos e Alberto Eira (INCRA, 2012).

3.2 Sujeitos da Pesquisa

O presente projeto de pesquisa apresenta como sujeitos, estudantes do CANP/IFRJ e produtores rurais do município de Pinheiral – RJ.

Os estudantes eram do terceiro ano do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, curso ofertado em regime seriado e com disciplinas anuais. Estavam matriculados na terceira série do Curso Técnico em Agropecuária no CANP/IFRJ em 2011, cinquenta e dois estudantes, divididos em duas turmas: 311, inicialmente composta por vinte e sete alunos e 312, com vinte e cinco alunos.

A opção de se desenvolver a pesquisa com a turma 311 ocorreu em função do contato que seria estabelecido com esta turma, para a qual fui designada a lecionar a disciplina Agroindústria durante o ano de 2011, ficando a referida disciplina na turma 312 sob a responsabilidade de outro docente.

O primeiro contato com os estudantes e sujeitos da pesquisa aconteceu em sala de aula no CANP/IFRJ, na primeira aula de Agroindústria do ano de 2011. Nessa oportunidade foi apresentado o projeto do referido estudo e em seguida realizado o convite para que os mesmos participassem da pesquisa, ressaltando a importância da participação de todos os estudantes da turma.

Dos vinte e sete alunos matriculados na turma 311, dois já haviam solicitado o trancamento de matrícula e os demais vinte e cinco concordaram em participar da pesquisa.

Foi entregue aos estudantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) e explicado que para participar do estudo, deveriam ler e assinar o termo e, em caso de estudantes menores, deveria ser assinado pelo seu responsável legal.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preconiza a participação em caráter voluntário e assegura o sigilo da participação do estudante. Deixa claro que a qualquer momento o estudante poderá desistir e retirar o seu consentimento e que sua recusa não lhe trará prejuízo algum em sua relação com o pesquisador ou qualquer setor desta Instituição.

Também foram sujeitos da pesquisa, 34 agricultores familiares do município de Pinheiral, que contribuíram, significativamente, para a realização do diagnóstico das Agroindústrias Familiares Rurais do município de Pinheiral.

Os produtores rurais, bem como os estudantes envolvidos na pesquisa, também receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentando o objetivo da pesquisa, informando as condições para a sua participação e solicitando, também, o seu consentimento (Anexo D).

3.3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de uma abordagem qualitativa. Para Bogdan; Biklen (1994), a pesquisa qualitativa caracteriza-se, basicamente, pelos dados colhidos diretamente no ambiente natural, ou seja, no local onde ocorre o fenômeno, estando eles em forma de palavras ou imagens de maneira que possam ser descritos, tendo como principal instrumento o investigador. O enfoque substancial ocorre no processo e não apenas nos resultados ou produtos da investigação.

3.3.1 Caracterização socioeconômica dos discentes

A caracterização socioeconômica dos discentes foi realizada por meio da aplicação do questionário de entrada.

Antes da aplicação do questionário de entrada para os estudantes sujeitos da pesquisa, foi realizado um pré-teste com cinco estudantes da turma 312/2011 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Convém ressaltar que a turma selecionada para realização do pré-teste é do mesmo curso que a turma selecionada para o desenvolvimento do estudo, tendo a mesma matriz curricular e carga horária. A diferença entre as turmas manifesta-se no turno em que as disciplinas técnicas são oferecidas: A turma 311 cursa as disciplinas técnicas no período vespertino, enquanto a 312 no período matutino, além de terem professores diferentes lecionando a disciplina Agroindústria.

Além disso, os resultados do pré-teste não foram utilizados, entretanto foram importantes para assegurar a validade e precisão do questionário permitindo realizar os devidos ajustes antes da sua aplicação, possibilitando, assim, que os sujeitos da pesquisa não tivessem dificuldades em responder às questões, recorrendo suas respostas de maneira a contribuir para o resultado do estudo.

Após a apresentação da pesquisa e a obtenção do consentimento dos estudantes e responsáveis legais para a participação, foi entregue, na segunda aula de Agroindústria do ano letivo de 2011, o questionário de entrada (Anexo E) que foi elaborado baseado em um roteiro estruturado com questões abertas e fechadas, em que a primeira parte, denominada identificação, tinha o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes.

Após a entrega do questionário foram realizadas a leitura e explicação para os estudantes informado que as respostas deveriam ser individuais, portanto sem consulta aos colegas. Os estudantes também foram orientados que, em caso de dúvidas, poderiam solicitar auxílio do pesquisador, que esteve presente na sala de aula durante todo o tempo da atividade. Todos os questionários foram respondidos em sala de aula. Mesmo com a realização de explicação prévia, no momento em que estavam respondendo, surgiram algumas dúvidas, que foram esclarecidas imediatamente.

A aplicação do questionário possibilitou estabelecer a caracterização da amostra dos 25 estudantes pesquisados, gerando tabelas e gráficos os quais ilustram com mais clareza o perfil socioeconômico dos mesmos.

3.3.2 Análise da concepção dos alunos sobre Agroindústria Familiar Rural (AFR)

No segundo campo do questionário de entrada para os estudantes (Anexo E), buscaram-se, também, informações para avaliar as concepções deles acerca da realidade local das AFRs do município, no que tange a atuação, vocação, legalização, expectativas e dificuldades e, também, seus conhecimentos para legalização de agroindústrias e obtenção de registro de produtos nos âmbitos municipal, estadual e federal. As perguntas do segundo campo do questionário de entrada foram respondidas juntamente às questões do campo de identificação. Os estudantes tiveram muitas dúvidas e mostraram certa dificuldade para responder às questões, contudo o fato de o pesquisador ter acompanhado a atividade, possibilitou que os estudantes respondessem todo o questionário.

Além disso, ao final do ano letivo, exatamente na última aula de Agroindústria, foi entregue aos estudantes o questionário de saída (Anexo F). Sua aplicação teve como objetivo avaliar o efeito da abordagem metodológica utilizada durante o desenvolvimento da pesquisa, em relação à construção do seu conhecimento como Técnico em Agropecuária para atuar nas atividades de extensão na área de agroindústria.

O questionário de saída, também foi elaborado de acordo com um roteiro estruturado contendo questões abertas e fechadas.

A aplicação do questionário de saída foi conduzida da mesma maneira que a aplicação do questionário de entrada. Após a entrega dos questionários aos estudantes, realizou-se uma leitura seguida de explicações e orientação acerca da importância de respostas individuais, além do informe de que eventuais dúvidas poderiam ser esclarecidas com o pesquisador que permaneceria em sala de aula, acompanhando toda a atividade.

Ressalta-se que, como a aplicação desse questionário foi realizada na última aula do ano e, exatamente, em período de provas do 4º bimestre, os alunos estavam afoitos e teve-se então o cuidado de conferir, no momento da devolução do questionário, se todas as questões haviam sido respondidas. Em alguns casos, o questionário foi devolvido ao estudante e solicitado dele a gentileza de responder eventuais questões que estavam sendo deixadas em branco, inclusive questões fechadas. Todos os questionários foram respondidos em sala de aula e, em seguida, devolvidos devidamente preenchidos no local.

Convém ressaltar que o questionário de saída, foi respondido por 24 estudantes, visto que no decorrer do ano letivo, houve mais um trancamento de matrícula.

3.3.3 Diagnóstico das propriedades rurais do município de Pinheiral

O diagnóstico das propriedades rurais do município de Pinheiral foi realizado entre os meses de agosto de 2011 e janeiro de 2012, pelos estudantes sujeitos da pesquisa com a orientação e acompanhamento da professora responsável pela pesquisa.

A entrevista com os produtores teve o objetivo de conhecer as propriedades, além de traçar seu panorama técnico, com o intuito de se realizar um levantamento de quantas há no município de Pinheiral, onde estão localizadas, o que e quanto produzem e sob que condições produzem.

Trinta e quatro agricultores familiares do município foram entrevistados. As entrevistas aos agricultores eram realizadas nas suas propriedades, sempre às quintas-feiras no período vespertino. Nesse período, o horário de aula da turma 311/2011, estava livre para a realização de Estágio Supervisionado.

Durante as aulas de agroindústria, que aconteciam às sextas-feiras, três estudantes eram selecionados para participar das entrevistas na semana seguinte, de modo que assim seria garantida a todos os estudantes a possibilidade de ir a campo para realizar entrevistas e visitas as propriedades rurais do município. A cada quinta-feira, os três alunos selecionados, previamente, acompanhados da pesquisadora responsável pelo estudo se dirigiam a área rural do município para a realização do trabalho de campo.

Primeiramente, a professora se apresentava e, em seguida, apresentava os seus alunos. A partir daí o projeto de pesquisa era apresentado aos produtores e o mesmo convidado para participar do estudo. Com o aceite do produtor, fazia-se a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), solicitando sua assinatura consentindo a participação no estudo. Também era previamente solicitado aos produtores, permissão para gravar a entrevista e realizar registro fotográfico da propriedade e participante.

Para a realização das entrevistas com os produtores, foi elaborado um questionário com roteiro estruturado, contendo questões abertas e fechadas, como instrumento de coleta de dados, que auxiliou os estudantes a conduzirem as entrevistas (Anexo G).

De acordo com Boni; Quaresma (2005), a entrevista estruturada, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir delas. Segundo as autoras, o principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas. A vantagem da utilização desta metodologia é a obtenção de respostas rápidas e precisas.

Ainda de acordo com as mesmas autoras, essa metodologia possibilita ao pesquisador seguir um conjunto de questões previamente definidas, no entanto ele o faz num contexto semelhante ao de uma conversa informal, podendo combinar perguntas abertas e fechadas, fornecendo ao informante a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

Os estudantes realizavam as entrevistas, com supervisão e orientação da professora que, eventualmente, durante a entrevista, fazia abordagens quando considerava pertinente.

Não foi possível levar todos os estudantes juntos a uma mesma propriedade em uma quinta-feira à tarde, pois como já foi anteriormente informado, muitos deles já tinham assumido compromissos de Estágio Supervisionado nesse horário.

Além disso, por causa do tempo e de uma greve dos Institutos Federais, deflagrada em agosto de 2011, também não foi possível garantir que os estudantes visitassem todas as propriedades do município que foram incluídas no estudo. Considera-se que esses fatos não comprometeram os resultados do estudo e acredita-se ter sido suficiente as três propriedades visitadas por estudante.

Convém informar, que todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise do conteúdo. Já quanto ao registro fotográfico das propriedades, alguns proprietários não permitiram que ele fosse realizado, o que foi prontamente acatado pela professora e estudantes.

3.3.4 A realização do grupo focal

Segundo Gomes; Barbosa (1999, p.1), Grupo Focal “é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”; Caplan (1990) acrescenta que os grupos focais são pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos e identificar problemas, o que contempla a proposta deste projeto.

Dias (2000), afirma que o objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes, e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade.

Para Neto; Moreira; Sucena (2002), a principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa por meio da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões, visões e concepções sobre determinado tema.

Sendo assim, após o contato dos estudantes com a realidade local, que ocorreu por meio da realização das entrevistas nas propriedades, foi realizada a técnica de Grupo Focal com os sujeitos da pesquisa.

Para a realização desse grupo, foi elaborado um roteiro de debate (Anexo H), utilizado pelo mediador como um parâmetro de condução.

Foram realizados três grupos, sendo o primeiro com a participação de sete estudantes, o segundo com oito e o terceiro, com seis. Além dos estudantes participaram a Professora responsável pelo presente estudo como mediadora do debate e, uma servidora do Campus que atuou como operadora de gravação. O objetivo da aplicação da técnica foi conhecer sob a ótica dos estudantes, quais dificuldades, enfrentadas pelos produtores foram verificadas durante as visitas para o diagnóstico e, também, quais alternativas podem ser buscadas para a promoção do desenvolvimento da produção agropecuária e da agroindústria no município de Pinheiral, além de obter informações acerca do sentimento dos estudantes em realizar as visitas às propriedades.

Os três Grupos foram realizados com registros fotográficos e filmagens com registro de imagens e voz, que foram, posteriormente, transcritas para análise do conteúdo.

3.3.5 Análise dos dados coletados

Construiu-se um banco de dados, por meio de Planilha eletrônica, para quantificar respostas das perguntas fechadas e analisar a frequência absoluta e relativa (percentual) em que elas aparecem, formalizando sua característica quantitativa.

Em relação as perguntas abertas, Minayo (2007) oferece uma proposta operativa. Na opinião da autora os indivíduos que vivem uma determinada realidade, ao pertencer a grupos, classes e segmentos diferentes, são influenciados pelo momento histórico, podendo ter interesses comuns que os unem e interesses exclusivos que os distinguem. Na perspectiva dialética é essencial fazer a crítica das ideias resultantes dos produtos sociais, procurando nas suas particularidades históricas, a ligação estreita com o seu tempo, e nas diferenciações internas, a sua contribuição para a vida, para o conhecimento e para as transformações.

A autora propõe dois níveis de interpretação. O primeiro reporta-se ao contexto sócio-histórico do grupo em estudo, constituindo o marco teórico-fundamental para análise. Este é o plano do contexto (sempre parcial), sendo que, quando se procede à interpretação dos dados, se refere às determinações como ao recurso interpretativo, através do qual se procura saber as ligações entre a experiência empírica e as relações essenciais. As determinações fundamentais, que são enquadradas neste nível, advêm da prática social e da ação humana, ser humano esse que tem vivências, pensamentos, sentimentos e reflexões do mundo. Assim, fez-se a análise da percepção dos estudantes sobre a agroindústria familiar rural e da sua atuação nesses espaços, buscando-se enquadrar as vivências e o contexto histórico e cultural no qual os participantes desenvolvem as suas práticas.

O segundo momento da análise corresponde à confrontação com os fatos empíricos. É necessário encontrar nos relatos dos participantes o sentido, a lógica interna, as interpretações e as projeções. Como tal, nesta etapa foram contempladas as entrevistas dos estudantes e dos produtores.

Desta forma, para a análise dos resultados realizou-se: a) Ordenação dos dados - através da tabulação dos resultados e transcrição das entrevistas e a organização dos relatos; b) Análise final - realização do encontro dos resultados obtidos na etapa anterior com o material teórico pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio do CANP/IFRJ, está estruturado em 3 (três) séries anuais, com uma carga horária anual de 1.740 horas, além de 240 horas de estágio supervisionado. Os alunos, para cumprirem essa carga horária, estudam em horário integral.

As aulas têm duração de 50 minutos e o ano letivo é dividido em 4 bimestres, para fins de avaliação do processo ensino-aprendizagem. A presença mínima obrigatória é de 75% do total de aulas dadas em todas as disciplinas.

A disciplina Agroindústria é ministrada na terceira série do curso, em três tempos semanais, sendo um tempo com toda a turma para aula teórica e dois tempos para aulas práticas na Unidade Educativa de Produção - UEP de Agroindústria. Para as aulas práticas as turmas são divididas em dois grupos (A e B), e cada grupo é encaminhado a UEP para a qual foi escalado, conforme escala de rodízio de aulas práticas. A disciplina Agroindústria faz rodízio com a disciplina Bovinocultura de Leite por terem a mesma carga horária.

Conforme o Plano de Curso, as escalas de aulas práticas contemplam as disciplinas de cada série, de modo que possa haver a conjugação dos ensinamentos teóricos com os práticos, de maneira a contextualizar plenamente a construção dos conhecimentos pelos alunos (IFRJ – Campus Pinheiral, 2009).

4.1 Caracterização Socioeconômica dos Discentes

Os alunos da turma 311/2011 do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ são, na maioria, adolescentes do sexo masculino, com idade variando entre 16 e 52 anos, provenientes de escolas públicas municipais. Observa-se que a idade de entrada nos cursos profissionais vem diminuindo ao longo dos anos, fato observado em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFRJ – Campus Pinheiral, 2009).

Após esse breve e importante relato, pode-se partir para a análise da primeira etapa da pesquisa de campo onde foram aplicados os questionários sócioeconômicos para a amostra de 25 estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, tornando-se possível fazer uma caracterização sobre alguns aspectos pessoais dos mesmos, como mostra a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Caracterização da amostra dos discentes estudados.

Variável		Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Sexo	Feminino	08	32,0
	Masculino	17	68,0
Idade	16-18 anos	19	76,0
	19-24 anos	04	16,0
	25-35 anos	01	4,0
	36-52 anos	01	4,0
Religião	Católico	12	48,0
	Protestante	06	24,0
	Espírita	02	8,0
	Agnóstico	01	4,0
	Não Possui	04	16,0
Cor	Branca	14	56,0
	Parda	05	20,0
	Preta	06	24,0
Cursou o Ensino Fundamental em escola:	Privada	04	16,0
	Pública Municipal	13	52,0
	Pública Estadual	06	24,0
	Pública e Privada	02	8,0
Renda Familiar	Até R\$ 1.000,00	03	12,0
	R\$ 1.001,00 R\$ 2.000,00	12	48,0
	R\$ 2.001,00 a 3.000,00	05	20,0
	Acima de 3.001,00	03	12,0
	Não informado	02	8,0
Número de pessoas que residem no domicílio	1-2 pessoas	02	8,0
	3-4 pessoas	16	64,0
	5-6 pessoas	06	24,0
	Acima de 6 pessoas	01	4,0
Reside em	Zona urbana	22	88,0
	Zona Rural	03	12,0

Observou-se, nos dados apresentados na Tabela 1, que dos 25 estudantes da turma 311 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ que compõem a amostra, 76% são adolescentes com idade variando entre dezesseis e dezoito anos, 16% jovens com idade entre 20 e 24 anos, enquanto 8% são adultos, estando 4% na faixa etária entre 23-35 anos e 4% entre 36-52 anos.

Essa turma caracteriza-se por ser composta de estudantes que cursavam o ensino profissional concomitante ao ensino médio e outros que cursavam somente o ensino profissional. Isso justifica a grande diferença de idade, observada entre os estudantes que compõem a amostra, que variou de 16 a 52 anos de idade.

Em relação ao gênero, há predominância de estudantes do sexo masculino (68%), à medida que para o sexo feminino o percentual é de 32%.

Barros (2006), ao estudar o estado nutricional e hábitos alimentares de adolescentes no mesmo local desta pesquisa e também com estudantes do Curso Técnico em Agropecuária,

identificou a predominância de estudantes do sexo feminino tanto para o número total de matrículas (53,26%), quanto para a sua amostra (51,3%).

Em 2006, o CANP/IFRJ ofertava somente o Curso Técnico em Agropecuária e, atualmente, oferece diversas opções de cursos técnicos, como Secretariado, Informática e Meio Ambiente, que têm despertado o interesse do público feminino no Campus.

É bem verdade que o Campus oferece residência estudantil somente para os estudantes do sexo masculino, o que também deve ser considerado como um fator determinante para a discrepância encontrada em relação ao número de estudantes do sexo masculino e feminino na amostra.

Quanto à religião, 16% dos discentes entrevistados não a possuem, enquanto 84% afirmam tê-la, como apresentado na Figura 1.

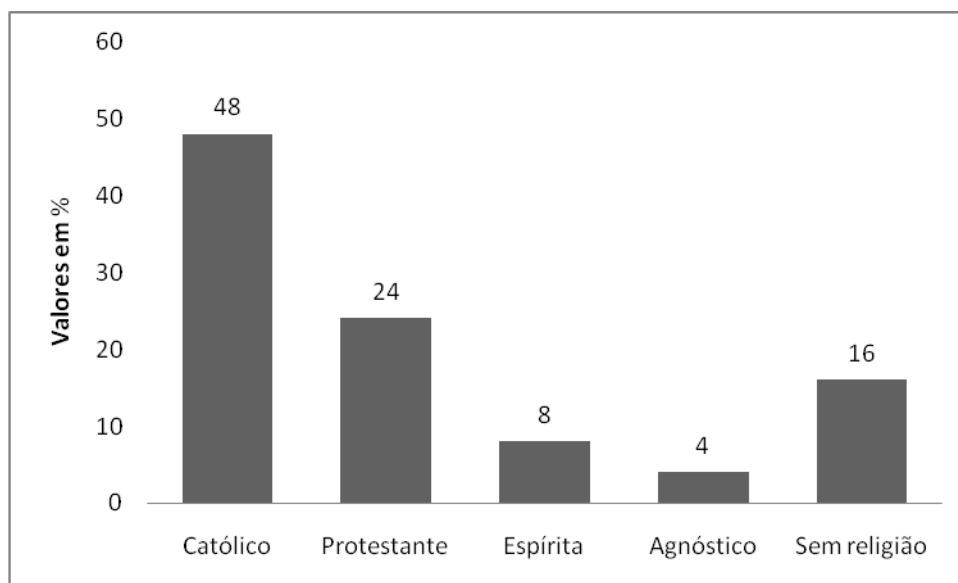


Figura 1. Religião dos estudantes amostrados.

Entre os estudantes que possuem uma religião, 48% são católicos, 8%, espíritas, 4%, agnósticos e 24% protestantes. Analisando esses dados, percebe-se claramente a heterogeneidade da amostra em relação à escolha da religião.

Considera-se pertinente ainda, apresentar a relação que os estudantes estabelecem com a religião. Assim, 60% dos estudantes se dizem praticantes e 24% não praticantes.

Em relação à cor sabe-se que o sistema de classificação por cor ou raça da população, utilizado, atualmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nas suas pesquisas domiciliares constam cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2011).

Nesse estudo, como mostra a Tabela 1, 56% dos estudantes são de cor branca, 20%, pardas e 24%, de cor preta. Convém ressaltar que, nos questionários, também foram encontrados, além das categorias de classificação do IBGE, os termos negro e moreno.

Esses mesmos termos, além das cinco categorias, também foram encontrados pelo IBGE, em um estudo, realizado em 2008, intitulado “*Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de cor ou Raça*”. A pesquisa teve o propósito de compreender com profundidade o atual sistema de classificação da cor ou raça nas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE.

Não se pode afirmar que trata-se de desconhecimento das categorias oficiais de classificação de cor, ou se o caso ilustra uma autointitulação de cor, pois o indivíduo que se diz moreno, na verdade, é preto ou pardo, mas "clareia" sua pele ao se considerar moreno.

Outro aspecto relevante consiste em observar que somente 16% dos discentes cursaram o ensino fundamental, exclusivamente em escolas privadas, como mostra a Figura 2.

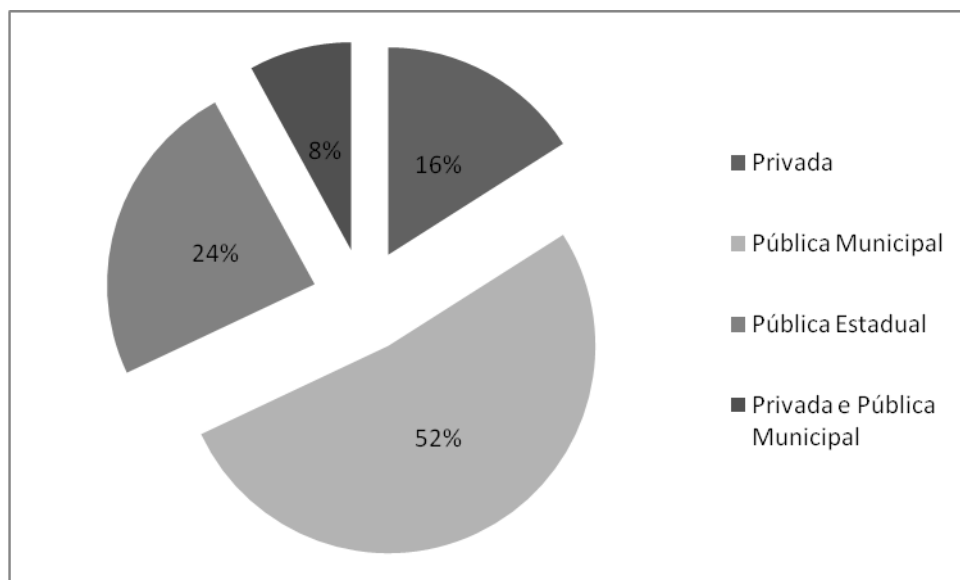


Figura 2. Rede de Ensino em que os estudantes cursaram o Ensino Fundamental.

Convém ressaltar que é pré-requisito para ingresso ao Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ a aprovação no processo seletivo que consta de prova objetiva das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e, também, redação.

Além disso, é indiscutível que essas escolas públicas das quais 76% dos estudantes são oriundos, estão cumprindo suas funções e proporcionando condições para que esses alunos ingressem no CANP/IFRJ, que é um Campus da Rede Federal, onde o ensino é de qualidade, o que se comprova por meio dos excelentes resultados obtidos nos últimos anos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Como se pode verificar na Tabela 1, a renda familiar de 68% dos estudantes amostrados está entre R\$ 1.001,00 e R\$ 3.000,00. Considerando o valor atual do salário mínimo nacional que é de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais (BRASIL, 2011c), a renda de 68% da amostra é equivalente a 1,66 e 5 salários mínimos. Em 2010, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho foi de R\$ 1.345,00, segundo informações do Censo 2010 (IBGE, 2010a).

Um dado a acrescentar é que quando perguntados sobre a existência de pessoas aposentadas na família, 72% dos estudantes responderam que não possuem aposentados na família, enquanto 20% possuem e 8% não informaram se há pessoas aposentadas na família.

Outro ponto relevante apresentado na Tabela 1, diz respeito ao número de pessoas que residem no domicílio. É notável que a grande parte dos estudantes, cerca de 64%, residem em domicílios com 3-4 pessoas.

Dessa forma, esse dado vem corroborar com os resultados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD - 2009, que revela a diminuição do tamanho médio das famílias brasileiras, que alcançava 4,5 pessoas em 1980, 3,8 em 1992, 3,3 em 2001 e reduziu-se para 3,1 membros em 2009 (IBGE, 2010b).

A diminuição do tamanho médio das famílias é consequência do declínio da taxa de fecundidade total (número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua idade reprodutiva), que reduziu de 2,3 em 2001 para 1,9 em 2010, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010).

Também considera-se importante apresentar a composição familiar dos estudantes amostrados que está disposto na Figura 3.

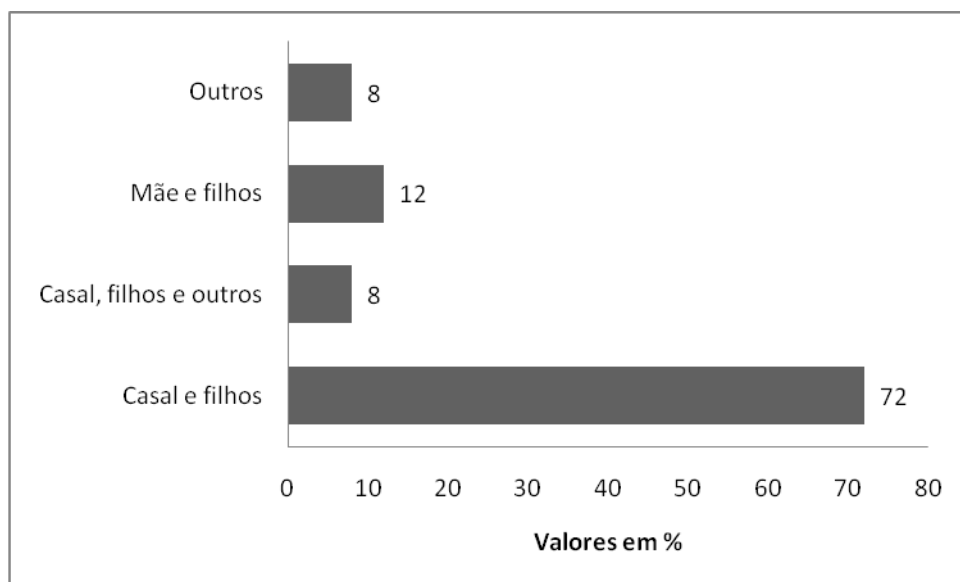


Figura 3. Composição familiar dos estudantes amostrados.

Ressalta-se que é pertinente informar que na categoria “outros”, foram considerados estudantes que moravam sozinhos e famílias compostas somente de irmãos, cunhado e concunhado. Na categoria casal e filhos não foi feita distinção entre pai/padrasto e mãe/madrasta.

Com base nessa análise sobre a composição desse universo estudado, parte-se então para as características referentes ao local de residência desses estudantes. Observou-se que 88% dos amostrados residem na zona urbana e somente 12% são residentes na zona rural. É interessante notar o número significativo de estudantes oriundos da zona urbana que são despertados para um curso de atividades estritamente rurais.

Um dado a acrescentar é que, dos estudantes amostrados, somente 16% informaram que as famílias produzem produtos agropecuários. Os produtos citados foram: gado de leite e corte (12%) e fruticultura, olerícolas e produção de doces (4%).

A seguir, a Figura 4, revela as cidades de origem dos estudantes amostrados.

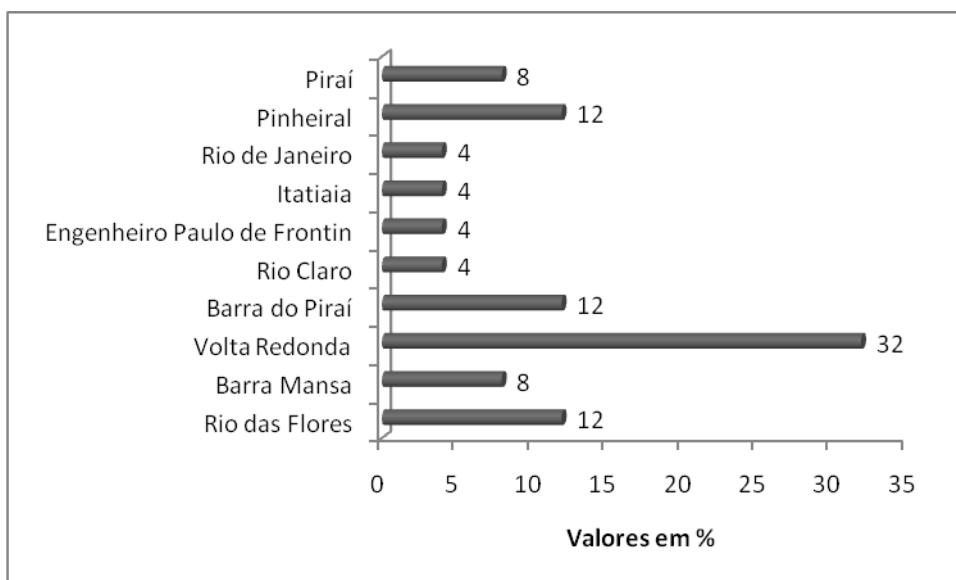


Figura 4. Cidades de origem dos estudantes amostrados.

Como se pode observar na Figura 4, é bastante relevante a área de abrangência do CANP/IFRJ. No grupo de estudo em questão, verifica-se a presença de estudantes oriundos de 08 dos 12 municípios que compõe a Região do Médio Vale do Paraíba, não havendo na amostra somente a representação de 4 municípios: Valença, Resende, Quatis e Porto Real.

Percebe-se ainda que o CANP/IFRJ, atende estudantes que são oriundos de municípios que extrapola a Região do Médio Vale do Paraíba, como por exemplo, da Cidade do Rio de Janeiro e Engenheiro Paulo de Frontim.

Não se pode olvidar que algumas dessas cidades estão a muitos quilômetros de distância do CANP/IFRJ, como mostra a figura 5.

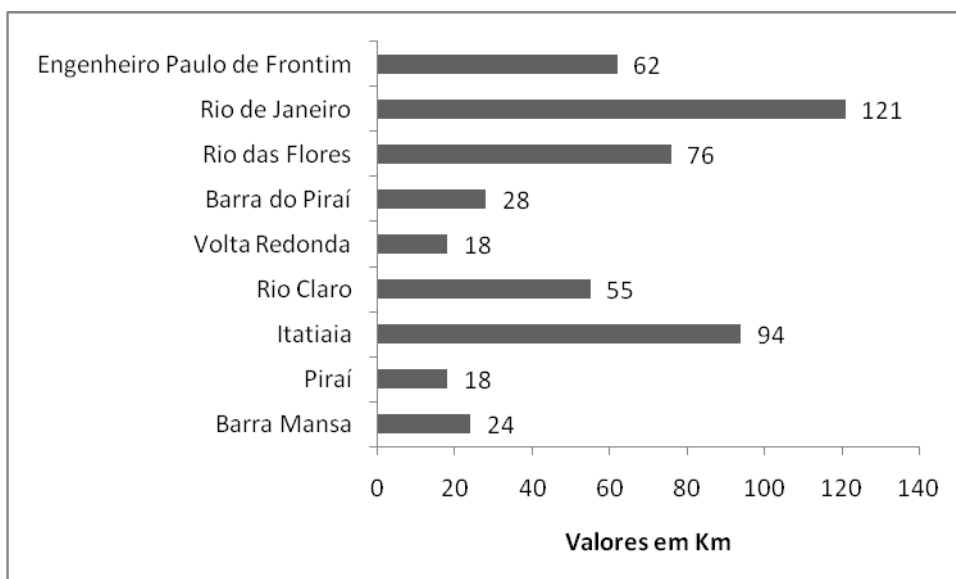


Figura 5. Distância entre Pinheiral e as cidades de origem dos estudantes.
Fonte: Google Maps (2012).

Considerando as distâncias apresentadas, a escassez e as péssimas condições do transporte público na Região e que o curso é oferecido em horário integral (das 07:00 às 17:20

horas), pode-se afirmar que não haveria possibilidade de o estudante se deslocar de sua cidade de origem para o CANP/IFRJ todos os dias da semana.

Neste sentido é pertinente afirmar a importância da oferta da residência estudantil no Campus para garantir a permanência dos estudantes. Cumpre observar que 47% dos estudantes do sexo masculino estudados, eram usuários desse serviço no CANP/IFRJ.

Faz-se necessário também, chamar a atenção dos gestores do IFRJ e do CANP para a necessidade de implantação de residência estudantil feminina no Campus, oportunizando direitos iguais e maior possibilidade de ingresso de estudantes do sexo feminino no Campus.

Considera-se indispensável, nesse estudo, apresentar os dados referentes à escolaridade dos pais dos estudantes, como mostra a Figura 6.

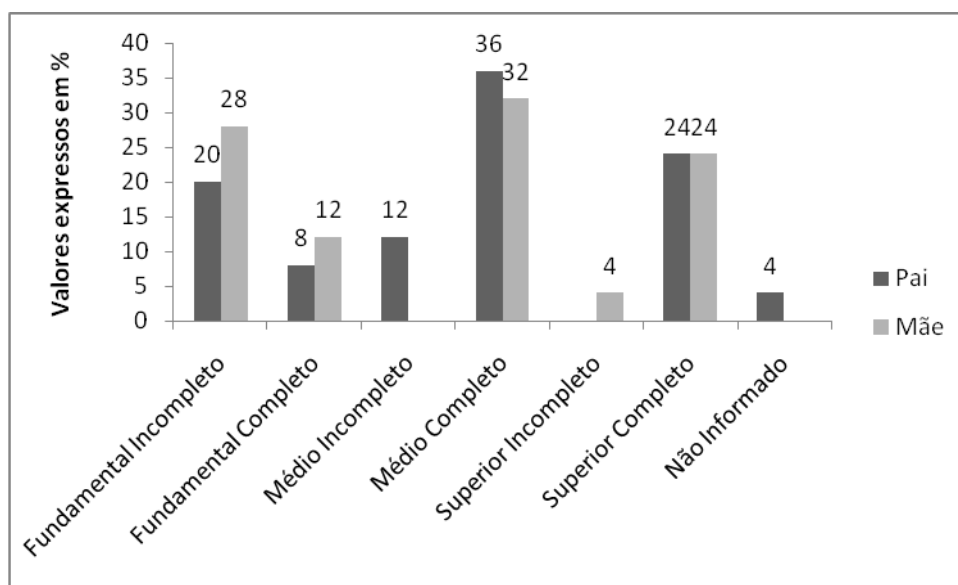


Figura 6. Nível de escolaridade dos pais dos estudantes amostrados.

Nessa Figura, verifica-se que os pais possuem menor escolaridade que a mãe em se tratando do nível fundamental completo (8%) e fundamental incompleto (20%). Em relação ao ensino médio, o que se observa é que a escolaridade dos pais é maior, onde 36% dos pais e 32% das mães concluíram esse nível de ensino. Em se tratando do ensino superior, há paridade entre pais e mães (24%) que concluíram cursos de graduação, e 4% não que não concluíram. A categoria não informado, nesse caso, refere-se a pais desconhecidos.

Nesse estudo, não foram coletados dados acerca da ocupação dos pais e, dessa forma, não foi possível correlacionar a atividade que os mesmos desenvolvem com a sua instrução.

A caracterização do perfil socioeconômico dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ servirá de subsídio para a compreensão das concepções dos estudantes a respeito da agroindústria familiar rural, bem como do trabalho de campo que foi realizado ao longo do desenvolvimento deste estudo e que será apresentado adiante.

Entretanto, antes de apresentar estes dados, é conveniente verificar por que motivos os estudantes fizeram a opção pelo curso Técnico em Agropecuária, como mostra a Figura 7.

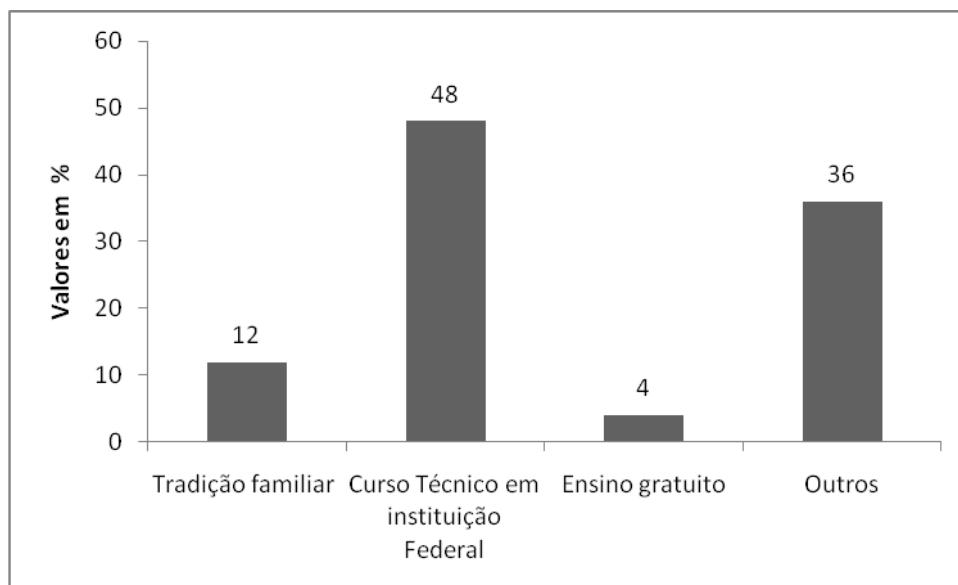


Figura 7. Motivos da opção pelo Curso Técnico em Agropecuária.

Por meio dela, constata-se que 48% dos estudantes, conferem o motivo da escolha do curso ao fato de ser um curso técnico oferecido em uma instituição Federal, o que se pode traduzir em oferta de ensino de qualidade. A opção da escolha por tradição familiar na produção agropecuária foi verificada por 12% dos entrevistados, sendo este o mesmo percentual registrado para os alunos que residem em zona rural. O fato de o curso ser gratuito foi determinante para a escolha de 4% dos amostrados, à proporção que não foi encontrado nenhum registro para as seguintes opções: relação candidato/vaga, proximidade à residência e ao trabalho e vocação regional do município. Um percentual significativo da amostra (36%) citou outros motivos para a escolha do curso. A Tabela 2 apresenta quais são ou outros motivos apontados pelos estudantes.

Tabela 2. Outros motivos para a escolha do Curso Técnico em Agropecuária.

Opção	Respostas	Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Outros	Realizar sonho antigo	01	11,1
	Afinidade com a área	04	44,5
	Base para a graduação	02	22,2
	Ter um curso técnico no currículo	01	11,1
	Qualidade do ensino médio	01	11,1

A primeira observação a fazer, analisando a Tabela 2, diz respeito ao percentual de estudantes amostrados (44,5%) que informaram ser a afinidade pela área, o fator responsável pela escolha do curso. Deve-se considerar aqui, que esse percentual representa a escolha dessa opção somente para quatro estudantes do número total da amostra. Possivelmente, esse fato pode ser correlacionado ao elevado número de estudantes oriundos da zona urbana (88%). Verificou-se que 22,1% dos estudantes demonstraram interesse em continuar os estudos, considerando o curso Técnico em Agropecuária como base para a graduação em medicina

veterinária. Este dado corrobora com os encontrados por Freitas (2006), quando relata que essa nova clientela nem sempre está em busca de uma profissionalização, mas talvez de embasamento para uma trajetória acadêmica no ensino superior.

Essa análise preliminar possibilitou identificar as características socioeconômicas dos estudantes amostrados e conhecer a composição do universo estudado, etapa de fundamental importância para, a seguir, analisar os dados que referem-se a compreensão das concepções dos estudantes amostrados a respeito da agroindústria familiar rural.

4.2 Concepções dos Discentes Sobre Agroindústria Familiar Rural (AFR)

Os próximos dados aqui apresentados, referem-se as concepções iniciais dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária envolvidos neste estudo sobre as AFRs. Compete ressaltar que os dados foram obtidos por meio das respostas das questões abertas, constantes no questionário de entrada, aplicado no horário da disciplina Agroindústria, no segundo encontro do ano letivo, quando os estudantes ainda não haviam tido contato com conceitos e conteúdos específicos da disciplina em questão. As respostas descritas no questionário foram agrupadas em categorias, após uma minuciosa análise de conteúdo. Conforme Bardin (2002), as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo sob um título genérico, agrupamento efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos. Nesse estudo fez-se a opção de agrupar as respostas de acordo com a sua ideia central.

Buscou-se saber dos estudantes se já haviam participado de alguma atividade promovida pelo CANP/IFRJ com a comunidade rural do município de Pinheiral. Verificou-se que grande parte dos estudantes (60%) informaram que não, ao passo que 40% já haviam participado de atividades promovidas pelo Campus com a comunidade rural local. As atividades realizadas, bem como o percentual de participação dos estudantes nas mesmas estão descritas na Figura 8.

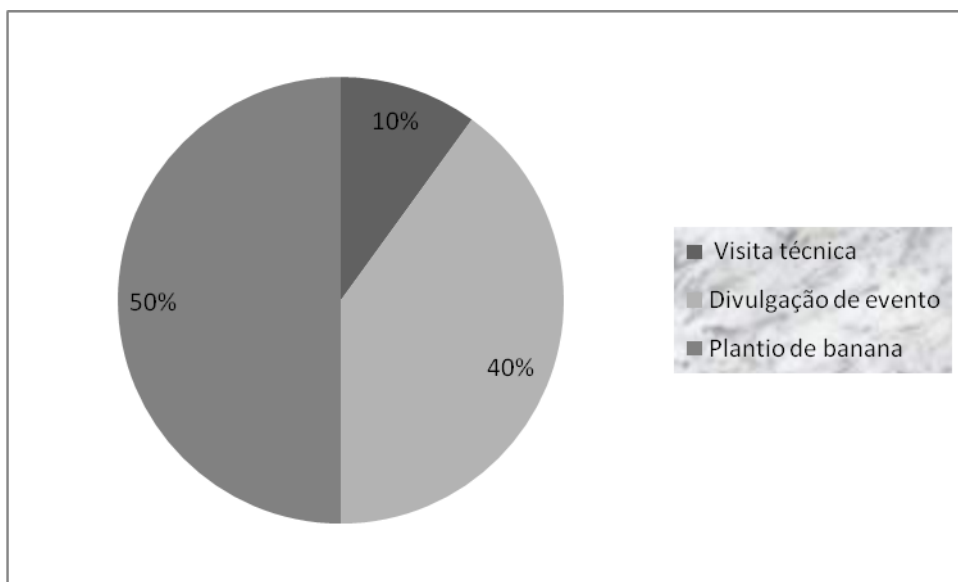


Figura 8. Atividades realizadas pelos estudantes junto à comunidade rural local.

Na figura acima exposta, observa-se que houve a participação de estudantes em três atividades distintas. Em se tratando de visita técnica, é uma prática do Campus, contemplada, inclusive, no Plano de Curso do Técnico em Agropecuária. Ocorre que somente 10% do

universo que já participou das atividades, informaram ter realizado a visita. O fato nos permite afirmar que essa não é uma prática muito difundida entre os docentes que atuam na primeira e segunda série do curso.

O plantio de banana, citado por 50% dos estudantes que já haviam participado de atividades, refere-se a um projeto intitulado “*Banana na Mesa*”, que foi uma iniciativa da Associação de Produtores Rurais do Município de Pinheiral. Para o desenvolvimento desse projeto, a Associação buscou no CANP/IFRJ orientações técnicas relacionadas à aquisição e ao plantio das mudas. O CANP levou a esses produtores assistência técnica, com o envolvimento de estudantes, supervisionados por docentes e técnicos da cadeira de fruticultura.

Em relação à divulgação de evento, ele intitula-se “*Semana Nacional de Alimentos Orgânicos*”, que é promovida pelo Ministério da Agricultura em parceria com diversas organizações.

A proposta desse evento é realizar uma campanha nacional, que esclareça a população acerca dos benefícios ambientais e nutricionais dos alimentos orgânicos. O CANP/IFRJ possui um módulo agroecológico com produção certificada de alimentos orgânicos e, também, é membro da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro – CPOrg/RJ.

Esses motivos o levam a participar ativamente desse evento, sendo incontestável a importância de envolver os estudantes em tais atividades.

Apresentamos, na Tabela 3, os demais dados referentes à concepção dos estudantes sobre as AFRs.

Tabela 3. Concepções dos estudantes sobre as AFRs.

Questões	Respostas	Porcentagem (%)
a) Qual a vocação agropecuária do Município de Pinheiral?	Desconhecem	28
	Produção de Leite	48
	Leite e olerícolas	16
	Gado de leite e corte e olerícolas	8
b) Para você o que é uma AFR?	Local de transformação da produção familiar	16
	Local que beneficia a produção artesanalmente	8
	Localizada na área rural, composta pela família e com pequeno volume de produção	4
	Local que processa alimentos para comercializar na comunidade	4
	Local do processamento, as vezes na própria cozinha	4
	Não responderam corretamente a questão	40
	A resposta é incoerente com a pergunta	24
c) Como futuro Técnico em Agropecuária, como você poderia atuar em uma AFR?	Orientando/fiscalizando a produção do Campo	8
	Orientando/fiscalizando o processamento	24
	Na gestão, para melhoria dos processos	8

	Fundando uma cooperativa	4
	Garantindo a qualidade em todo o processo	12
	Melhorando a produção agropecuária e o processamento	8
	Auxiliando o proprietário no desenvolvimento do empreendimento	12
	Não souberam informar	16
	Prestando assistência sobre Processamento, BPFs e APPCC	8
d) Já teve contato com algum agricultor familiar do município de Pinheiral?	Sim	48
	Não	52
e) Considera importante para a sua formação ter contato com os agricultores familiares locais?	Sim	96
	Não	4
f) Porque esse contato é importante?	Possibilidade de emprego	8
	Maior aprendizado	12
	Conhecer as necessidades dos agricultores	8
	Estabelecer a relação entre teoria e prática	4
	Para saber atuar com os agricultores	16
	Para obter conhecimento prático	8
	Para trocar/adquirir experiências	24
	Demanda pelo profissional	4
	Ajudar os que não possuem conhecimento	4
	Não responderam	12

Pinheiral é um município marcado pela sua vocação em agropecuária, e foi sede de uma das maiores fazendas produtoras de café do país. Como mostra a Tabela 3, é curioso notar que 28% dos estudantes, desconheciam a sua vocação agropecuária.

O desconhecimento nos levou a avaliar a matriz curricular do curso (Anexo I), na qual observou-se que não há uma disciplina direcionada ao estudo de aptidão da região, o que não é impedimento para que os docentes, utilizem esse tema em uma interface com os conteúdos programáticos de suas disciplinas.

Os demais estudantes (72%) informaram que a vocação agropecuária do município de Pinheiral está na criação de gado de leite, gado de corte e olerícolas. As respostas encontradas corroboram com Silva (2009b), que afirma ser:

“a pecuária leiteira e de corte a principal atividade da região, seguida da avicultura de corte e postura, que se encontra em expansão. Na produção

vegetal, sobressai a olericultura, e as tradicionais lavouras de subsistência: feijão, milho, mandioca e banana” (SILVA, 2009b, p. 37).

Outras informações sobre a produção agropecuária de Pinheiral serão apresentadas a seguir no item 4.3 onde serão descritos os dados obtidos na realização do Diagnóstico das propriedades rurais do município.

A Tabela 3 apresenta, ainda, as respostas dos estudantes para a pergunta: “Para você o que é uma Agroindústria Familiar Rural?” Antes de discutir as respostas dos estudantes, há de se considerar os questionamentos de Guimarães & Silveira (2007), em torno da literatura acadêmica e da dificuldade em conceituar as AFRs, demonstrando que não há uma correta leitura dos fatores que são fundamentais em sua compreensão.

Consideramos aqui os conceitos de diferentes autores, estudiosos do tema e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG – RS, instituição incentivadora da atividade agroindustrial:

Para a FETAG - RS (2009), agroindústria familiar rural é o espaço físico, uma construção civil, empregada para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas agropecuárias em que o desenvolvimento final da produção é a comercialização. A mão-de-obra deverá ser, exclusivamente, da família e sua localização no meio rural.

Para Mior (2005) a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. O mesmo autor cita ainda outros aspectos que também caracterizam a AFR, como: localização no meio rural, utilização de máquinas e equipamento em escalas menores, utilização de matéria-prima própria ou de vizinhos em sua maior parte, predominância da mão-de-obra familiar, podendo ser ainda um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não.

Silveira; Heinz (2005) compreendem por agroindústrias familiares, unidades de processamento de alimentos de origem animal e vegetal, com instalações e equipamentos específicos, que buscam atender as exigências legais e que adotam procedimentos de produção segundo padrões técnico-científicos.

Com base nos conceitos apresentados acima, verificou-se nas respostas obtidas no questionário de entrada e apresentadas na Tabela 3, que a maioria dos estudantes (64%), não foram capazes de elaborar um conceito para responder à questão proposta, contemplando toda a dimensão ou parte do termo AFR. Pode-se afirmar que estes 64% dos estudantes amostrados desconhecem o correto significado do termo AFR, uma vez que desse percentual, 40% não responderam corretamente e 24% apresentaram respostas incoerentes com a pergunta.

Além disso, após a análise dos dados, foram consideradas incorretas as seguintes respostas: uma indústria rural (4%), empresa que transforma matéria-prima (8%), microempresa que comercializa a produção (8%), indústria que processa alimentos (4%), indústria que agrega valor conferindo maior validade e qualidade ao produto (16%). As respostas incoerentes com a questão proposta apresentadas foram as seguintes: aproveitamento da produção da propriedade (4%), produção rural para aproveitamento familiar (8%), aumenta a renda e aproveita a produção (4%), realizada pela família sem fins lucrativos (4%), famílias rurais que produzem para obter renda (4%).

É importante ressaltar que não houve resposta em branco para essa questão e que esse assunto, nesse momento do estudo, ainda não havia sido trabalhado como conteúdo programático da disciplina Agroindústria em sala de aula.

Dos 36% dos estudantes que responderam, parcialmente, à questão corretamente, foram encontradas as seguintes respostas: a AFR é o local de transformação da produção familiar (16%), localizada na área rural, composta pela família e com pequeno volume de produção (4%), local que processa alimentos para comercializar na comunidade (4%), local que beneficia a produção artesanalmente (8%) e local do processamento, às vezes a própria cozinha (4%). Em relação às duas últimas respostas apresentadas, Guimarães; Silveira (2007), afirmam que a AFR sempre esteve intrínseca no modo de vida rural, por meio do processamento artesanal dos produtos agropecuários na cozinha doméstica rural.

Ainda que tenha nas respostas a presença de termos que não se apropriam da essência do conceito de AFR, como por exemplo: Microempresa (4%), empresa (4%), indústria (12%), sem fins lucrativos (4%), também pode se observar algumas expressões, como: processa – processamento (12%), transforma-transformação (8%), produção (24%), beneficiamento (4%), localizada na área rural (4%), composta pela família (4%) entre outras que caracterizam a agroindústria familiar rural.

Buscou-se conhecer a opinião dos estudantes, futuros técnicos em agropecuária, sobre como poderia se dar a sua atuação em uma AFR. Com base nas respostas apresentadas na Tabela 3, pode se afirmar que 84% dos estudantes se consideraram capazes de exercer funções importantes dentro de uma AFR, como por exemplo: orientação/fiscalização no processamento (24%), garantindo, assim, a qualidade em todo o processo (12%), auxiliando o proprietário no desenvolvimento do empreendimento (12 %) e prestando assistência sobre Processamento, Boas Práticas de Fabricação - BPFs e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC (8 %). Não souberam fornecer informações quanto a sua atuação em uma AFR, 16 % dos estudantes amostrados.

52% dos estudantes, não haviam tido nenhum contato com os agricultores familiares do município e 96% consideraram esse contato um fator importante para a sua formação profissional, apesar de 12% não saberem explicar por que o contato era importante.

Após a realização do diagnóstico das AFRs locais, o percentual de estudantes que tiveram contato com os agricultores se elevou para 96%. E, é incontestável que o diagnóstico das AFRs permitiu não só o contato do estudante com o agricultor, mas possibilitou também conhecer a sua realidade, por meio das visitas que foram realizadas as propriedades.

Os estudantes justificaram o contato com os produtores importante para: trocar/adquirir experiências (24%), saber atuar (16%), obter maior aprendizado (12%), possibilidade de emprego (8%), entre outros.

Os estudantes foram consultados a respeito do interesse em visitar agroindústrias no município, e 100% informaram que gostariam de realizar visitas a esses espaços, como mostra a Figura 9.

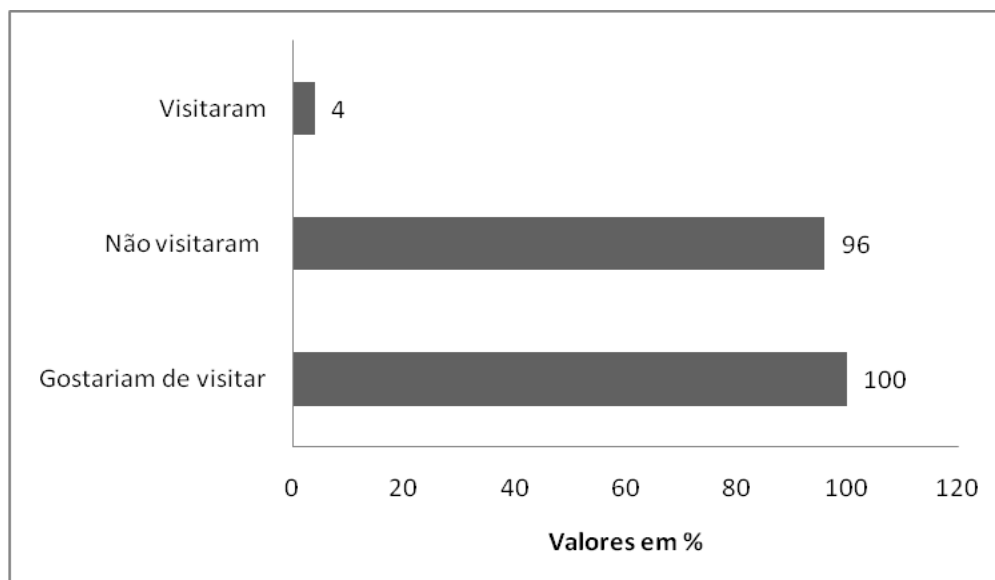


Figura 9. Percentual de alunos que visitaram ou desejam visitar agroindústrias.

Somente 4% da amostra responderam já ter visitado alguma agroindústria no município, contudo ao explicar de que/quais não foi dada uma informação precisa. Na resposta, consta apenas “produção de frutas no bairro Goiabal”. O que torna impossível considerar se o espaço visitado é um local de processamento de frutas, ou que produz frutas.

O desejo de visitar as agroindústrias do município apresentado na Figura 9 motivou 96% da amostra participar ativamente na realização do diagnóstico das AFRs. Somente um estudante do grupo amostrado não participou das visitas às propriedades para a realização das entrevistas. E, ainda, convém ressaltar o motivo da sua não participação, uma vez que se tratava de um estudante trabalhador e não houve a possibilidade de conciliar o horário e data das visitas com o seu horário de folga no trabalho. Outras questões relevantes, relacionadas à concepção dos estudantes sobre as AFRs, estão apresentadas na Tabela 4, e diz respeito a exigências legais para a implantação destes empreendimentos.

Tabela 4. Concepções dos estudantes sobre as exigências legais na implantação de Agroindústrias.

Questões	Respostas	Porcentagem (%)
a) Você conhece as exigências legais para a implantação e funcionamento de agroindustrias?	Sim	32
	Não	68
b) Fale a respeito do seus conhecimentos sobre as exigências legais para a implantação e funcionamento de uma agroindústria*.	Seguir a legislação para obter qualidade	4
	Conheço as exigências sobre as instalações	4
	Vou aprender na disciplina Agroindústria	24
	Conheço as BPFs e como deve ser a planta	16
	Respeitar as normas sanitárias e ter registro	8
	Ter atenção redobrada em todo o processo	4

	Fiscalização rígida	4
	Desconheço o assunto	32
	Não responderam	4
c) Você se sente capaz de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria?	Sim	24
	Não	76
d) Fale sobre a sua capacidade de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria	Espero ter capacidade após cursar a disciplina	4
	Me falta informações técnicas suficientes	4
	Organizando e seguindo normas sanitárias	4
	Porque me identifico com a área	4
	Sinto-me capaz, mas com auxílio de um profissional com maior nível de experiência	8
d) Fale sobre a sua incapacidade de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria	Ainda não tenho a capacitação necessária	56
	Desconheço as exigências legais	16
	Não me identifico com a área	4
e) Como você diferencia um produto alimentício produzido em uma Agroindústria legalizada de uma não legalizada	Pela embalagem, aparência e preço	4
	Na legalizada o produto é inspecionado	4
	Pelo selo na embalagem	24
	Pelo selo de qualidade	4
	Pelo rótulo na embalagem	12
	Quando o alimento possui rótulo	4
	Identificando o selo de inspeção no rótulo	40
	Pela qualidade, validade, embalagem e rotulagem	8

*Respostas relativas aos 100% dos estudantes que responderam positivamente ou negativamente a questão a.

A Tabela 4, demonstra que 68% dos estudantes desconhecem as exigências legais para a implantação e funcionamento de agroindústrias. Este percentual significativo, é considerado aceitável, visto que os estudantes ainda não tiveram contato com este conteúdo e, com efeito, o que se pode afirmar é que muitas são as exigências, tanto do ponto de vista fiscal, como sanitário e previdenciário.

Além disso, aos estudantes amostrados, foi solicitado que falassem a respeito dos seus conhecimentos sobre as exigências legais para a implantação e funcionamento de uma agroindústria. Disseram desconhecer o assunto 32% dos participantes, 24% informaram que irão aprender este conteúdo na disciplina Agroindústria, enquanto 4% não responderam. Analisando as demais respostas, percebe-se claramente que os estudantes não detêm esse conhecimento, quando informam por exemplo que a atenção deve ser redobrada em todo o

processo (4%), que a legislação deve ser seguida para a obtenção da qualidade (4%) e que a fiscalização é rígida (4%). Não que estas afirmativas não sejam verdadeiras, no entanto analisando o conteúdo das respostas, elas não satisfazem, efetivamente, a questão proposta. Várias respostas remetem a aspectos isolados como conhecimento das BPFs e planta (16%), respeitar as normas sanitárias e ter registro (8%), conhecimento das exigências das instalações (4%).

Observa-se, ainda, na Tabela 4, que a maioria dos estudantes amostrados (76%), não se sentem capazes de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria, à medida que 24% sentem-se preparados para atuar nessa área.

Os estudantes informaram ser capazes de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria, considerando a sua identificação com a área (4%), a necessidade de auxílio de um profissional experiente (8%) e capacidade de organização e cumprimento das normas sanitárias (4%). Chamou a atenção nessa questão, respostas como “espero ter capacidade após cursar a disciplina” (4%) e “sou capaz, mas me faltam informações técnicas suficientes” (4%).

Dos 76% dos estudantes que informaram não serem capazes de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria, 56% consideram não ter a capacitação necessária, 16% desconhecem as exigências legais e 4% não possuem identificação com a área.

Procurou-se conhecer como os estudantes distinguem um produto alimentício produzido em uma agroindústria legalizada de uma não legalizada. Pela Tabela 4, pode-se observar que 40% dos estudantes sabem exatamente como ocorre essa diferença, quando responderam identificando o selo de inspeção no rótulo. Fazem referência somente ao termo selo 28% dos estudantes, ora na embalagem, ora de qualidade. Fazem menção ao rótulo 16% dos estudantes, mas sabe-se que somente a presença de um rótulo na embalagem, não garante que o produto é proveniente de uma agroindústria legalizada, pois o mesmo pode ter um rótulo e nele não constar o selo dos serviços de inspeção.

Dos estudantes amostrados 16%, em suas respostas, levam-nos a sugerir o seu desconhecimento em fazer a distinção, quando informam que aparência e preço (4%), qualidade, validade (4%) podem ser fatores para estabelecer a diferença (4%) ou quando consideram somente que o produto é inspecionado (4%).

Dessa forma, após a análise das concepções dos estudantes acerca das AFRs, consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo, a partir de então, os próximos dados referem-se ao diagnóstico das agroindústrias rurais do município de Pinheiral – RJ que foi realizado pelos estudantes com a supervisão da autora deste trabalho.

4.3 O Diagnóstico da Realidade Local

Grande parte das terras do município de Pinheiral - RJ seja da zona urbana, ou da zona rural, assim como 75% das terras ocupadas pelo CANP/IFRJ, atualmente, são áreas remanescentes da antiga fazenda São José dos Pinheiros e pertencentes ao Governo Federal.

O processo para a legalização dessas terras encontra-se em andamento na Secretaria de Patrimônio da União do Rio de Janeiro – SPU/RJ sob o Nº 04967.001155/2003-57. Estão envolvidos nesse processo o CANP/IFRJ, a Prefeitura Municipal de Pinheiral - PMP e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que são as partes interessadas na regularização das referidas áreas.

O INCRA, buscando contribuir para a regularização fundiária da área rural do município de Pinheiral e verificar a possibilidade de implantação de assentamento da reforma agrária, realizou em 2011/2012 o levantamento do perímetro de todas as propriedades da área

e cadastramento para avaliação do perfil dos ocupantes, que hoje possuem o uso e a posse da terra. A conclusão do levantamento é que a área rural do Município de Pinheiral é constituída por duzentas e cinquenta e sete propriedades, sendo que somente noventa e nove ocupantes possuem perfil³ para serem assentados da reforma agrária (INCRA, 2012).

A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura Municipal de Pinheiral, também realizou em 2011 um cadastro dos moradores da área rural do município. De acordo com as informações dessa Secretaria, foram cadastradas cento e cinquenta e cinco propriedades, sendo que somente quarenta e seis possuíam produção agropecuária e as demais serviam apenas como moradia, algumas com uma pequena produção para consumo próprio, ou áreas de lazer (PINHEIRAL, 2011).

Para a realização do diagnóstico da realidade local, foi utilizado o cadastro informado pela Secretaria Municipal de Agricultura, pois era o documento que tínhamos disponível no momento em que se deu início ao trabalho de campo nas propriedades rurais do município.

Assim, foram visitadas trinta e quatro propriedades, o que representa uma amostra significativa, considerando ser quarenta e seis o número de propriedades com efetiva produção agropecuária informado pela Secretaria de Agricultura do município.

Com base nessas informações de fundamental importância, pode-se partir para a análise dos dados obtidos nas entrevistas (Figura 10) que foram realizadas pelos estudantes da turma 311/2011 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, também sujeitos deste estudo, com os produtores rurais do município e que estão apresentados a seguir.



Figura 10. Estudantes realizando o diagnóstico nas propriedades rurais.

4.3.1 Caracterização socioeconômica dos produtores rurais do município

Verificou-se que o universo dos produtores entrevistados é constituído, principalmente, por homens (82,35%), com a faixa etária de 25 a 85 anos de idade. Em sua maioria católicos (52,94%) e praticantes (70,59%), de cor branca (41,18%), casados

3 Para o INCRA, de acordo com o artigo 20 da Lei 8.629/93, possui perfil o cidadão que atende a critérios como: residir no lote e explorá-lo sozinho ou com seu conjunto familiar, não ser proprietário de imóvel ou já ter sido contemplado com parcelas do Programa de Reforma Agrária, que não exerce função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou o que se ache investido de atribuição parafiscal, não estar respondendo por crimes e não ter renda mensal superior a três salários mínimos.

(70,59%), com ensino fundamental incompleto (38,24%), de família composta por 1 a 4 pessoas (73,52%), onde 50% delas, possui algum membro aposentado e, com renda mensal variando de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 (38,24%).

Buscou-se conhecer a profissão dos produtores rurais entrevistados. Assumiram a profissão de agricultor, 29,41%, enquanto 70,59% informaram outras profissões. Ao questioná-los sobre o tempo em que são produtores rurais 58,82% informaram estar nessa área há mais de dez anos. Constatou-se, então, que, mesmo os entrevistados aposentados e os que ainda exercem outras atividades informadas também se percebem como agricultores, pois, 100% da amostra responderam à questão.

Um importante dado a acrescentar é que somente 8,82% dos produtores entrevistados possuíam renda familiar composta, exclusivamente, da atividade agropecuária, enquanto 91,18% possuíam alguma outra fonte de renda, além da obtida com a exploração da propriedade. As demais fontes de renda informadas foram: aposentadoria (41,18%), aposentadoria e salário (8,82%), salário (20,60%), pensão (5,88%), pensão e comércio (2,94%), pensão e salário (2,94%), comércio (2,94%), empresa (2,94%), auxílio doença (2,94%).

O Município de Pinheiral possui uma Associação de Produtores Rurais e, considerou-se importante nesse estudo, verificar o percentual de produtores entrevistados filiados a mesma, como mostra a Figura 11.

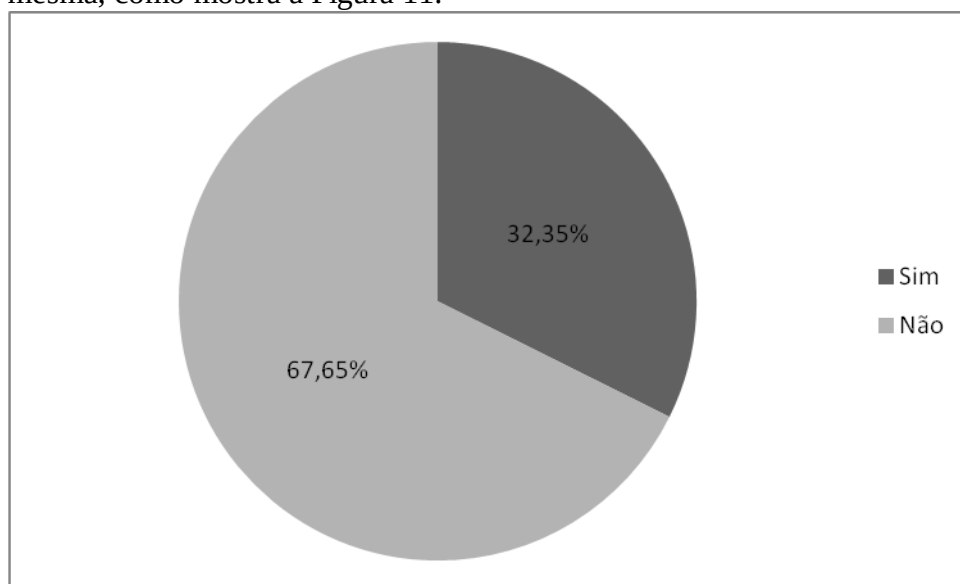


Figura 11. Produtores filiados a Associação dos Produtores Rurais local.

A Figura 11 indica que somente 32,35% dos produtores entrevistados eram filiados a Associação dos Produtores Rurais do Município de Pinheiral. Muenchen (1996), conceitua as associações de pequenos agricultores como entidades que agrupam certo número de produtores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver os problemas de forma coletiva e com o uso de práticas solidárias.

De acordo com BRASIL (2008c), a união de pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, bem como reúne esforços em torno de benefícios comuns como o compartilhamento do custo da assistência técnica, tecnologias e capacitação profissional. Dessa forma, a atuação por meio das associações possibilita aos produtores

participantes minimizar dificuldades no meio rural, que são iguais ou semelhantes a todos, e propiciar melhor desempenho para competir no mercado.

Convém estimular a adesão e efetiva participação dos produtores junto à Associação, para que possam unir esforços com a finalidade de transformar a realidade do setor primário do município de Pinheiral, diagnosticados nesse estudo e que será apresentada a seguir.

Após o importante relato dos dados que caracteriza socioeconomicamente os produtores rurais amostrados, partimos, então, para a apresentação dos dados referentes à caracterização das propriedades e dos produtos agropecuários nelas produzidos, bem como a destinação dada a essa produção.

4.3.2 4.3.2 Caracterização das propriedades e da sua produção agropecuária

Nas visitas realizadas pelos estudantes aos produtores rurais do município de Pinheiral – RJ tentou-se conhecer as características físicas das propriedades (Figura 12), como tamanho e relevo e, também, informações acerca dos produtos agropecuários produzidos nesses espaços, juntamente com o quantitativo de produção por ano/safra.



Figura 12. Características físicas das propriedades nº 31 e nº 23 respectivamente.

Em relação à área das propriedades, verificou-se que variam de 0,2 a 27,5 hectares, como mostra a Figura 13.

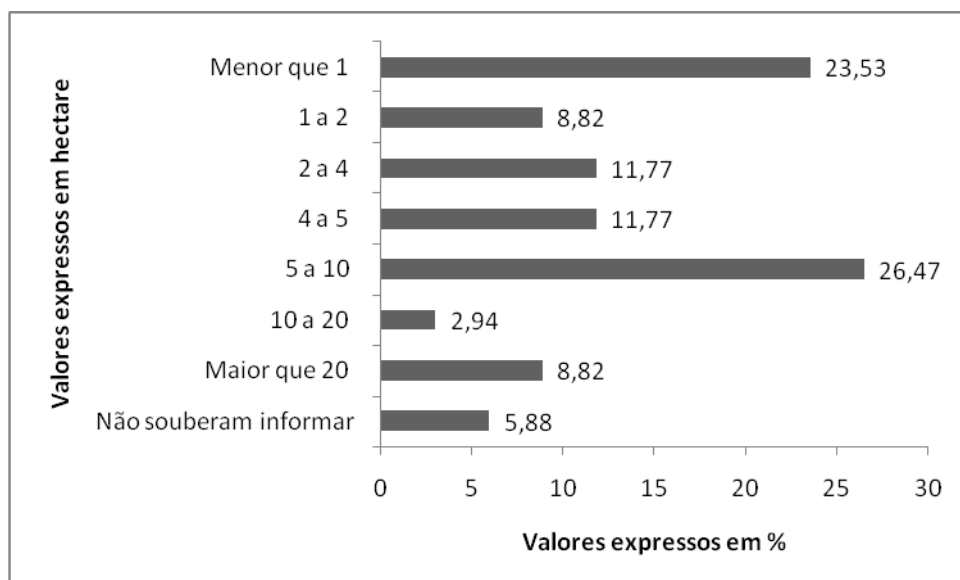


Figura 13. Área das propriedades rurais do município de Pinheiral - RJ visitadas.

A Figura 13, indica que 32,35% das propriedades visitadas, possuíam uma área menor que dois hectares, considerada pelo INCRA a fração mínima de parcelamento para criação de lotes de reforma agrária (BRASIL, 1968b).

Em relação ao relevo das propriedades, 5,88% informaram ser plano, 8,82% ondulado, 41,18% montanhoso e 44,12% um misto de áreas montanhosas e planas.

A pequena extensão de área da maioria das propriedades aliada a condições desfavoráveis do relevo, como apresentado acima, podem ser considerados como alguns dos fatores de entrave para a produção agropecuária do município de Pinheiral.

Mesmo com a informação de que a área rural do município é de propriedade da União, sendo os produtores detentores do seu uso e posse e com o conhecimento da situação em que se encontra o processo de regularização das mesmas junto a SPU/RJ, procurou-se neste estudo investigar a questão.

A Figura 14, apresenta a resposta dos produtores quanto a situação das suas propriedades: se eram arrendada ou particular.

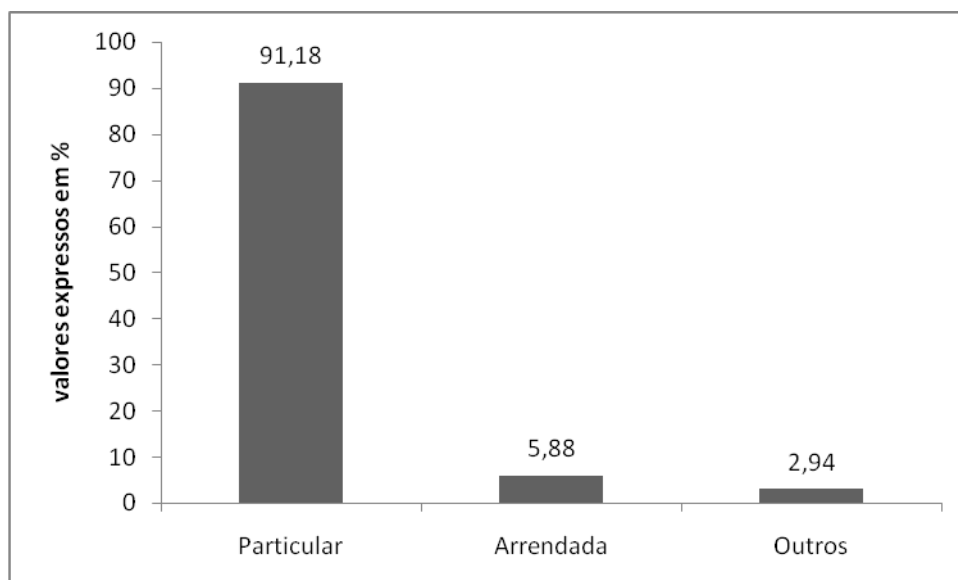


Figura14. Situação das propriedades visitadas.

Dessa forma, foi revelado por 91,18% dos produtores entrevistados que as suas propriedades são particulares, enquanto 5,88% são arrendatários e a categoria outros 2,94% refere-se a imóveis funcionais, ou seja, são produtores que ocupam propriedades da empresa para a qual trabalham.

Por causa de toda essa situação de regularização de terras e por ser o CANP/IFRJ uma das partes envolvidas na questão, alguns produtores ficavam incomodados com a nossa presença em suas propriedades e, principalmente, receosos em responder a determinadas perguntas como, por exemplo: renda mensal, tamanho da propriedade e mão-de-obra empregada na produção.

Além disso, foi freqüente, no momento da entrevista, em diversas propriedades visitadas, os produtores abordarem os estudantes com perguntas relacionadas à questão da regularização das terras. Os estudantes foram previamente informados da situação e orientados para, prontamente, responder que desconheciam o assunto. Também deviam reiterar que não havia, no objetivo da nossa presença na propriedade, nenhuma relação com a situação da regularização das terras do município, para que assim não perdessem o foco no roteiro da entrevista proposto.

Quanto à mão-de-obra utilizada nas propriedades, 70,59% responderam ser exclusivamente familiar. 29,41% informaram que, eventualmente, recrutavam trabalhadores para prestar serviço em suas propriedades, além da mão-de-obra familiar. Não foram encontrados funcionários registrados, uma vez que esse recrutamento realizava-se em caráter de contratação temporária, geralmente, pagos por dia, sem gerar nenhum vínculo empregatício.

Em se tratando da produção agropecuária, procurou-se conhecer quais os produtos eram produzidos nas propriedades. A Figura 15 faz referência aos produtos agropecuários encontrados.

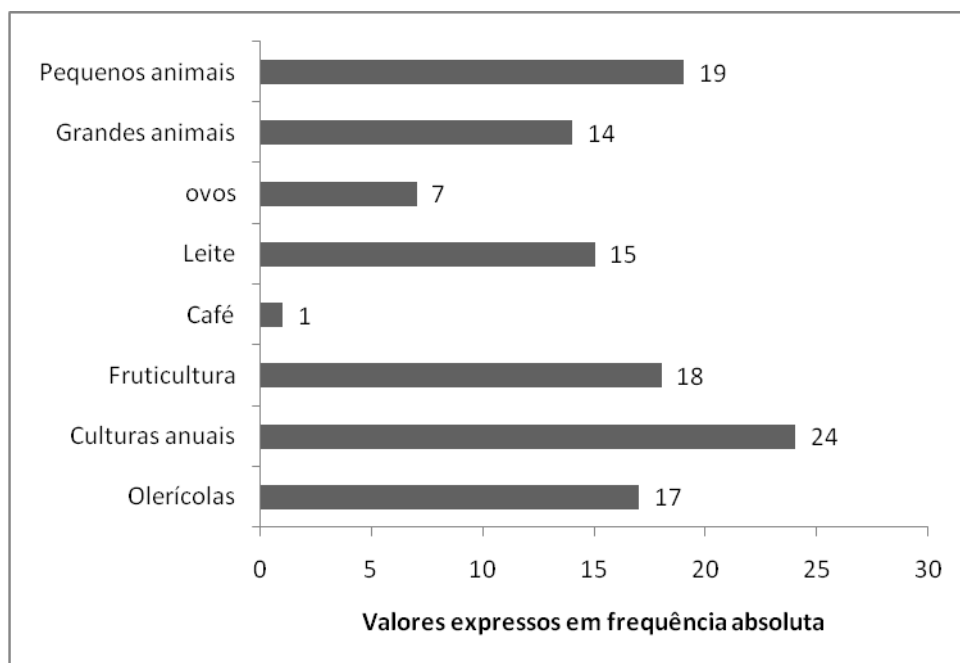


Figura15. Produtos agropecuários produzidos nas propriedades visitadas.

Devido à diversidade de produtos encontrada em uma mesma propriedade, os valores apresentados na Figura 15, foram expressos em frequência absoluta.

Nesse estudo foram agrupados, na categoria, pequenos animais: porcos, peixes, coelhos, abelhas, carneiro, cabra e aves (ganso, pato, galinha e aves ornamentais) e grandes animais gado de leite e gado de corte (Figura 16).



Figura 16. Criação de Coelhos, gado de leite e suínos das propriedades nº 30, nº 20 e nº 19 respectivamente.

Na produção vegetal os produtos encontrados na categoria fruticultura foram: tangerina, banana, limão, coco, manga, abacaxi, laranja, goiaba, abacate, acerola, azeitona, jabuticaba, uva, pêra e caqui (Figura 17).



Figura 17. Produção de caqui, uva e pêra das propriedades nº 33, nº 24 e nº 27 respectivamente.

Ainda, em se tratando de produção vegetal, na categoria culturas anuais, foram encontrados: milho, feijão, arroz, mandioca e cana-de-açúcar e na categoria olerícolas: cenoura, abóbora, quiabo, berinjela, jiló, beterraba, alface, couve, rúcula, chicória, abobrinha, entre outras (Figura 18).



Figura 18. Produção de cenoura, alface e abóbora das propriedades nº 01, nº 05 e nº 16 respectivamente.

O que se pôde verificar é que a produção agropecuária das propriedades visitadas é pequena e bastante diversificada. Os produtores entrevistados não possuem foco na produção de um determinado produto e não concentram esforços para explorar a estrutura existente de maneira a obter o máximo de produção desse determinado produto.

De acordo com Castelões (2005), essa é, indubitavelmente, uma característica da agricultura familiar, que a distingue da agricultura de grande porte ou de exportação, que tem o foco voltado para o plantio de monoculturas.

Os dados ilustram que das 34 propriedades visitadas, 19 possuem criação de grandes animais e em 14 há criação de pequenos animais. A produção de leite foi encontrada em 15 propriedades, sendo que, em uma delas, o leite produzido é o de cabra. A média de produção diária de leite informada pelos produtores entrevistados é de 27,71 litros.

No tocante à produção vegetal, há culturas anuais em 24 propriedades, fruticultura em 18 e olerícolas em 17.

Com base em informações de arquivos do CANP/IFRJ, sabe-se que o município de Pinheiral foi berço de uma das maiores fazendas produtoras de café do Brasil. É importante ressaltar a decadência e quase extinção dessa cultura no município, tendo sido encontrada somente em 1 propriedade.

Um dado a acrescentar é que 73,52% dos produtores visitados conciliam a produção animal com a produção vegetal em seus espaços produtivos, 20,60% se dedicam a produzir apenas vegetais e 5,88% utilizam as suas propriedades exclusivamente para a produção animal.

Estabeleceu-se nesta pesquisa o interesse em quantificar a produção agropecuária das propriedades visitadas, entretanto a insuficiência de informações precisas, somada ao fato de que 88,24% dos produtores não souberam informar o volume da sua produção, impediu-nos de quantificar o volume dos produtos produzidos por safra/ano nas propriedades visitadas.

Em decorrência do que se conheceu das propriedades durante as visitas, pode se afirmar que a produção agropecuária manifesta-se em pequena escala sendo frequente a informação de que determinados produtos eram produzidos somente para a subsistência.

Sendo assim, em uma análise geral, acredita-se que os produtores desconhecem as noções básicas de gestão da propriedade rural. Conforme Ventola et al. (1998) a gestão da propriedade está constituída de quatro funções básicas, a saber: planejamento, organização, direção e controle.

Entretanto, é delicado fazer tal afirmativa à medida que não buscou-se mais informações a respeito de como ocorre a administração das propriedades, por considerar que essa questão foge da área de interesse do presente estudo.

É certo que este poderá ser um tema proposto a ser trabalhado com os produtores rurais do município, em futuras atividades de extensão promovidas pelo CANP/IFRJ.

Apurou-se nesse estudo o destino que é dado à produção agropecuária da propriedade. Assim, buscou-se saber dos produtores se os produtos produzidos eram comercializados e onde acontecia essa comercialização. Há na Tabela 5 o percentual de produtores que comercializavam a sua produção agropecuária, bem como os locais onde essa comercialização se realizava.

Tabela 5. Produtores que comercializam a produção e local em que é realizada.

Variável		Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Comercializa a sua produção	Sim	28	82,35
	Não	06	17,65
Onde/Como	Na sua propriedade	12	35,30
	No seu próprio comércio	02	5,88
	Leva para Supermercado	01	2,94
	De porta em porta	03	8,82
	Atende encomendas	04	11,77
	Entrega a atravessador	03	8,82
	Expõe em banca na rua	01	2,94
	Entrega para merenda escolar	02	5,88

Os dados ilustrados na Tabela 5 indicam que a maioria dos produtores (82,35%) comercializavam os produtos agropecuários produzidos em suas propriedades. Somente 17,65% não o faziam. Em relação ao local onde se realizava a comercialização, verificou-se que a maioria (35,30%) comercializava na propriedade mesmo. 5,82% dos produtores informaram que deixavam seus produtos expostos à venda nas suas mercearias e 11,77% atendia a encomendas. 2,94% comercializavam seus produtos em bancas na cidade, mas o faziam sem autorização prévia da Prefeitura Municipal. 2,94% informaram que entregavam seus produtos em um supermercado da cidade, mas que a inviabilidade do fornecimento regular e constante da produção dificultava a relação com o seu cliente.

Verificou-se que 8,82% dos produtores ainda dependem da pessoa do atravessador para comercializar a sua produção, que pagam pouco pela mercadoria e acabam ficando com a maior parte do lucro gerado na comercialização.

Além disso, também há de se relatar aqui a inércia da Prefeitura Municipal, que poderia por meio da Secretaria de Agricultura juntamente à Associação dos Produtores Rurais do Município promover feiras nos diversos bairros da cidade para que os produtores pudessem comercializar a sua produção de maneira organizada.

O CANP/IFRJ organiza, mensalmente, uma feira de produtos agroecológicos, que em julho de 2012, estava na 13ª edição. Nessa feira, são comercializados os vegetais orgânicos produzidos, com certificação, na UEP de olericultura - Módulo Agroecológico. Esse espaço também é aberto para os produtores locais comercializarem os seus produtos, desde que sejam produzidos de maneira agroecológica. Atualmente, segundo informações da Direção de Produção do Campus, responsável pela organização da feira, dois produtores de olerícolas do município participam desse evento.

Ressalta-se que 5,88% dos produtores informaram entregar sua produção ou, parte dela, para a merenda escolar. Essa relação se estabeleceu em função do atendimento a Lei nº 11.497 de 16 de junho de 2009. Esta lei dispõe do atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica e destaca no Art. 14 que: do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009b).

Há de se ratificar aqui que a lei estabelece somente o emprego do percentual mínimo dos recursos destinados ao atendimento da alimentação escolar.

Como não é de fundamental interesse para este estudo, não procurou-se informações acerca do cumprimento desta lei por parte da Secretaria Municipal de Educação de Pinheiral, no entanto considera-se intrigante que do universo de produtores rurais pesquisados, somente 5,88% estavam fornecendo a sua produção para a alimentação escolar das escolas municipais. Mais curioso ainda foi verificar que há perda significativa da produção, conforme relato feito pela produtora nº 10 durante a realização da entrevista,

[...] “ah mais aí é assim, renda da produção eu não tenho quase nada né, por que às vezes até as coisa que eu planto estraga, num tem como vende [...] o quiabo dá bastante, quiabo o ano passado eu perdi mais de umas cinqüenta caixa de quiabo por que num tinha venda, num consegui tira daqui, num tinha condução pra levar [...] eles fizeram aí quatro anos atrás um negócio aí do carro do PRONAF pra entra aqui uma vez no mês pra carregar as coisa aí

começaram bota naquela feira lá [...] aí vieram uma vez num voltaram mais [...] num vendi nada fico tudo aí [...] por que pra vender tinha que ter nota fiscal, aí eu perdi [...] É essas caixa grande, deu muito quiabo, deu quiabo, deu demais, deu pra estragar...”. (informação verbal – Produtor nº 10).

Uma exigência da Lei nº 11.947/2009, é que o produtor tenha a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que possibilita ao produtor a emissão do documento fiscal, que a produtora menciona no relato acima como nota fiscal.

A DAP foi criada pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário - **MDA** e é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como por exemplo, atender a demanda das escolas municipais por alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2012).

Considera-se necessária, a adesão dos produtores à Associação de Produtores Rurais do município buscando fortalecer esta organização e, também, o empenho da Secretaria Municipal de Agricultura para auxiliá-los na obtenção da DAP para que se abram novas oportunidades de mercado para a sua produção, evitando, assim, o desperdício de alimentos.

Os dados apresentados acima são relevantes para o estudo. Eles revelam o panorama da produção agropecuária das propriedades visitadas e possuem uma relação direta com os dados obtidos referentes ao processamento da produção das propriedades visitadas e que serão apresentados a seguir.

4.3.3 O processamento da produção agropecuária nas propriedades visitadas

Nas entrevistas com os produtores rurais do município de Pinheiral, procurou-se, também, informações acerca do processamento das matérias-primas em suas propriedades. Então, procurou-se conhecer o percentual de produtores que beneficiava/processava a sua produção, como se pode verificar na Figura 19.

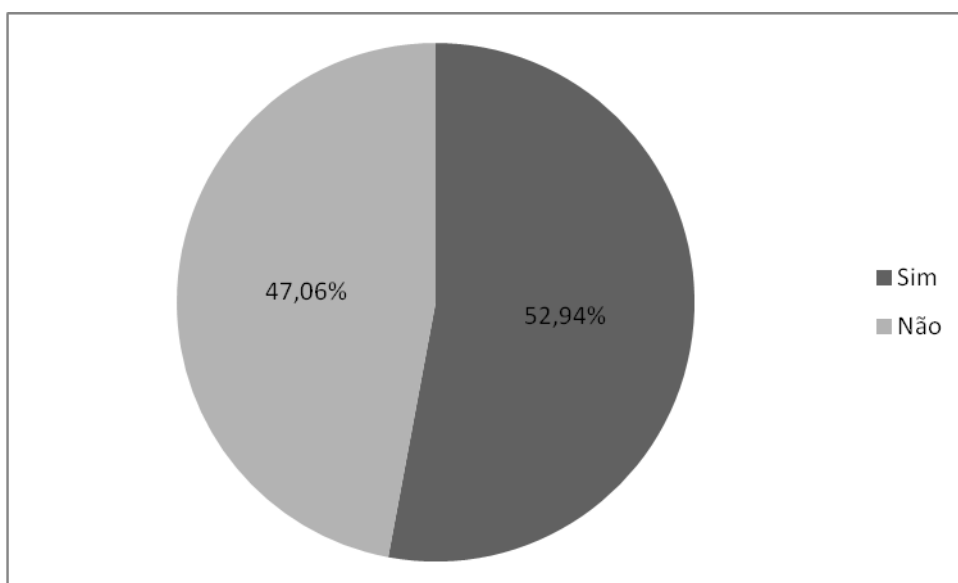


Figura 19. Percentual de produtores que beneficiavam e/ou processavam sua produção.

A Figura 19 indica que 52,94% dos produtores fazem o beneficiamento/processamento de suas matérias-primas, ao passo que 47,06%, não. Segundo Coutinho (2000), essa transformação das matérias-primas nas propriedades proporciona melhor alimentação pela diversificação do consumo familiar e pela disponibilização do alimento durante a entressafra de modo que evita o desperdício e, também, favorece a renda familiar.

Wesz Junior; Trentin (2006), consideram que o número de agroindústrias familiares vem aumentando constantemente, sendo que esses empreendimentos têm contribuído, significativamente, para a dinamização e fortalecimento das economias locais, principalmente por três motivos: a) agregação de valor aos produtos até então *in natura* - o produto final, que agora é acabado dentro do próprio domicílio rural, passa a ter um valor adicional que permanece com o agricultor e não mais com os grandes complexos agroindustriais de fora da região e com os intermediários; b) a maior parte dos produtos são comercializados de forma direta e em um ambiente local - os produtores fornecem aos consumidores um produto de origem (re)conhecida, fazendo com que os artigos cheguem a um valor menor pela proximidade entre produção, processamento e venda e c) geração de novos postos de trabalho nas comunidades rurais - ganha peso as ocupações por parte da família, que é a responsável pela agroindústria, como também pelos agricultores próximos ao empreendimento que, pelos laços de sociabilidade, auxiliam nas atividades em condição sazonal, ou mesmo, fornecem parte da matéria-prima para o beneficiamento/processamento na agroindústria familiar.

Dos produtores que beneficiavam/processavam as suas matérias-primas, buscou-se conhecer quais os produtos eram fabricados em suas propriedades, como mostra a Figura 20.

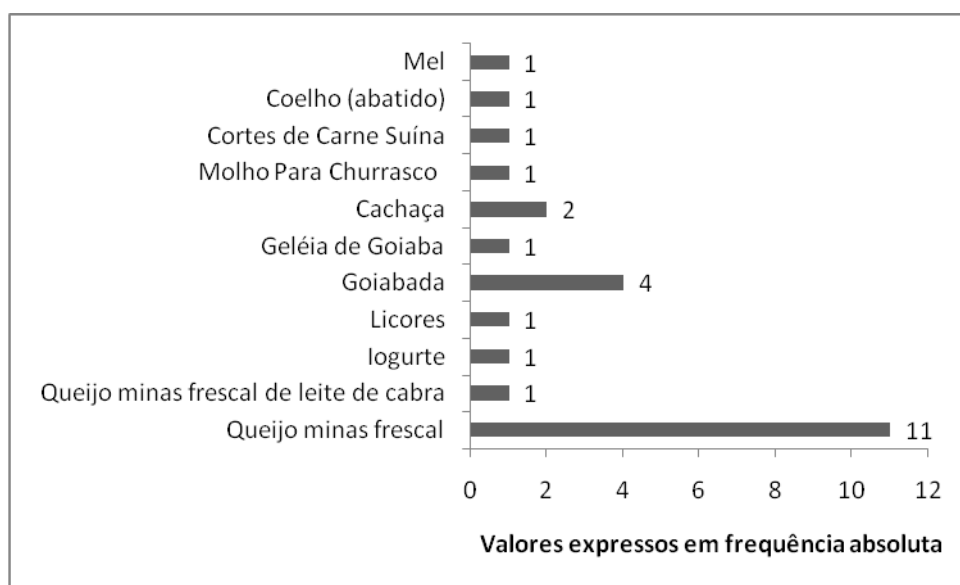


Figura 20. Produtos beneficiados e/ou processados nas propriedades visitadas.

A Figura 20 apresenta os produtos que eram beneficiados/processados nas propriedades bem como o número de produtores que os produziam.

Em se tratando dos produtos beneficiados/processados, pode se afirmar, analisando a Figura 20, que a diversidade de produtos não é a mesma identificada na produção agropecuária. Foram encontrados poucos produtos beneficiados/processados produzidos nas propriedades do município.

Verificou-se nas propriedades, durante as visitas, pomares com grande variedade de frutas, como apresentado no item 4.3.2 e pode-se concluir que não há uma efetiva utilização dessa produção para a fabricação de doces diversos. Ao conferir os produtos que são processados, identifica-se somente a utilização de goiaba por 3 produtores que fabricavam goiabada e 1 produtor que fabricava além da goiabada, geleia de goiaba, também.

Constatou-se, nas propriedades, que há grande desperdício de frutas. Um exemplo é que na época em que as visitas estavam sendo realizadas, era período de safra do caqui e, frequentemente, verificou-se que estava se perdendo no chão. Não houve nenhuma citação de que essa produção era destinada ao processamento ou mesmo à comercialização *in natura*.

Também faz-se referência, aqui, à produção de banana, que foi identificada em 13 das 18 propriedades que possuem produção de frutas, não sendo encontrado nenhum produto processado derivado de banana.

Por não se tratar do objetivo deste trabalho, não consultou-se o motivo pelo qual não há, nas propriedades, o aproveitamento das frutas para a produção de doces. Considera-se importante que seja ofertado aos produtores rurais do município, cursos de curta duração sobre o processamento de vegetais como atividades de extensão do CANP/IFRJ. A oferta de cursos, além de capacitar os produtores, pode estimulá-los a transformar a sua matéria-prima, agregando valor a ela e evitando o desperdício desses produtos na safra.

O produto processado mais encontrado nas propriedades foi o queijo minas frescal. Das 15 propriedades onde há produção de leite, 11, ou seja, 73,33% fabricam o queijo minas frescal, e somente 1 fabrica iogurte.

Aos produtores que informaram fabricar queijo, perguntava-se como era fabricado, mesmo não estando no roteiro da entrevista esta questão. Considerou-se preocupante o fato de que para a fabricação do queijo minas frescal, nenhum produtor faz a pasteurização do leite, como se observa nos relatos a seguir.

“[...] eu pego o leite lá no curral, cõo direitinho, ponho o coalho, deixo coalhar, depois eu bato, depois quando ele subir o soro eu pego e coloco num potinho. Ponho sal [...] não faço pasteurização não [...]” (informação verbal - produtor nº 15).

“[...] eu faço da seguinte forma, pego o leite, cõo ele, ponho numa vasilha limpa, coloco uma colher de coalho de acordo com a quantidade de leite e deixa aí uns 45 minutos. Aí depois que coalhou eu vou lá, corto ele bem cortadinho e bato bem batidinho e deixo passar mais uma meia hora, aí ele abaixa, aí eu tiro o soro e jogo fora [...] ponho na forma, aí depois a gente vira o queijo e torna a botar sal do outro lado, aí põe na geladeira e no outro dia já está pronto pra comercializar [...] não faço a pasteurização não, devo ter aprendido mas nem lembro como faz [...] tiro lá do curral e já trás porque está na temperatura certa pro coalho né, porque se esfriar tem que chegar a temperatura dele um pouco pra cima de uns 33graus [...]” (informação verbal - produtor nº 23).

Compete ressaltar que a pasteurização do leite para a fabricação de queijos no Brasil é obrigatória (BRASIL, 1996b).

Ainda, de acordo com Dutra; Munck (2006), uma vez que o calor destrói grande parte dos microrganismos presentes no leite, principalmente aqueles que podem causar enfermidades ao homem, com a pasteurização, cumpre-se o que determina a lei e também

garante-se a obtenção de um produto bacteriologicamente saudável com diminuição da carga de bactérias que podem acarretar defeitos no queijo.

Outro aspecto relevante é que pode-se considerar de grande importância e urgente a oferta de cursos de extensão sobre processamento de leite para esses produtores a fim de capacitá-los e sensibilizá-los da importância da pasteurização do leite para a fabricação de queijos.

No tocante ao volume de produtos fabricados, assim como na produção agropecuária, não foi possível estabelecer com precisão o quantitativo produzido, pois os produtores não faziam registro e controle da sua produção.

Verificou-se que a fabricação de goiabada ocorre em pequena escala, somando mil kg/ano a produção dos três produtores que estimaram o quantitativo produzido.

Quanto à produção de queijo minas, pode-se assegurar que também é pequena, considerando o quantitativo de leite produzido no município, a sazonalidade da produção e que na maioria das propriedades, a fabricação do queijo se dá com a sobra do leite que não foi comercializado *in natura*. Assim, alguns produtores informaram produzir, às vezes, somente uma unidade por dia, enquanto outros informaram produzir 60 unidades por semana. Somando-se toda a produção informada, chega-se a um total de 200 unidades por semana.

Com base nas informações dos produtores, a produção de cachaça em 2011 foi de 2500 litros, e um dos produtores informou que está investindo na produção e que estima produzir em 2012 10 mil litros.

Dos 52,94% dos produtores que faziam o processamento das suas matérias-primas, 44,12 comercializavam seus produtos, enquanto 8,82% fabricavam somente para o consumo das famílias.

Quanto ao local da comercialização dos produtos processados, foi informado que essa comercialização se dá em estabelecimentos comerciais do município (11,76%), na propriedade (17,65%), e na rua (14,71%).

De acordo com informações do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiral o Selo de Inspeção Sanitária Municipal – SIM está desde 2009, sendo implementado, mas ainda aguarda autorização do Ministério da Agricultura para ser implantado. Em virtude da ausência do Serviço de Inspeção Municipal na cidade de Pinheiral, para efeito de inspeção o que prevalece é o Serviço de Inspeção Estadual.

Sendo assim, é preciso atentar para o que diz o artigo 5º do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do Estado do Rio de Janeiro – RIISPOA – RJ (RIO DE JANEIRO, 2006), “Nenhuma propriedade ou estabelecimento pode realizar comércio intermunicipal com produtos de origem animal, sem estar registrado ou relacionado no órgão de inspeção estadual”

Considerando, então, a informação do RIISPOA - RJ (RIO DE JANEIRO, 2006) e o fato dos produtos não terem nenhum registro de inspeção, não poderiam ser comercializados em estabelecimentos comerciais locais, como informado por 11,76% dos produtores. Então, cabe registrar a ineficiência da fiscalização, que é de responsabilidade da Secretaria de Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária do município.

É importante ressaltar que perguntados se a produção era legalizada, todos os produtores que processavam a sua produção responderam que não, o que significa que a informalidade rege a produção e a comercialização desses produtos no município.

Convém ressaltar que dos produtores que faziam o processamento dos produtos em suas propriedades para a comercialização 29,41% informaram ter interesse em legalizar a sua produção, enquanto 14,71% não demonstraram interesse.

Quando perguntados sobre o motivo pelo qual não legalizavam a sua produção, os 52,94% dos produtores processadores da produção apontaram fatores como: a burocracia (8,82%), a falta de informação (14,72%), a falta de recursos financeiros e linhas de crédito (11,76%), a viabilidade do negócio (2,94%), a dificuldade com mão-de-obra (2,94%), a falta de registro da propriedade (5,88%), a dificuldade para escoar a produção (2,94%) e a falta de auxílio da Prefeitura Municipal (2,94%).

Perez et al. (2009), consideram que as barreiras encontradas para a existência das AFRs está principalmente na legislação, que não está adequada a este setor de produção e sim a grandes indústrias. Consideram ainda que as dificuldades em adequar as instalações às normas sanitárias é que dificultam a legalização das mesmas. Chamou a atenção neste estudo o fato de que a questão da legislação não foi considerada pelos produtores um impedimento para a legalização da sua produção. Não se pode afirmar que esse fato se dê pelo desconhecimento das leis que regulam o processamento de alimentos por parte dos produtores, mas é o que fica subentendido.

Os produtores foram questionados se sabiam o que era necessário para legalizar a produção. Ficou comprovado que desconheciam o assunto, pois 70,59% não responderam a questão, 26,47% afirmaram que não sabiam e somente 2,94% responderam que é necessário infraestrutura (fazendo referência a estrutura física) adequada.

Segundo Vieira (1998) a informalidade nesses espaços é frequente, há pouco aporte tecnológico e gerencial, pouca capacidade de assimilar informações técnicas, gerenciais e mercadológicas.

Para Mior (2005), a informalidade nas AFRs se apresenta como uma barreira a transpor e o desafio é viabilizar orientação para a adequação das condições de processamento de alimentos existentes nas unidades de produção agrícola familiares às normas sanitárias, fiscais e ambientais.

O CANP/IFRJ obteve em 2011 junto ao Serviço de Inspeção Estadual – SIE/RJ o registro de sua fábrica de conservas, bem como dos produtos cárneos nela fabricados. Atualmente, tramita na Superintendência de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA – RJ os processos para registro do seu apiário, da usina de beneficiamento e de um entreposto de ovos e ovos de codorna. Nesse contexto, a experiência do Campus na obtenção desse registro, pode contribuir positivamente com o interesse em legalizar a sua produção, demonstrado pelos 29,41% dos produtores entrevistados.

Investigou-se também neste estudo como os produtores aprenderam sobre o processamento dos alimentos, como mostra a Figura 21.

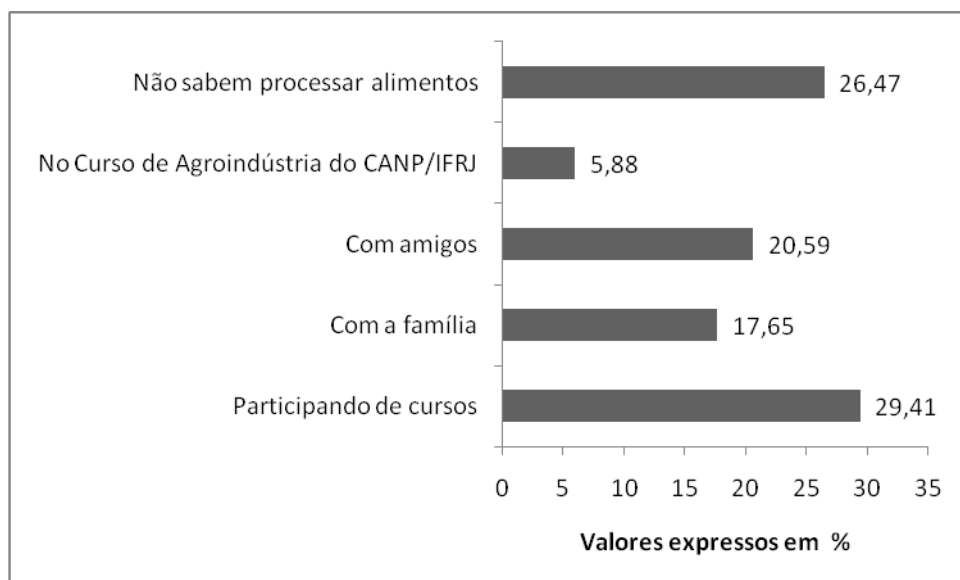


Figura 21. Como os produtores aprenderam a processar alimentos.

Foi gratificante perceber que 5,88% dos produtores entrevistados são estudantes do curso Técnico em Agroindústria do CANP/IFRJ e que estamos contribuindo para a formação desses produtores rurais.

Com relação aos produtores que informaram ter aprendido sobre o processamento em cursos 5,88% disseram que realizaram curso oferecido pelo CANP/IFRJ, a proporção que 20,59% informaram que os cursos foram oferecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, através da Secretaria de Agricultura do Município.

Após a apresentação dos dados caracterizando o processamento da produção agropecuária das propriedades rurais do município de Pinheiral – RJ analisaremos a seguir os ambientes de fabricação e as condições em que esses produtos agropecuários são processados nas propriedades.

4.3.4 O ambiente e as condições do processamento da produção nas propriedades visitadas

Para Mior (2005), a AFR tem uma orientação para o mercado, produz valor de troca e constitui-se em um espaço específico destinado ao processamento de alimentos seguindo determinações das normas sanitárias, além de buscar a superação da informalidade pela internalização de aspectos fiscais e ambientais. Mior (2005), também caracteriza a AFR por apresentar uma instalação e equipamentos apropriados para o processamento de alimentos.

As determinações das normas sanitárias citada pelo autor, dizem respeito às legislações vigentes. Atualmente, há no Brasil um conjunto de leis que regulamentam os serviços de inspeção sanitária no âmbito federal, estadual e municipal, em relação a produção industrial de alimentos, a que todos os estabelecimentos industrializadores/comercializadores de alimentos devem respeitar.

Nesse contexto é que durante a realização das visitas às propriedades rurais do município de Pinheiral tentou-se conhecer e avaliar as condições dos ambientes em que os produtos eram processados.

Em relação ao local em que os produtos eram processados, verificou-se que dos 52,94% dos produtores que processavam a sua produção 32,35% fabricavam seus produtos nas suas próprias cozinhas domésticas, 5,88% em varandas da sua residência e 2,94% disseram fabricar os produtos na garagem, enquanto somente 11,76% possuíam instalações próprias para o processamento na propriedade.

Caruso; Anjos (2007), verificaram em sua pesquisa intitulada “Agroindústria Familiar no Extremo Sul Gaúcho: Limites e Possibilidades de Uma Estratégia de Reprodução Social”, que 100% dos responsáveis pelas agroindústrias entrevistados, tiveram a experiência de processar seus produtos na cozinha da casa ou garagem para posterior comercialização, assim como 41,17% dos amostrados nesse estudo.

Guimarães; Silveira (2007), propõem uma caracterização para os diferentes tipos de AFRs. De acordo com esses autores, os 41,17% de produtores que fabricavam seus produtos nas suas próprias cozinhas domésticas, em garagens ou varandas encontrados neste estudo, estão enquadrados na definição de agroindústria caseira. Segundo os autores, esse empreendimento se caracteriza pela inexistência de instalações e equipamentos específicos para o processamento de alimentos e pela relação entre o consumo familiar e a comercialização de excedentes.

Nesse tipo de processamento, realizado na cozinha do agricultor, as receitas são caseiras e herdadas da tradição familiar e o apoio externo é praticamente inexistente (MIOR, 2005).

Zago (2002), refere-se as agroindústrias caseiras, afirmando que trata-se de uma atividade habitual na vida dos agricultores familiares, orientada para o consumo e que chega a comercialização pela ampliação do volume produzido e pela aceitação do produto no mercado local. É marcada pela total informalidade e nenhum controle sanitário, o que pode causar problemas a saúde do consumidor pela omissão do poder público que não atua junto a este segmento alegando tratar-se de atividade ilegal, não percebendo que algum controle (acompanhamento e qualificação) é melhor que nenhum.

É neste contexto que apresentamos na Figura 22, as condições de algumas das cozinhas domésticas encontradas nas propriedades visitadas onde os produtos eram processados.



Figura 22. Cozinhas das propriedades nº 05, nº 03 e nº 04 respectivamente.

A Figura 22 revela as condições inadequadas de estrutura física dos ambientes em que os alimentos são processados nas propriedades consideradas agroindústrias caseiras. Nesses espaços pode se afirmar que é potencializado o risco de contaminação dos produtos fabricados, em decorrência da não conformidade com o exigido da estrutura física para os estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos em legislações como o RIISPOA – RJ (RIO DE JANEIRO, 2006), a portaria 368 do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento - MAPA (BRASIL, 1997a) e a Resolução 275 (BRASIL, 2002), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, entre outras.

Pretendia-se neste estudo, a princípio, utilizar para avaliar as condições dos ambientes de processamento de alimentos nas propriedades visitadas a lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos constante no anexo II da Resolução RDC Nº 275, de 21/10/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com algumas adaptações (Anexo J). Ocorre que, ao nos depararmos com a precariedade desses espaços de produção e chegarmos a conclusão de que não possuíam nenhum quesito em conformidade, optou-se pela não utilização desse instrumento.

A Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Pinheiral possui uma agroindústria localizada no km 05 da Rodovia Benjamin Constant, dotada de vários equipamentos que foram adquiridos por meio de recursos de fundo perdido do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. De acordo com informações obtidas na Secretaria de Agricultura, os equipamentos nunca foram utilizados e para que a agroindústria comece a funcionar o local necessita de reformas para adequação da estrutura física as exigências da legislação. A PMP possui em seu quadro funcional um profissional Técnico em Agroindústria que está trabalhando para colocar este espaço em funcionamento.

Convém, aqui, recomendar a Secretaria de Agricultura do Município que concentre esforços para promover o efetivo funcionamento deste espaço e a partir daí uma intervenção junto a esses produtores, no sentido de estimular que eles se organizem para utilizar a agroindústria da Secretaria Municipal de Agricultura, para o processamento dos seus produtos.

Também se faz necessário que instituições como a Emater e o SENAR, bem como o IFRJ, estejam próximos destes produtores oferecendo capacitação de acordo com as suas demandas.

Foram encontrados neste estudo quatro propriedades, ou seja 11,77%, que possuíam instalações próprias para o processamento de alimentos, não sendo permitido em 5,88% , ou seja, em duas propriedades efetuar o registro fotográfico das instalações.

Ao avaliarmos esses espaços de acordo com o conceito de AFR proposto por Silveira; Heinz (2005), e já apresentado neste estudo, não se pode considerar que sejam AFRs, pois necessitariam ter [...] instalações e equipamentos específicos, que buscam atender às exigências legais e que adotam procedimentos de produção segundo padrões técnico-científicos, o que não foi a situação encontrada nestes ambientes de produção, como se pode ver na Figura 23, que apresenta as condições do ambiente de processamento da instalação da propriedade nº 01.



Figura 23. Vista frontal e lateral do local de processamento de alimentos da propriedade nº 01.

A vista externa que se tem do local de fabricação dos produtos da propriedade nº 01 apresentada na Figura 23, mostra que há acúmulo de lixo nas suas imediações e que ela está localizada ao lado do galinheiro. Cabe informar ainda que do outro lado do ambiente de fabricação dos produtos está localizado o chiqueiro da propriedade, que não dista mais de três metros da instalação utilizada para o processamento dos alimentos. Ainda assim, percebeu-se na fala do proprietário o seu orgulho em ter uma instalação própria para fabricar os produtos, como se pode observar neste relato:

“Também tem alguma coisa que o local de fazer o queijo tem que ser arejado, muito limpo, não pode entrar bicho, a minha é quase isso aí. A minha não entra bicho não” (informação verbal – produtor nº 01).

O produtor fazia aqui uma referência de que a sua instalação se ajusta as exigências da legislação sanitária no que tange a estrutura física. Quando afirma que na sua área de processamento não entra insetos, está referindo-se à tela de proteção contra insetos que existe no seu ambiente de processamento. Ocorre que a tela é de arame e sua malha de aproximadamente 2cm, quando o RIISPOA em seu Art. 36, parágrafo VIII, exige telas milimétricas à prova de insetos em todas as janelas (RIO DE JANEIRO, 2006).

Com relação a área interna do ambiente de processamento da propriedade nº 01, outras inconformidades foram encontradas, como mostra a Figura 24.



Figura 24. Local de processamento de alimentos da propriedade nº 01.

Percebe-se, claramente, pela Figura 24, que a instalação não atendia a exigência do RIISPOA, que em seu artigo 36 parágrafo VII informa como dever ser o forro nas dependências de elaboração de produtos comestíveis: dispor, nas dependências de elaboração de produtos comestíveis, de forro de material resistente à umidade e vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira e contaminação, podendo o mesmo ser dispensado nos casos em que a cobertura proporcionar perfeita vedação à entrada de poeira, insetos ou pássaros e assegurar uma adequada higienização (RIO DE JANEIRO, 2006).

Há também, no interior da instalação, um banco de madeira, sendo que no item 4.1.3.11 da portaria nº 368 de 04 de setembro de 1997 do MAPA, diz que deverá ser evitado o uso de materiais que dificultem a limpeza e desinfecção adequados, por exemplo a madeira (BRASIL, 1997a).

Outras considerações a serem aqui apresentadas de acordo com a Figura 24 é o armazenamento de alimentos no chão, a falta de proteção para lâmpada, os queijos sendo dessorados em temperatura ambiente no local inadequado para produção em que há geração de odores próximo.

A dificuldade encontrada na avaliação e no preenchimento da lista de verificação foi que, mesmo nas propriedades que possuíam instalações específicas para o processamento, como a de nº 01, as condições estruturais também eram precárias não apresentando nenhuma conformidade com as exigências das legislações sanitárias vigentes. Assim para todos os itens pesquisados, a resposta encontrada era não, ou não se aplica, o que levou a inutilização do instrumento.

Cabe enfatizar que a propriedade nº 14, também possuía instalação própria para a fabricação de queijo minas frescal, estando a mesma localizada ao lado do curral. Assim como na propriedade nº 01, essa instalação não cumpre o exigido no Art. 36 do RIISPOA - RJ que trata das condições básicas e comuns que devem atender todas as propriedades e estabelecimentos de produtos de origem animal onde no parágrafo I diz que estes ambientes devem localizar-se em pontos distantes de fontes poluidoras ou produtoras de odores indesejáveis, de qualquer natureza (RIO DE JANEIRO, 2006).

Segundo informações do proprietário, ele possui uma queijaria na propriedade e afirma que

“Eu estou tentando fazer o mais higiênico possível entendeu. Porque eu cheguei, ah fulano faz queijo pessoas aqui muitos que tem uma

duas vacas, aí faz o queijo, aí faz na pia da cozinha, aí gordura eu sou meio, gosto do troço limpo entendeu”? (informação verbal – produtor nº 14).

Perguntou-se a este proprietário se ele havia buscado orientação para fazer a construção. Ao que ele respondeu:

“ Não, não eu mesmo cisme! Por que o quê que acontece, no ano passado eu vendi o leite todo para essa pessoa que me compra ainda. Aí chegou na época da águas pariu algumas vacas, meu leite aumentou, aí: “ Não que eu não posso pegar esse leite todo porque é, eu não tenho saída para ele todo vai me apertar.” Aí o quê que eu fiz a minha saída, eu não podia jogar o leite fora né, eu estava produzindo eu vendi até na ocasião duas vacas e comecei a fazer o queijo. Porque eu de vez em quando até pegava queijo que ele fazia lá para entregar para as pessoas que me pediam, sabe que você mexe com criação: “ah, faz queijo”? ah eu arrumo lá, entendeu? Aí eu comecei a fazer o queijo aí e eu, no princípio desse ano, aí comecei a fazer a queijeira, não fiz de uma hora para outra” (informação verbal - produtor nº 14).

Mais uma vez o produtor foi questionado se ninguém havia lhe fornecido uma orientação, com relação à legislação, sobre o quê a legislação exige para a estrutura física dessa produção? Ao que ele informou:

“Olha só agora finalmente há quatro meses atrás depois que eu ingressei no programa Balde Cheio, o técnico me disse por que, eu até ia botar piso tudo legalzinho aí ele falou assim: “ó Valdir não enfeita muito o pavão aqui, porque você não pode fazer a queijeira aqui do lado do curral.” Tem que ser trinta metros eu acho. Aí eu falei não tudo bem, só para poder enquanto eu estou meio clandestino aí fazendo o queijo, praticamente quase uma subsistência, eu não estou expondo, tipo assim, negociando mesmo o queijo pego um e entrego ali, não é? Negociar, você vai entregar vinte, dez queijos numa padaria ou onde é que for né? Então aí ele falou comigo: “ó bate um liso aí, pinta, até me orientou a pintar com tinta a óleo a parede que aí eu posso lavar, e assim eu fiz mas até pro, futuro eu, eu estou ainda indeciso, se vai ser viável eu produzi o queijo ou se vai ser viável eu vender o leite. Se eu achar um desfecho para o leite para mim é melhor, todo um valor razoável aí no leite eu vendo o leite que para mim facilita mais, porque aqui já dá trabalho, você cuidar das criação tirar o leite essas coisas todas, aí você ainda tem que fazer mais o queijo, é complicado” (informação verbal - produtor nº 14).

É preocupante a leitura que o produtor tem sobre a comercialização do seu produto. Para ele o fato de vender esporadicamente e ter os seus clientes certos não significa comercialização. Ele o entende erroneamente como subsistência. O produtor nº 14 reconhece a sua produção clandestina, mas afirma em seu relato que a comercialização só se dá de fato

quando é entregue em maior quantidade para um estabelecimento comercial, o que não é uma verdade.

Segundo Ventorine (2009) ao tratar destas AFRs, há de se considerar que não se trata apenas de processamento e beneficiamento de alimentos, mas de todo um sistema de cunho social, cultural e econômico que gira em torno destas. Essas agroindústrias de caráter, em sua maioria artesanal, produzem alimentos e devem obedecer à legislação vigente para transmitir segurança aos consumidores.

Assim, o que se verificou é que os produtores não atendem as exigências da legislação vigente e, em muitos casos, tem o total desconhecimento de quais são as exigências para os estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos previstas em leis.

É importante informar que com relação a aceitação desses produtos, foi unânime a fala dos produtores de que toda a produção era comercializada rapidamente, não havendo perda nem possibilidade de tê-los estocados, devido a grande procura e a fabricação de poucas unidades e que frequentemente havia até briga para se adquirir os produtos.

Outra propriedade visitada que possuía instalação própria para o processamento foi a nº 31. Nesta propriedade havia produção de queijo minas frescal e goiabada. Para cada produto foi encontrado uma instalação diferente, sendo que ambas eram ambientes inadequados para o processamento de alimentos, de acordo com as exigências da legislação vigente.

A Figura 25 revela a situação do ambiente em que o queijo minas frescal era produzido na propriedade nº 31.



Figura 25. Local de fabricação de queijo da propriedade nº 31.

Mais uma vez o que se percebe na instalação para processamento de alimentos avaliada é o total desconhecimento das Boas Práticas de Fabricação. O ambiente é sujo, com presença de bancada de mármore, material não recomendado para área de processamento de alimentos devido a porosidade e ainda apresentando lodo. Também foram encontradas folhas de jornal no piso da instalação, o que não é recomendado, por se tratar de um foco de contaminação. Inexiste na báscula tela milimetrada para prevenir a entrada de insetos e a porta é confeccionada em madeira. Possui uma geladeira para armazenamento dos queijos que encontra-se em estado de conservação ruim, apresentando sujeira e ferrugem como se pode ver na Figura 26.



Figura 26. Local de armazenamento dos queijos fabricados na propriedade nº 31.

Em relação ao local de armazenamento dos queijos fabricados na propriedade nº 31, pela Figura 26, verificou-se que o produto final está acondicionado em local sujo, além de não apresentar rótulo na embalagem. Verificou-se ainda a presença de folhas de jornal no interior da geladeira, as quais não poderiam, em hipótese alguma estar no local de armazenamento dos produtos acabados.

Percebeu-se em todos os produtores que possuem nas suas propriedades local específico para o processamento, um certo orgulho de, a seu modo, ter um local apropriado para tal atividade, mesmo nenhum destes sendo ambientes adequados do ponto de vista das exigências legais.

Ao nos conduzir para conhecer o espaço onde o queijo era produzido na propriedade a irmã do produtor que acompanhou a entrevista seguia dizendo: “é tudo direitinho, tudo limpinho vocês vão ver”.

O local de fabricação da goiabada da propriedade nº 31 foi também considerado crítico, como revela a Figura 27.



Figura 27. Local de fabricação do doce de goiaba da propriedade nº 31.

O local é crítico considerando que no parágrafo VI do artigo 36 do RIISPOA – RJ (RIO DE JANEIRO, 2006), há a exigência de que o local deve ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, lavável, de fácil higienização, numa altura mínima de 02 (dois) metros, com ângulos e cantos arredondados, e a parte restante rebocada, caiada ou pintada e pela Figura 27, pode se verificar a ausência de paredes no ambiente de processamento.

Outras observações foram feitas durante a entrevista na propriedade nº 31, como por exemplo: a utilização de utensílios de madeira, o local em que esses utensílios eram guardados, e a presença de muitos objetos em desuso e estranhos ao ambiente de processamento, como se pode ver na Figura 28.



Figura 28. Utensílios de madeira, local em que são guardados e objetos em desuso.

Ainda observou-se a presença de animais no local de processamento e a batedura do doce que é feita com a panela no chão, como revela a Figura 29.



Figura 29. Presença de animais e batedura do doce com a panela no chão.

Pela Figura 29 observa-se a presença de cachorro no local do processamento. O produtor nos informou que toda vez que é fabricado doce de goiaba, este animal reconhece a hora em que o doce está pronto e se aproxima para ganhar um pouco. Pode se perceber ainda pela Figura 29 que a panela foi colocada no chão para que fosse feita a batedura do doce. Observou-se também as condições da bota da manipuladora que momentos antes havia ido ao curral “juntar o gado”, como ela havia dito ao irmão ao se ausentar do local de processamento.

Considerando os cuidados que o manipulador de alimentos deve ter durante o processamento de alimentos e as Boas Práticas de Fabricação - quesito higiene pessoal constantes nas Portarias 368 (BRASIL, 1997a) e 326 (BRASIL, 1997b) constatou-se que não há por parte dos produtores em questão a preocupação com requisitos básicos, como por exemplo, a proteção para os cabelos. Percebeu-se que, durante a fabricação de doce, os manipuladores não utilizavam touca e já no final do processo, somente a mulher colocou a proteção nos cabelos, como mostra a Figura 30.



Figura 30. Manipuladora fabricando doce de goiaba com e sem a utilização de touca.

Nesta propriedade, foi realizado o acompanhamento da fabricação do doce de goiaba até o momento da enformagem. Nessa etapa, as formas utilizadas foram de madeira e a

bancada de trabalho foi um baú forrado com folhas de bananeira, que não sofreram nenhum tipo de higienização, como se pode observar na Figura 31.



Figura 31. Enformagem do doce de goiaba.

Conforme informações do produtor, o doce fica no local apresentado na Figura 31 até esfriar, quando então é levado para o interior da casa onde fica armazenado até a sua comercialização. Para a embalagem as barras são revestidas em papel celofane transparente.

Outra propriedade que possuía local específico para o processamento foi a nº 32, onde é feito a produção de cachaça. Nessa, assim como na nº 14, não nos foi permitido realizar o registro fotográfico. Ocorre que no mesmo local onde está localizado o alambique funcionava também um ferro velho. O produtor nos solicitou que não fotografasse, e informou que estava “meio bagunçado, porque não estava tendo produção em função de estarmos fora da época do corte da cana. Mas garantiu que quando está produzindo “tudo é lavado direitinho”.

A avaliação feita da propriedade nº 32 é que ela também não atende as exigências mínimas de estrutura física da legislação e por não ter produção no momento da visita, não se pode avaliar as condições em que o processamento era realizado. Segundo informações do proprietário, toda a sua cachaça produzida é armazenada em garrafões e comercializada no seu próprio bar.

Durante a realização das entrevistas, foram encontradas ainda duas propriedades que possuíam instalações próprias para o processamento, mas que há tempos pararam a produção. Em uma se dava a fabricação de cachaça e na outra além da fabricação de cachaça, havia também uma mini fábrica de conserva, que fabricava lingüiças frescas e defumadas. Ambas funcionaram na informalidade durante o período em que produziam.

Em uma avaliação geral, percebeu-se, claramente, que as condições dos ambientes utilizados para o processamento dos alimentos nas propriedades rurais do município de Pinheiral, não estão adequados e em conformidade com as legislações vigentes.

De acordo com Cruz (2007) o rigor exigido pela legislação sanitária impede que, em muitos casos, os empreendimentos de pequeno porte sejam legalizados, sem que necessariamente os produtores deixem de produzir e vender os produtos. Então as exigências acabam por contribuir para a comercialização informal de produtos. A informalidade pode ser a responsável pela imagem que uma parcela significativa dos consumidores possuem dos produtos de ARF como sendo feitos sem higiene.

Schmidt (2003), considera que o cumprimento das exigências em termos de estrutura, de instalações e de equipamentos não é o único fator determinante para a qualidade do produto final, visto que tal característica também decorre da adoção de práticas e atitudes

higiênicas durante a produção de alimentos, é possível focar no processo, desde a produção da matéria-prima até o produto final, como condição à qualidade sanitária dos produtos.

Convém informar que não foi avaliado, sob nenhum aspecto, a qualidade dos produtos fabricados nas propriedades, por não se tratar do objeto deste estudo.

Para Cruz (2007), no caso de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte - ARPP, em que os agricultores são os responsáveis pelo processo produtivo, a qualidade final do produto dependerá basicamente das práticas e dos processos incorporados pelos agricultores. Assim, tanto ou mais importante que exigir a estrutura de grandes agroindústrias às ARPP, é capacitar os agricultores, através de acompanhamento da produção, orientação e projetos educativos.

Corroborando com Cruz (2007), o resultado deste diagnóstico nos permite afirmar que é urgente e necessário oferecer aos produtores rurais do município de Pinheiral, que processam a sua produção e a todos aqueles que se interessarem, capacitação na área de processamento de alimentos, principalmente no que tange a questão das Boas Práticas de Fabricação.

Outrossim, o CANP/IFRJ muito tem a contribuir levando aos produtores rurais do município orientação para a implantação e implementação das BPFs, garantindo assim a segurança dos alimentos produzidos nestes espaços.

4.3.5 O CANP/IFRJ no contexto da realidade dos produtores rurais do município de Pinheiral

Nessa pesquisa, tentou-se obter dados que revelassem como os produtores rurais do município de Pinheiral - RJ percebiam a presença do CANP/IFRJ em suas realidades e também se havia alguma relação/contato dos produtores com o CANP/IFRJ e como havia se estabelecido essa relação ou contato.

Então, procurou-se conhecer se os produtores possuíam algum tipo de assistência técnica em suas propriedades, como mostra a Figura 32.

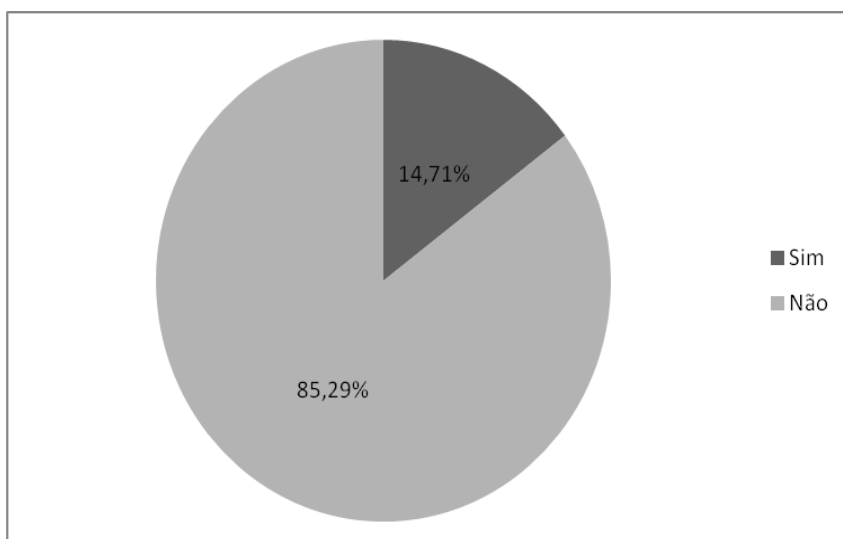


Figura 32. Propriedades visitadas que possuíam assistência técnica.

Responderam não ter nenhum tipo de assistência técnica em suas propriedades 85,29% dos produtores entrevistados. Dos 14,71% que informaram receber assistência técnica, 8,82%

são prestadas pela Emater e 5,88% são prestados por profissionais particulares. Verificou-se que a assistência técnica recebida pelos produtores era sobre produção de cachaça, controle de pragas, bovinocultura de leite e vacinação de rebanho.

O percentual significativo de produtores que não recebiam nenhum tipo de assistência técnica, apresentado na Figura 32, permitiu que os estudantes, sujeitos deste estudo, vislumbrassem a possibilidade de atuação na área, além de questionarem a ausência de atividades de extensão por parte do CANP/IFRJ junto aos produtores rurais. Na opinião dos estudantes, as atividades contribuiriam para a sua formação, como será apresentado com maiores detalhes no item 4.4 que trata da apresentação dos dados obtidos no questionário de saída e na realização da técnica de Grupo Focal com os estudantes amostrados.

O Campus Nilo Peçanha – Pinheiral é uma instituição centenária que possui tradição no ensino profissionalizante na área de Agropecuária. Disseram já ter tido contato com o CANP/IFRJ 64,71% dos produtores, à medida que 35,29% responderam não ter tido nenhum contato com o Campus. A Tabela 6 mostra como se deu o contato dos produtores com o CANP/IFRJ.

Tabela 6. Como se deu o contato dos produtores com o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ.

Questão	Respostas	Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Como se deu o seu contato com o CANP/IFRJ	Buscou assistência técnica	02	5,88
	Participou de reuniões	03	8,82
	Participou de atividades promovidas pelo CANP	06	17,65
	Recebeu alunos em sua propriedade	04	11,77
	Consome produtos do CANP	02	5,88
	Ex-aluno, aluno ou pai de aluno	05	14,71
	Não tiveram contato com o CANP	12	35,29

Pela Tabela 6, observa-se que 17,65% dos produtores informaram já ter tido contato com o CANP/IFRJ por meio da participação em atividade promovidas pelo Campus, tendo sido citados cursos, dias de campo e envolvimento em projetos. Em relação às participações em reuniões, citada por 8,82 dos produtores entrevistados, elas dizem respeito a reuniões que foram realizadas no Campus para tratar da regularização das terras do município. Em 14,71% das respostas, o contato se deu por se tratar de produtores que são ex-alunos, alunos ou pai de alunos. Somente 5,88% disseram ter procurado o CANP/IFRJ para buscar algum tipo de assistência técnica, o que comprova ser uma prática insipiente e quão distante é a relação dos produtores com o que o CANP possui de melhor: pessoal altamente qualificado para oferecer orientação e capacitação para o desenvolvimento da produção agropecuária do município.

Ocorre ainda que quando perguntado aos produtores se conheciam o profissional Técnico em Agropecuária, apesar da informação de que 64,71% dos produtores já tinham estabelecido algum contato com o CANP/IFRJ, 58,82% dos produtores responderam que não o conheciam.

Convém enfatizar que este desconhecimento reflete bem o afastamento entre os técnicos recém formados e os produtores, bem como a dificuldade de adaptar-se no início de sua vida profissional, por possuírem mais conhecimento teórico do que prático relatado por Técnicos Agrícolas no início de suas atividades nas empresas (BRASIL, 2000a).

Procurou-se conhecer durante as entrevistas, na opinião dos produtores, como o CANP/IFRJ poderia ajudá-los, como mostra a Figura 33.

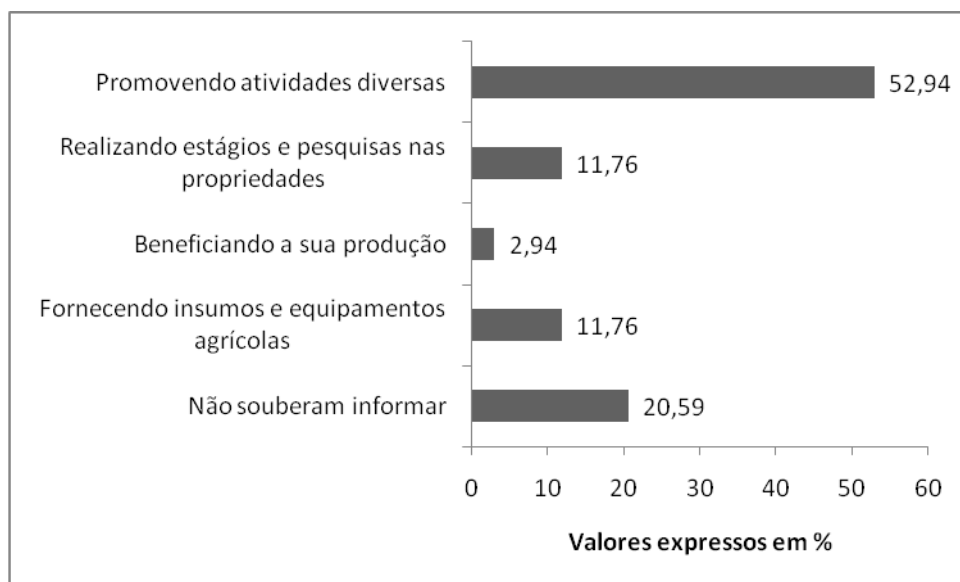


Figura 33. Opinião dos produtores em como o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ poderia ajudá-los.

A ilustração é otimista ao passo que apresenta o interesse de 11,76% dos amostrados em receber nossos estudantes em suas propriedades. Os produtores consideraram que a presença de estudantes do CANP em suas propriedades, seja para a realização de estágios ou para o desenvolvimento de projetos de pesquisa é uma importante maneira do CANP/IFRJ ajudá-los.

Percebe-se que 52,94% da amostra, ou seja, 18 produtores consideraram que o CANP/IFRJ poderia ajudá-los promovendo atividades diversas. Nestas atividades foram incluídas oferta de cursos, informações técnicas sobre temas variados e desenvolvimento de projetos junto a comunidade rural do município.

Nas discussões do Seminário do Ensino Agrícola da Região Sudeste (BRASIL, 2009a), um dos destaques apontados foi a necessidade de criar cursos fora da instituição, ou seja, a escola ir ao encontro das demandas da comunidade e possibilitar, assim, a democratização do saber e a transposição do conhecimento, consideração que vai de encontro a demanda dos produtores rurais do município de Pinheiral.

Já 11,76% dos entrevistados, acreditam que a maneira do Campus ajudá-los é proporcionando algum tipo de auxílio material, como por exemplo, fornecendo adubos e mudas variadas e, também, com empréstimos de tratores para preparar o solo para o plantio, ou drenando áreas alagadas de suas propriedades. Ressalta-se aqui, que esta não é a proposta deste trabalho, considerando a ilegalidade de se apropriar de bens públicos para serem utilizados em propriedades particulares. Este auxílio deve ser dado aos produtores rurais pela Secretaria de Agricultura do Município, que pode buscar recursos de programas específicos

do Governo Federal para empregar no desenvolvimento da produção agropecuária do município.

Registre-se aqui o interesse pessoal da autora deste trabalho em conhecer a realidade local e suas reais demandas para futuramente desenvolver atividades de extensão na área de agroindústria, com a efetiva inserção dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Neste contexto é que se buscou conhecer o interesse dos produtores em participar de cursos de beneficiamento/processamento de alimentos caso fossem ofertados pelo CANP/IFRJ.

Dos produtores entrevistados, 17,65% informaram que não participariam dos cursos, caso fossem ofertados e 5,88% não informaram se lhes interessavam ou não os cursos. Expressaram o seu interesse em participar de cursos ofertados pelo CANP/IFRJ 76,47% dos entrevistados, sendo que 35,29% deste total sugeriram temas que extrapolam a área de agroindústria e 41,18% dos produtores solicitaram cursos sobre o processamento de alimentos, que estão apresentados na Tabela 7.

Tabela 7. Cursos de processamento de alimentos citados pelos produtores.

Questão	Respostas	Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Qual(is) curso(s) sobre beneficiamento e/ou processamento de alimentos gostaria que fosse(m) ofertado(s) pelo CANP/IFRJ	Processamento de carnes	04	11,77
	Processamento de leite	01	2,94
	Processamento de vegetais	06	17,65
	Qualquer curso sobre processamento de alimentos	03	8,82
	Cursos de outras áreas	12	35,29
	Não possui interesse	06	17,65
	Não informaram	02	5,88

A Tabela 7 revela um dado alarmante: somente um produtor citou o interesse em participar de cursos sobre o processamento de leite. Com base nas informações de que todos os produtores visitados que fabricam queijo, o fazem sem dar ao leite o devido tratamento térmico, considera-se urgente promover curso de capacitação em processamento de leite para os produtores rurais do município, a fim de orientá-los quanto à importância da pasteurização do leite para o seu processamento.

Em relação aos cursos de processamento de carnes, foram solicitados: fabricação de defumados, processamento de pescado e de carne de coelho. No segmento de processamento de vegetais, as demandas dos produtores são por cursos de fabricação de cachaça, conserva de pimentas, vegetais minimamente processados, processamento de banana e demais frutas em geral.

Em se tratando dos cursos citados das demais áreas da produção agropecuária, foram sugeridos na produção animal: criação de gado de corte, inseminação artificial, criação de pequenos animais e criação de tilápia. Na produção vegetal, as sugestões de cursos foram: enxertia, poda, compostagem e produção de vegetais orgânicos. Também foi sugerido curso de curtimento de pele de coelho.

Essa demanda apresentada pelos produtores será encaminhada a Direção de Extensão, Pesquisa e Inovação – DEPI do CANP/IFRJ. A DEPI, através da sua Coordenação de

Extensão, tem o interesse em participar de editais internos e externos, a fim de viabilizar tais atividades, promovendo a capacitação e conseqüentemente melhor aproveitamento da produção nas propriedades rurais do município de Pinheiral – RJ.

Não obstante, há de se considerar, também, que a concepção dos Institutos Federais entende a educação como instrumento de transformação e enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana. É nesse sentido que deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, as demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (SILVA, 2009c).

Silva (2009a), pesquisando a formação do Técnico em Agropecuária no CANP/IFRJ, realizou um estudo de caso sobre a interface com a agroecologia, tendo como sujeitos da pesquisa estudantes da primeira e terceira séries do curso em questão. Foram identificados na primeira série somente oito estudantes, ou seja, 13,8% que residiam em Pinheiral, de um universo de cinquenta e oito, enquanto na terceira série havia sete (20%), de um universo de trinta e cinco. No presente estudo identificou-se que somente três (12%) dos estudantes amostrados residiam no município, e ainda assim na área urbana.

Os dados verificados por Silva (2009a), quando comparados com os apresentados neste estudo nos permite afirmar que o número de alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária residentes no município vem diminuindo gradativamente.

Convém ressaltar que o CANP/IFRJ não realiza acompanhamento dos seus egressos, o que se considera uma demanda urgente. Conforme Machado (2001), a visão sobre uma instituição de ensino é, principalmente, balizada pela formação discente que ela fornece, percebida através dos estágios e/ou egressos. Uma avaliação positiva estende a competência para os seus docentes e, em decorrência, para a instituição como um todo, numa espécie de credenciamento. Do lado acadêmico, é fundamental estender o papel exercido pelo aluno ou egresso, como elemento básico para o processo de interação.

É, pois, imprescindível saber o que os egressos pensam a respeito da formação recebida para se proceder a ajustes em todas as partes do sistema de ensino ofertado. Além disso, conhecer o que fazem como profissionais e cidadãos e suas adequações aos setores em que atuam, possibilita uma reflexão crítica sobre a formação e sua relação com as necessidades do mercado de trabalho (LOUSADA; MARTINS, 2005).

Há de se considerar também que o CANP/IFRJ, apesar de ser uma instituição centenária e possuir tradição no ensino técnico em agropecuária, não foi ainda capaz de se inserir na área rural e estabelecer com os produtores uma relação efetiva, a fim de promover melhorias nas condições da produção agropecuária das propriedades rurais do município.

Além do ensino de agropecuária, o CANP/IFRJ oferta desde 2007 o curso Técnico em Agroindústria, já tendo formado a terceira turma em 2011. Considerando as condições nas quais os produtos são processados, apresentadas neste estudo, pode-se afirmar que os estudantes do curso Técnico em Agroindústria possuem inúmeras possibilidades de atuação junto aos produtores para mudar a triste realidade encontrada nesses espaços.

De Acordo com a Lei 11.892 (BRASIL, 2008a) que cria os Institutos Federais - IFs, em seu artigo 6º, parágrafo I, é finalidade dos IFs ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos objetivando a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ocorre que para promover o desenvolvimento

socioeconômico local, é necessário conhecê-lo e muitos dos nossos discentes e docentes não o conhecem.

A Lei de criação dos IFs trás ainda nos capítulos III e IV do artigo 7º que é também objetivo das Instituições realizar pesquisa aplicada e desenvolver atividades de extensão.

Na qualidade de Colégio Agrícola Nilo Peçanha, vinculado à Universidade Federal Fluminense, não havia incentivo e estímulo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Eram poucos os recursos estruturais, financeiros e de pessoal, além da carga horária de aula excessiva dos docentes. Realidade transformada desde a sua adesão ao Projeto dos IFs, que ampliou o número de servidores e, também, o seu orçamento, que está sendo efetivamente empregado em melhorias constantes dos ambientes didáticos do Campus e também dos seus demais setores.

A disciplina Extensão Rural, foi inserida na matriz curricular em 2006, quando o curso deixou de ser modular e passou a ser seriado. Foi mantida como Extensão Rural e Associativismo na nova matriz do curso integrado ao ensino médio, que passou a vigorar em 2012.

A concepção e as exigências da lei de criação dos IFs, mesmo aplicadas a instituições centenárias como o CANP, é ainda recente. Outrossim, sugere-se a Direção de Ensino e Coordenadores de Curso do CANP/IFRJ que orientem os docentes no sentido da necessidade de inserir atividades práticas ao conteúdo das disciplinas. Conduzir os estudantes para esses espaços, verdadeiros laboratórios para a realização de aulas práticas, visitados durante a realização deste estudo, certamente possibilitará aos estudantes fazerem a relação com a importância da teoria e onde ela efetivamente se aplica na prática.

Em suma, transmitida a apresentação do diagnóstico da realidade local, imprescindível no desenvolvimento deste trabalho e que, certamente, norteará futuras atividades didáticas, de extensão e pesquisa, passamos para as concepções e percepções dos estudantes acerca do trabalho desenvolvido.

4.4 Concepções e Percepções dos Discentes Após o Trabalho de Campo

Avaliou-se, após as visitas as propriedades rurais do município, o que os estudantes perceberam e compreenderam sobre a realidade que haviam acabado de conhecer.

A análise das concepções e percepções dos discentes após o trabalho de campo foi realizada com base nos dados obtidos durante a realização da dinâmica do grupo focal (Figura 34) e, também, nas respostas apresentadas pelos estudantes no questionário de saída, que serão aqui discutidas simultaneamente.



Figura 34. Realização do Grupo Focal 1, 2 e 3 respectivamente.

Como os estudantes já estavam encerrando o terceiro e último ano do curso Técnico em Agropecuária, a primeira pergunta do questionário de saída teve a pretensão de conhecer a área do curso em que o estudante desenvolveu maior afinidade, como mostra a Figura 35.

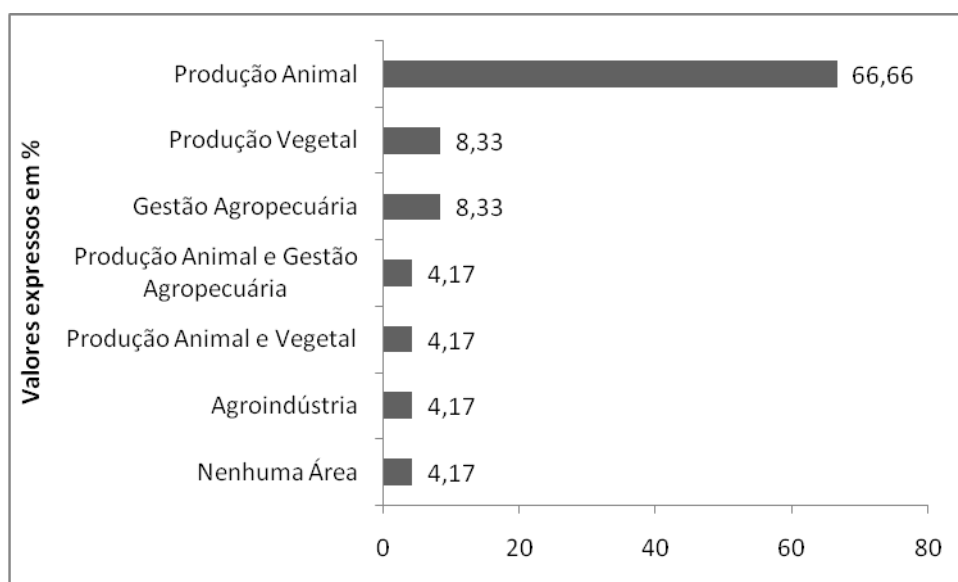


Figura 35. Afinidade do estudante com as áreas do curso.

Percebe-se pela Figura 35 que a maioria dos estudantes (66,66%), ao término do curso, apresentaram mais afinidade pela área de produção animal. Dos estudantes pesquisados, 8,33% desenvolveram mais afinidade pela área de gestão agropecuária e o mesmo percentual, para a área de produção vegetal. Somente 4,17%, ou seja, um aluno informou não ter afinidade com nenhuma área do curso, enquanto o mesmo percentual foi apresentado para produção animal e gestão agropecuária, produção animal e vegetal e, também, para área de processamento da produção (Agroindústria).

Não tentou-se, neste estudo, conhecer o motivo pelo qual se estabeleceu a afinidade pelas áreas, porém, pode se deduzir que esta maior afinidade com a área de produção animal ocorre em consideração ao volume e constância da produção existente nas Unidades Educativas de Produção - UEPs de produção animal do CANP/IFRJ, a saber: cunicultura, avicultura, suinocultura, piscicultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte,

apicultura, equinocultura e fabricação de ração. Essas produções animais constantes durante todo o período do ano letivo, diferentemente da produção vegetal, que é sazonal, permite ao estudante uma maior vivência prática com a área. Também não se pode desconsiderar, o interesse em prosseguir os estudos, apresentado pelos estudantes na Tabela 2, p. 71 que consideraram o curso Técnico em Agropecuária como base para a graduação em medicina veterinária.

A respeito do baixo percentual de estudantes que apresentaram afinidade com a área de agroindústria, pode-se sugerir que o motivo seja a situação em que se encontra a UEP, atualmente. Encontra-se em funcionamento somente a planta de processamento de carnes, à medida que a planta de processamento de leite passa por uma reforma para adequação às exigências da legislação e obtenção de registro no Serviço de Inspeção Estadual para os produtos lácteos produzidos no CANP/IFRJ.

Acerca do processamento de vegetais, ainda não há no Campus um espaço específico para essa atividade. A ausência desta planta no Campus, se deve à baixa produtividade das UEPs de produção vegetal que, atualmente, produzem somente para atender a demanda do restaurante do Campus. As aulas práticas de processamento de vegetais são realizadas na cozinha experimental do CANP/IFRJ.

Há de se considerar ainda a precariedade das AFRs do município verificadas durante a realização do diagnóstico. A informalidade e a inadequação destes espaços de beneficiamento/processamento das matérias-primas percebidas nestes ambientes inviabiliza o estabelecimento de convênio para a oferta de estágios para os estudantes do CANP/IFRJ.

Outro fator relevante é que não há na Matriz Curricular do curso Técnico em Agropecuária (Anexo I) demais disciplinas que tratem do beneficiamento/processamento da produção agropecuária, além da disciplina Agroindústria, que possui uma carga horária de 60 horas/aula ano. Para a área de produção animal é disponibilizada uma carga horária de 60 horas/aula ano para oito diferentes disciplinas da área de produção animal, a saber: Apicultura, Cunicultura, Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite, Piscicultura, Avicultura, Suinocultura e Fundamentos de Zootecnia. Consta ainda na Matriz Curricular, outras duas disciplinas da área de produção animal: Equinocultura e Sanidade Animal sendo que estas possuem uma carga horária menor que corresponde a 30 horas/aula ano.

É pertinente ressaltar que a carga horária total das disciplinas que compõem a área de produção animal é de 540 horas, enquanto a área de processamento da produção agropecuária (Agroindústria) possui somente 60 horas/aula ano na sua carga horária.

Além disso, convém informar, também, o fato de o estudante só ter contato com a UEP de Agroindústria quando cursa a disciplina Agroindústria, que na matriz curricular, é oferecida no terceiro e último ano do curso. Nessa série, normalmente, o estudante já realizou as 240 horas de estágio supervisionado obrigatório para a conclusão do curso e por essa razão, não vive a experiência do dia-a-dia do setor responsável por beneficiar e processar toda a produção da fazenda na qual o Campus está inserido.

Os estudantes é que selecionam os locais onde irão realizar o estágio obrigatório. Há a possibilidade de estágios externos que são realizados nas diversas empresas conveniadas ao IFRJ e, também, estágios internos. Para a realização do estágio no Campus, ficam à disposição dos estudantes as dezessete UEPs, descritas no item 2.1 deste trabalho, que contemplam as áreas de produção animal, produção vegetal e Agroindústria. Ainda oferece, também, estágios na área de Gestão Agropecuária junto a Direção e Coordenação de Produção do Campus. A participação dos estudantes em projetos de pesquisa vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica - PIBICT do IFRJ também é considerada como carga horária de estágio.

Apesar da baixa afinidade com a área de Agroindústria apresentada na Figura 35, 95,83% dos estudantes consideraram os conteúdos trabalhados na disciplina Agroindústria durante o ano letivo de 2011 muito importantes.

Ressalta-se que consta no conteúdo programático da disciplina Agroindústria, as seguintes ementas: conceito e importância social e econômica da agroindústria, aspectos legais para implantação e funcionamento de uma agroindústria, introdução ao estudo dos alimentos, introdução ao estudo dos métodos e técnicas de conservação dos alimentos, Boas Práticas de Fabricação, Processamento de leite, processamento de carne (bovina, suína, aves e pescados), processamento de vegetais e rotulagem.

Considerando que a maioria dos amostrados (88%) são residentes em áreas urbanas e, somente 16% dos estudantes informaram que as famílias produzem produtos agropecuários, procurou-se investigar se os conhecimentos a respeito da elaboração dos produtos derivados de leite, carne e vegetais trabalhados na disciplina Agroindústria durante o ano letivo de 2011 haviam sido colocados em prática. Informaram já terem colocado em prática o que aprenderam na disciplina Agroindústria, 33,33% dos estudantes, enquanto 58,33% afirmaram que irão colocá-los em prática. Não garantiram pôr em prática, assim como informaram que talvez pusessem em prática o que aprenderam na disciplina Agroindústria 4,17% dos estudantes respectivamente.

Em relação às visitas às propriedades rurais do município como parte das atividades da disciplina Agroindústria para a realização do diagnóstico das AFRs, perguntou-se aos estudantes se esta havia sido uma experiência positiva ou negativa. A opinião dos estudantes foi unânime, tendo 100% considerado a realização das visitas uma experiência positiva.

Na realização da dinâmica do Grupo Focal, procurou-se conhecer, também, qual o sentimento dos estudantes em terem visitado as propriedades rurais do município durante o desenvolvimento deste estudo. A experiência de visitar as propriedades foi considerada, também na discussão do Grupo Focal, como positiva, contudo os sentimentos dos estudantes sobre as visitas nas propriedades foram ora de alegria, ora de tristeza. Os relatos dos estudantes sobre o que sentiram durante as visitas, foram carregados de emoção e, também, de senso crítico. Os depoimentos que melhor expressam os sentimentos dos estudantes são os que dizem:

“Ah, eu também fiquei maravilhada. Porque a gente vê uma coisa aqui dentro totalmente diferente. [...] e a gente vê que o município não absorveu nada do que falam para gente do que é certo”.

“Eu fiquei um pouco chocada com a realidade dos produtores”.

“Eu acho que foi para nos alertar, nos conscientizar que tem muitas pessoas que estão precisando realmente de assistência. [...] eles são simples, mas também gostam de receber essa visita, de conversar um pouco sobre a produção. Então eu acho que foi bom a gente ir. [...] vimos realmente a realidade, que não é sempre igual a escola, que tem equipamentos, tudo certinho. E foi bom também para gente ter outro olhar, uma visão mais crítica, que a gente precisa ajudar essas pessoas que a gente já conhece”.

“Você fica triste em ver que o produtor de baixa renda não tem muita condição de vida[...]. Então eu acho que o governo deveria voltar para área rural um pouquinho, olhar e dá um apoio melhor”.

“[...] tinha até um senhor de bem idade, que na casa dele não tinha banheiro, não tinha luz. Dá até um aperto no coração de vê que tem pessoas ainda que vivem nessas condições”.

“Foi muito enriquecedor ter conhecido esses produtores. Eu gosto dessa área de agropecuária, só que ao mesmo tempo eu me distancio por ver tanta desigualdade. [...] as vezes dá até vontade de seguir na área para ver o que pode ser mudado naquilo ali, porque a gente tendo conhecimento e tendo boa vontade com certeza a gente vai conseguir fazer alguma coisa. E o que acontece é isso, a gente forma aqui, mas a maioria da escola não vai querer ir para essa área de produção de pequenos produtores porque não é uma área bem remunerada, não tem muito incentivo. A gente vai querer uma coisa grande, aí vai ficando cada vez mais desigual”.

“[...] você vê que eles não têm nada, mas estão felizes, estão tão bem do jeito que estão. Acho que se a gente pudesse ajudar a melhorar seria muito, muito mais gratificante. É muito difícil a gente vê e não poder fazer nada, a gente querer ajudar e não poder. Não poder ajudar todo mundo. [...] porque ninguém olha para eles. E eles vão continuar não se importando em ficar ricos, entendeu? Eles estão muito bem do jeito que eles estão, e isso é uma lição de vida”.

“[...] eu acho que o primeiro sentimento que você tem quando chega é de espanto. Pô, é tão simples de fazer porque o cara não faz? Porque ele não tem conhecimento. São duas realidades muito diferentes, mundos diferentes. E você vê isso como técnico você fica triste porque não tem ninguém aqui ajudando, porque nós mesmos não temos a oportunidades de ir lá ajudar. Nós tivemos agora, mas a gente só foi ver, não foi ajudar. [...] eles têm tão pouco, e são tão felizes. Aí você vê gente com tanta coisa e triste da vida. Pô, sei lá, difícil”.

“[...] é um sentimento de... eu consigo ajudar você melhorar, eu consigo te ajudar”!

Foram apresentados nos discursos termos como: *“gostei muito”, “maravilhoso”, “gratificante perceber a alegria deles em nos receber”, “muito bom pra gente ganhar experiência”, “dá vontade de mudar tudo”*.

Siliprandi (2002), afirma que uma proposta de desenvolvimento rural necessita ser vista como um conjunto de melhorias (econômicas, culturais, ambientais, sociais e políticas) para o campo nas quais as populações envolvidas devem ser apoiadas por agentes de extensão rural e, principalmente, assumir o papel de protagonistas.

Nos diferentes depoimentos dos estudantes, percebeu-se claramente, como eles foram despertados para a importância da profissão que escolheram e, também, como eles podem fazer a diferença para melhorar a qualidade da produção agropecuária e do processamento da produção dos produtores do município. Entretanto, percebeu-se que os estudantes apresentam uma visão assistencialista, considerando os produtores como agentes passivos e não como protagonistas, como afirma ser necessário Siliprandi (2002).

Pode-se atribuir o fato ao papel da formação tradicional que os estudantes recebem. Os depoimentos dos estudantes, vão de encontro às considerações de Oliveira et. al. (2010), onde ressaltam que desde a origem da assistência técnica e extensão rural no Brasil sempre predominou uma concepção de abordagem junto aos produtores rurais tecnicista e difusionista, que compreendia e tratava o processo educativo numa relação unilateral: o técnico como detentor do conhecimento e o produtor rural como receptor e passivo.

Para Callou et al. (2008), o esforço de se romper com uma concepção do ensino universitário tradicional, pautado no difusionismo modernizador da agricultura, já era observado, nos meios acadêmicos, desde o final dos anos de 1970. Os autores consideram que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER explicita o seu rompimento com uma metodologia de trabalho orientada na difusão de inovações tecnológicas, instituindo, ao mesmo tempo, o que considera como um “outro paradigma tecnológico”. Esse outro paradigma não mais se pautaria na transmissão pura e simples do saber e sim numa metodologia participativa, alicerçada na valorização do saber das culturas populares.

É pertinente considerar, no âmbito do CANP/IFRJ, a necessidade de enveredar esforços para se romper com essa prática tradicional de educação na formação do profissional Técnico em Agropecuária possibilitando que o estudante atue buscando a aproximação do saber científico ao saber popular.

Nesse contexto, compete, ainda, citar Bunch (1995), segundo o qual, nos projetos de desenvolvimento rural, deve-se considerar a participação da população local como base de sustentação desses projetos, para garantir a continuidade das ações. E essa participação deve ser construtiva, ou seja, deve possibilitar que as pessoas aprendam a cuidar de suas vidas e a resolver seus problemas contando com as suas próprias forças.

Alguns estudantes lastimaram o fato de as visitas terem acontecido somente no último ano do curso, como revelado nos depoimentos abaixo e demonstraram o interesse em ter tido contato com os produtores, durante o período em que estavam cursando as disciplinas para que pudessem ter conciliado os seus conhecimentos teóricos com a prática por meio do desenvolvimento de atividades de extensão rural junto aos produtores do município.

De acordo com Silva; Vasconcelos (2006), o crescente interesse dos estudantes na execução de ações voltadas às demandas da sociedade denota a importância que essas ações vêm assumindo perante a comunidade acadêmica, o que é imprescindível para realimentar o debate sobre a formação profissional crítica.

Assim, foi dito que:

“Eu acho que se todo mundo entrasse aqui no primeiro ano com a cabeça que você sai no terceiro, os alunos que tem aptidão para a área, faria o curso totalmente diferente aproveitaria muito mais as coisas. [...] você vai contar no dedo lá são 10 numa turma de 30 que querem realmente trabalhar na área. [...] vem porque sempre gostou da área, mas fica distante. Se a gente tivesse conhecido essas propriedades no primeiro ano, desde o começo ia querer se envolver em extensão rural ia querer ajudar, já ia querer fazer estágio fora para ajudar todo mundo seria uma formação bem mais completa do que a gente tem. A gente já começa ah, tenho que me dedicar um pouco mais a isso aqui que é minha profissão mais já no finalzinho [...]”.

“Gostaria de ter procurado saber sobre eles antes. E não agora no finalzinho. E agora a gente não pode fazer mais nada porque já estamos indo embora.

Mas se fosse antes, no 1º ano, a gente poderia dá uma ideia pros professores tipo fazer alguma coisa, ajudar conhecer para gente ter um contato”.

“Eu queria ter visitado as propriedades antes. Porque o que eu me deparei lá [...] eu saio daqui vou trabalhar, vou visitar uma grande propriedade aí vou dizer o que eu aprendi aqui não concilia com a prática. Eu aprendi uma coisa que não era na prática aí eu vou ficar em dúvida “quem está certo o professor ou a propriedade”? Mas eu acho que se a gente tivesse visitado as propriedades antes poderíamos ter desenvolvido a prática. Eu estaria mais motivada”.

Analisando os depoimentos dos estudantes apresentados acima, considera-se pertinente as observações de Callou et al. (2008) no estudo intitulado “Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil” que aponta como consequência das dificuldades relacionadas ao ensino da extensão rural a presença tardia da disciplina Extensão Rural na matriz curricular dos Cursos.

Dado o exposto, faz-se necessário, aqui, questionar o papel da escola neste contexto. Com os depoimentos dos estudantes ficou claro a necessidade dos professores de diferentes áreas e disciplinas proporem atividades que possibilitem o estabelecimento da relação entre a teoria e a prática, por meio do conhecimento da realidade local, que segundo os estudantes, permitiria “estar mais motivada”. Neste sentido, Silva; Vasconcelos (2006), consideram que a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque esses se esvaziam quando não integrados à realidade.

Para Delors (2003), “[...] A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes em seus programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação [...] estimulando a sua participação em projetos sociais [...] a participação de professores e alunos em projetos comuns pode dar origem a aprendizagem de métodos de resolução de conflitos e constituir uma referência futura dos alunos, enriquecendo a relação professor/aluno”.

Cavalcanti (1993) relata que o fator principal para promover o desenvolvimento rural é a identificação da realidade e das potencialidades do local em que vivem os envolvidos com a ação e, de forma conjunta, com a efetiva participação dos produtores, definir que estratégias utilizar para sua realização.

Então, afirma-se que o desenvolvimento deste trabalho, possibilitou aos estudantes o conhecimento da realidade local, e que se faz necessário que os professores também se apropriem do conhecimento dessa realidade, para que ela possa ser discutida nas aulas com uma abordagem interdisciplinar, e a partir da discussão, buscar a promoção de atividades de extensão junto aos produtores rurais do município com a efetiva participação dos estudantes.

É preciso ressaltar que é papel dos Institutos Federais atuar na sociedade a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de devolver a sociedade um novo conhecimento transformado e contextualizado.

Cabral (2012) considera que o saber é elaborado com base nas relações sociais que os homens estabelecem na prática produtiva de sua existência e, em momentos determinados da sua história. Nesse sentido, o *lôcus* da produção do conhecimento são as relações sociais que se efetivam entre os homens.

Para Pierson; Cortegoso; Araujo Filho (2003), a inserção da extensão na estrutura curricular, requer uma flexibilização que viabilize o envolvimento dos alunos com atividades de extensão que pudessem ser creditadas como componente curricular. De modo mais ousado, poderia ser tentado um modelo que inserisse a extensão como um eixo de formação contínuo

(produção de conhecimento e intervenção profissional), que se daria do início ao fim do curso.

Os depoimentos apresentados acima também nos possibilita afirmar que houve uma compreensão por parte dos estudantes com relação a necessidade da interação entre a escola e os produtores rurais do município. Os estudantes reconheceram que estreitar essa relação pode ser considerado um importante instrumento para a sua formação, em virtude das muitas possibilidades de atuação para as quais foram despertados durante as visitas nas propriedades.

Esta afirmativa também está embasada no seguinte depoimento:

“[...] Seria uma parceria muito adequada para o Colégio. Porque ao mesmo tempo que eles necessitam de conhecimento o pessoal que vem para cá, está sempre estagnado, fica sempre no mesmo setor, fazendo a mesma coisa. Poder fazer essa interação, levar o pessoal que está formando como técnico nas propriedades, poder fazer uma extensão rural de verdade. Não apenas ficar na sala de aula. Ir para lá para trabalhar, para ensinar, para trocar conhecimento, vai lá, fica um dia na produção da pessoa fala ó eu aprendi desse jeito, o quê que você sabe vamos aprender, vamos trocar experiência para ele poder esticar o conhecimento dele e a gente agregar mais ainda para depois de formado poder ter mais a oferecer no mercado de trabalho”.

No depoimento, o estudante deixa claro que o contato com os produtores rurais do município, deve ser entendido como uma importante relação de troca de saberes. Ribeiro (2002 p. 76), afirma que nesta troca de experiência:

Os estudantes vão descobrindo o saber que existe nos sujeitos das classes populares e aprendendo com eles, chegando a se surpreender com a dimensão desse aprendizado. Nesta proposta de trabalho [...], o diálogo se destaca enquanto elemento educativo, proporcionando aos participantes um aprendizado mútuo, onde o conhecimento pode ser compartilhado.

Como a realização das visitas as propriedades foi proposta pela primeira vez na condução da disciplina Agroindústria, os estudantes foram questionados se a atividade deveria fazer parte do conteúdo programático da disciplina para as próximas turmas. Mais uma vez foi consenso a opinião dos estudantes, quando 100% informaram que sim, esta atividade deveria ser parte do conteúdo programático da disciplina Agroindústria. Dessa forma, o discurso dos estudantes foram os seguintes:

“Quanto alunos a escola já formou que nunca tiveram em uma dessas propriedades igual a gente foi. Seria muito importante”.

“Isso vai incentivar mais ainda. Porque o aluno [...] que vê o colégio, no colégio tudo certinho faz de um jeito aí ele vai lá fora ver como o produtor faz, aí que ele vai conhecer a realidade do que ele está fazendo para ajudar o produtor de verdade, entendeu?”.

“Porque como técnico aí que ele vai vê a função dele de verdade. Ele vai ver que o papel dele é muito maior do que parece”.

“Porque ele pensa uma coisa aqui e vai lá fora ele vê qual é o papel dele de verdade o que ele tem que fazer, aí ele pensa direitinho e aí acaba mudando o pensamento dele”.

Os estudantes apresentaram nos depoimentos, a sua pretensão em conhecer outras realidades e, também, de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos bancos da escola. Os sujeitos do presente estudo são estudantes da educação profissional de nível médio, mas suas pretensões podem ser comparadas a dos universitários, que de acordo com Ribeiro (2002) ao deslocar o campo de exercício da prática profissional da universidade para a comunidade, o acadêmico pretende adquirir uma experiência extra-muros que lhe proporcione uma vivência diferente daquela experimentada rotineiramente na universidade.

No questionário de saída, também procurou-se conhecer a opinião dos estudantes se após a realização das visitas eles haviam tido despertado o interesse em desenvolver, junto aos produtores rurais do município, atividades na área de agroindústria ou nas demais áreas do curso, como mostra a Figura 36.

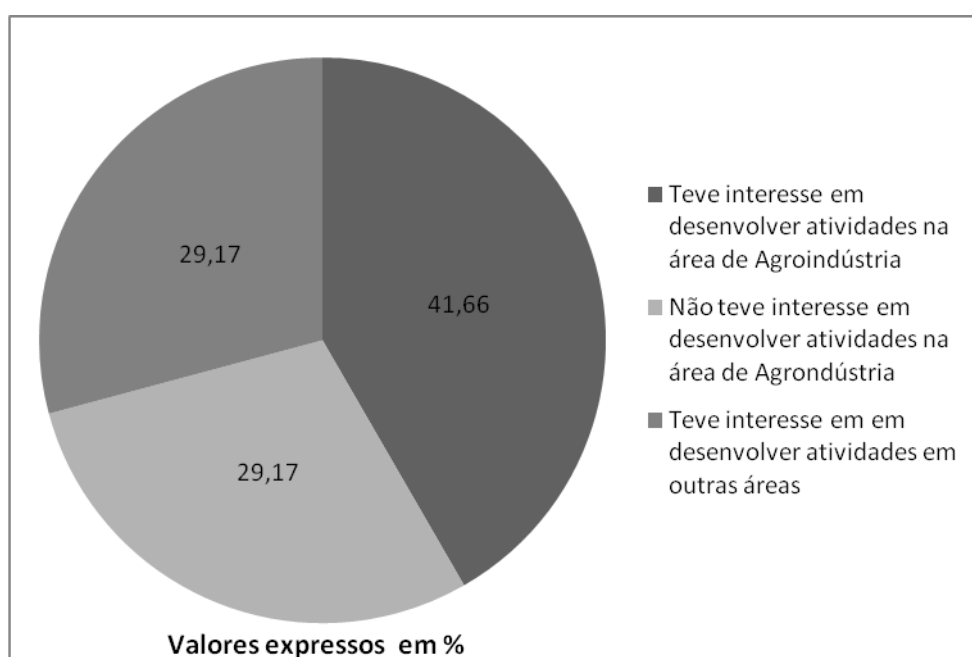


Figura 36. Interesse dos estudantes em desenvolver atividades junto aos produtores.

Percebe-se pela Figura 36 que, mesmo com a maioria dos estudantes apresentando maior afinidade com a área de Produção Animal do curso, ainda assim 41,66% dos estudantes tiveram despertado o interesse para o desenvolvimento de atividades na área da Agroindústria junto aos produtores rurais do município. Em contrapartida, 29,17% não manifestaram interesse em desenvolver atividades na área de Agroindústria e, em nenhuma outra área do curso, junto aos produtores.

Além disso, as demais áreas do curso Técnico em Agropecuária que 29,17% dos estudantes apresentaram interesse em desenvolver atividades junto aos produtores rurais citadas foram: Produção Animal (16,66%), Produção Vegetal (8,34%), e Produção Animal e Vegetal (4,17%). Alguns estudantes incluíram nas suas respostas quais seriam estas atividades das demais áreas do curso que eles desenvolveriam junto aos produtores, sendo citadas as seguintes: Apicultura, Sanidade Animal, Produção de bovinocultura de leite, manejo de rebanho e criação de pequenos animais.

Pressupõe-se que os estudantes levaram em consideração as demandas observadas durante as visitas às propriedades para responder a essa questão, visto que as respostas são discrepantes das informações obtidas quanto a afinidade pela área do curso. Ainda, baseando-se no despertar dos estudantes para as possibilidades de atuação junto aos produtores rurais do município de Pinheiral, foram obtidos os seguintes depoimentos:

“Acho que tem que oferecer cursos na escola, por exemplo, higiene básica, não pode um cachorro no lugar onde tá produzindo doce, não é uma coisa agradável. Também não pode na horta porque vai urinar lá aí prejudica os alimentos. desde a plantação até o processamento caberia a gente trabalhar isso com eles, desde a parte da legislação, tudo isso”.

“[...] a única preocupação que ele tinha era com as vacinas que são obrigatórias, mas de infecção de tetas, fazer teste de mamite não tinha não. [...] perguntou a ele se ele fazia a pasteurização e ele falou que não. Ele chegava, tirava o leite colocava o coalho, fazia o queijo e vendia. Precisa falar que tem que pasteurizar”.

“[...] eu lembro que era uma fruta. Tava no chão assim com um monte de cachorro deitado em volta. Até tiramos foto. E eles não têm noção do que pode causar. Não tem preocupação com as boas práticas agrícola né?”.

“[...] o cara tinha vários animais e você via o cara sem estudo nenhum, mexendo com os animais, ajudando a fazer parto, tratando, dando remédio, dá aquela vontade de sei lá, junta todo mundo ir pra lá ficar um dia ajudar a fazer tudo. Cuidar dos animais, ajudar o cara na produção, pra quem gosta é uma coisa muito motivante, você vê que assim entre aspas um jeito meio errado dá vontade de dizer: assim não, vamos fazer desse jeito aqui, eu acho que vai ser melhor [...]”.

“[...] tinha coelho, e ela não sabia mais o que fazer com os coelhos que estavam produzindo muito, muito, muito, muito [...] já estava querendo mandar os coelhos embora. Ela também tinha muito porco e não sabia processar. Tinha vaca, e quem fez o parto da vaca foi o marido dela mesmo. A gente viu o que acontece de verdade lá fora, e viu também como podíamos atuar”.

Apesar de os estudantes terem identificado e apresentado em diversos depoimentos, a falta de preocupação dos produtores rurais com as Boas Práticas Agrícolas - BPAs, o tema não foi sugerido como atividade a ser desenvolvida junto aos produtores.

Izquierdo; Fazzzone; Duran (2007) consideram que as BPAs juntamente com as BPFs são um conjunto de princípios, normas e recomendações técnicas aplicadas para a produção, processamento e transporte de alimentos, orientadas a cuidar da saúde humana, proteger ao meio ambiente e melhorar as condições dos trabalhadores e sua família.

Como não se trata do objetivo dessa pesquisa, não procurou-se mais informações a respeito de como o tema BPAs é trabalhado nas disciplinas do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ . Em contrapartida, o tema BPFs, que é amplamente discutido nas aulas teóricas e efetivamente executado nas aulas práticas da disciplina Agroindústria, foi indicado para ser trabalhado com os produtores por 41,66% dos estudantes, como será mostrado adiante.

De acordo com Neto (2006), a carência de técnicos exercendo a atividade de extensão na área de agroindústria e a dificuldade de obtenção de informações técnico-operacionais, constantes das recomendações das BPFs, por parte dos agricultores familiares, contribui incisivamente para diversas ocorrências de não-conformidades, o que se traduz em barreiras técnicas para o processamento de alimentos. Em virtude das afirmativas de Neto (2006), os estudantes foram questionados se sentiam que estavam preparados para realizar uma atividade de extensão rural na área de Agroindústria junto aos produtores familiares do município de Pinheiral, como se pode verificar na Figura 37.

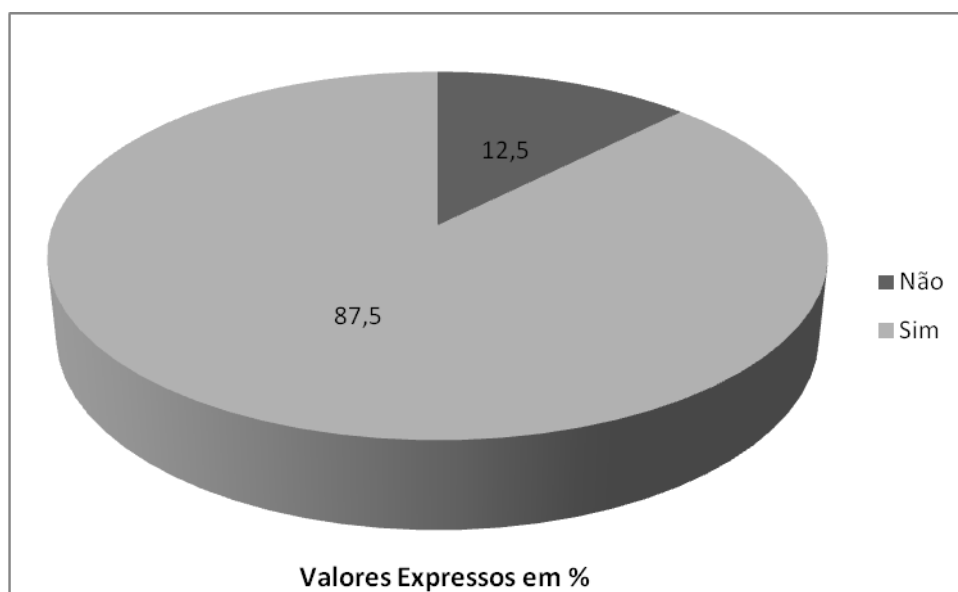


Figura 37. Estudantes preparados para atuar em atividades de extensão na área de Agroindústria.

A Figura 37 revela que a maioria dos estudantes amostrados, ou seja, 87,5% afirmaram que estão preparados para desenvolver atividades de extensão rural na área de Agroindústria junto aos produtores rurais do município. Enquanto somente 12,5% disseram não se sentirem preparados.

Esse sentimento de estar, ou não, preparado para atuar em atividades de extensão na área de Agroindústria junto aos produtores rurais do município fica evidente nos depoimentos apresentados:

“[...] olha, 100% preparado não. Eu acho que não, mas me sinto capaz de levar alguma informação, ajudar, prestar auxílio para tentar mudar essa realidade, isso eu acho que sim”.

“[...] eu acho que sim, durante esses três anos com tudo o que a gente aprendeu aqui, a gente pode chegar lá e orientar. Acho que a gente tem capacidade para isso. [...] a maior dificuldade seria o diálogo com eles. Mas isso a gente ia se adaptando, e ia conseguir mostrar para eles que a gente pode ajudar realmente”.

“[...] Eu acredito também que a gente tá preparado [...] mas só que chegando lá a gente vai encontrar alguns desafios. Porque a gente tem a parte teórica, mas falta um pouco de prática para estar lá com eles”.

Em diversas situações, durante a realização do Grupo Focal, os estudantes apresentaram, em seus depoimentos, a mentalidade errônea da escola como detentora do saber, como expressou o estudante: “porque a gente tem a parte teórica, mas falta um pouco de prática para estar lá com eles”.

Além disso, os estudantes desconsideraram, em seus discursos, que no desenvolvimento de atividades de extensão deve se preconizar o diálogo entre o saber acadêmico e o saber empírico, onde prevalece a troca de saberes e de experiências. Essa mentalidade do estudante vai contra a afirmativa de Melo Neto (1996), que considera a necessidade de se fazer extensão como um aprendizado pedagógico no sentido de um aprendizado dual - a universidade aprende enquanto ensina e é ensinada enquanto aprende com as classes sociais, com o estudo da realidade objetiva.

Não desconsiderando que existe hoje todo um conjunto de teorias e estudos sobre o processo de comunicação, Peixoto (2008) ressalta o fato de que Paulo Freire já levantava em 1968 (FREIRE, 1982) a crítica ao processo de extensão rural, por então apresentar um fluxo de informações unidirecional e impositivo, defendendo um processo efetivamente comunicativo, dialógico, de troca de saberes, a ser estabelecido entre o técnico e o produtor rural.

Convém enfatizar que, para os estudantes, a dificuldade é o produtor e o desafio é o estabelecimento do diálogo, além de afirmar que possuem mais conhecimento teórico do que prático. Com base nas importantes contribuições dos autores citados, entende-se que esses empecilhos apontados pelos estudantes são superados à medida que se realizam atividades de extensão pautadas em metodologias participativas⁴.

Ao analisar as justificativas das respostas negativas, identificou-se que 4,17% informaram não ter a “paciência necessária” para desenvolver atividades nesta área. Não se pode afirmar qual seria a paciência necessária para desenvolver as atividades os estudantes estão se referindo. Pode-se deduzir que essa tenha sido a resposta de alguns estudantes do sexo masculino, que dizem não ter a paciência necessária às atividades de processamento de alimentos, que são parecidas com as atividades desenvolvidas em uma cozinha doméstica. Responderam considerar não ter ainda o conhecimento e a experiência necessários para atuar nesta área junto aos produtores rurais do município, 8,33% dos estudantes participantes da pesquisa.

Dos 87,5% de estudantes que consideraram estar preparados para a atividade, 50% atribuem o seu preparo a sua base de conhecimentos adquiridos na disciplina Agroindústria, 29,16% afirmaram que, além de possuírem o domínio das técnicas de processamento, sentem-se seguros em transmiti-las aos produtores. Enquanto 4,17% dos estudantes informaram ter a certeza de que podem contribuir para melhorar a qualidade dos produtos processados nas propriedades. Não justificaram a sua resposta 4,17% dos participantes.

No entanto, considera-se pertinente informar que não apareceram nos depoimentos dos 87,5% de estudantes que se sentiam preparados para desenvolver atividades de extensão na Área de Agroindústria, nenhuma referência aos conhecimentos adquiridos na disciplina de

4 Na metodologia participativa, de acordo com Kummer (2007), se juntam vários métodos, usando diversos instrumentos específicos, e constitui-se num convite a ação e ao aprendizado conjunto, possibilitando maior acesso ao poder decisório (empoderamento das pessoas envolvidas e da organização).

Extensão Rural e Associativismo. Essa disciplina também é ofertada na terceira série do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, juntamente com a disciplina Agroindústria.

A ausência desse registro nos permite afirmar que os estudantes não conseguiram estabelecer uma relação entre os conhecimentos obtidos nas duas disciplinas, que são essenciais ao desenvolvimento da atividade para a qual eles informaram sentirem-se preparados.

Segundo Callou et al. (2008), ainda está impresso um caráter fragmentário e, muitas vezes, dissociado da disciplina Extensão Rural em relação às demais disciplinas do curso e da disciplina em relação à realidade do campo. Essa desconexão tende a ser identificada como um empecilho para uma vivência interdisciplinar mais efetiva da disciplina Extensão Rural com as demais disciplinas técnicas.

Solicitou-se aos estudantes que informassem qual o tema, da Área de Agroindústria, eles escolheriam para trabalhar com os produtores rurais.

Novamente, verificou-se nos resultados a preocupação dos estudantes com a realidade local que eles tiveram a oportunidade de conhecer. Observou-se que as respostas remetiam a situações que os estudantes haviam percebido e compreendido como inconformidade, durante as visitas realizadas às propriedades, como mostra os resultados e os depoimentos a seguir.

As atividades direcionadas ao processamento de leite foram citadas por 16,66% sendo justificativa para a escolha o fato da produção de leite estar presente em muitas das propriedades visitadas (4,17%), pela identificação do estudante com essa atividade (4,17%) e, também, por terem percebido como a fabricação de queijo nas propriedades realizava-se de maneira inadequada (8,34%), como se pode notar nos depoimentos dos estudantes:

“Eu sei que tem muitas propriedades com produção de leite, a maioria é leite”.

“[...] que nem o cara que é produtor de leite, ele muita das vezes faz o queijo, mas ele não faz pasteurização antes, então ele faz um processo diferente do que a gente está aprendendo aqui”.

“É uma dificuldade, porque ele faz de um jeito que pode fazer mal para ele também, no caso se ele consumir ele do jeito que ele está fazendo”.

O tema acerca do processamento de carnes foi indicado por 8,34% dos estudantes tendo como justificativa a afinidade com as técnicas de processamento.

Sobre o processamento de vegetais, foi citado por 4,17% dos estudantes, que consideraram como justificativa para a sua escolha o fato pomar das propriedades visitadas e o não aproveitamento das frutas para o processamento, indicando como atividade a produção de polpa de frutas, sendo relatado o seguinte:

“[...] não tem muito conhecimento do que pode fazer com um determinado vegetal [...] alguma coisa antes de processar, eles não têm muito esse conhecimento disso”.

Outrossim, foi citado por 4,17% dos alunos o tema relacionado aos projetos para construção de estabelecimentos que processam alimentos que obedeçam à legislação vigente, justificando que é uma importante área a ser trabalhada com os produtores, dado o desconhecimento dos mesmos sobre o assunto. Quanto ao assunto em questão, foi dito que:

“[...] uma propriedade que eu fui, que eles tinha um lugar próprio pro processamento lá fora, mas de um lado tava o chiqueiro e do outro o

galinheiro. Eles tentavam fazer tudo da melhor forma possível mas não sabia como. [...] foram tentando adequar como achavam que era certo. Porque não tem ninguém para ir lá e ajudar e falar que a legislação cobra isso, cobra aquilo. Então eles fazem da forma que acham que é”.

O tema “*Boas Práticas de Fabricação*” foi escolhido por 41,66% dos estudantes por considerá-las muito importantes e, também, por elas não serem executadas no processamento dos produtos nas propriedades, como se pode observar nos seguintes depoimentos:

“O problema que eu achei mais sério foi o de higiene. Porque eles estão mexendo com alimento, aí tem uma galinha ciscando do lado”.

“[...] ah, eu vou comer, eu sei como eu fiz né, então para mim tá bom né?! Mas se você for olhar com olhar técnico em cima daquilo, com certeza você vai ver um monte de coisas e na hora de você comer aquilo, vai ficar com pé atrás”.

“Não têm muita higiene. Não tem muito cuidado com higiene, em se preocupar com o ambiente. Onde a gente foi tinha cachorro no meio, em todo lado. Não tinha muito cuidado com higiene”.

“[...] ele fazia molho para carne. Aí a gente perguntou como ele envasa. Aí ele falou: em garrafa de cerveja que fica aqui, eu lavo e ponho. Não é uma coisa certa. Aqui na escola a produção é industrializada, a gente faz limpeza, faz tudo. Lá eles não se preocupam com isso”.

Não responderam a essa questão 8,34% dos estudantes e 16,66% responderam com temas que não se enquadram na área de Agroindústria.

Não obstante, há de se considerar ainda, que os estudantes compreenderam o seu papel de Técnicos em Agropecuária e as possibilidades de atuação enquanto extensionistas, seja desenvolvendo projetos de pesquisa nas propriedades rurais do município, organizando eventos como dia de campo e assim levar informações técnicas, muito solicitadas durante as visitas para a realização do diagnóstico. Ocorre que mais uma vez, percebe-se no discurso dos estudantes a não valorização dos saberes dos produtores em detrimento da supervalorização do conhecimento adquirido na escola, como se pode observar nos seguintes relatos:

“[...] Temos que falar como fazer a coisa certa. De como plantar certo, como processar o alimento certo”.

“[...] as técnicas que eles aprenderam foi com os pais. Eles nasceram e viveram em fazenda ou tenta ir produzindo os próprios alimentos. E vai passando de pai para filho. Sempre que a gente pergunta onde que eles aprenderam a fazer o processamento de alimentos, eles falam que foi passando de pai para filho. E é assim que eles sabem. Eles não tem conhecimentos assim igual aqui na escola sentados na cadeira e aprender. É meio assim informal. E muitas vezes eles não fazem certo. [...] às vezes eles estão fazendo a coisa errada e a gente não tem como falar. A obrigação do técnico é chegar e mostrar o que é certo. Eles que decidem se vai fazer o certo ou não. Aí vai de cada um”.

É preocupante, quando no depoimento o estudante diz: “eles que decidem se vai fazer certo ou não. Aí vai de cada um”, ele parece reproduzir, de acordo com Siliprandi (2000), o discurso de que a falta de desenvolvimento das propriedades se dá em decorrência da ignorância e da resistência as mudanças que supostamente caracterizam os agricultores. Dessa forma, Peixoto (2008, p. 6), considera incontestável que:

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

Peixoto (2008), propõe que o termo “*extensão rural*” seja conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Importa nesse estudo o conceito do autor do ponto de vista do processo e, nesse aspecto, o autor argumenta que extensão rural significa, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural.

Peixoto (2008, p. 7), considera ainda que: “[...] como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza sejam conhecimentos técnicos ou não”.

Para o autor, a extensão rural distingue, conceitualmente, da assistência técnica pelo fato de que assistência não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural.

Os depoimentos dos estudantes deixam claro que eles não possuem, bem estabelecidos e definidos, os conceitos dos termos assistência técnica e extensão rural. Considera-se importante que os estudantes tenham o domínio dos conceitos e que a escola, na qualidade de uma instituição de ensino pública, desperte para a necessidade de atuar de maneira a fomentar e difundir novas técnicas produtivas, capazes de promover o desenvolvimento do arranjo produtivo local, promovendo atividades de extensão rural ou prestando assistência técnica, com a efetiva participação dos estudantes.

Siqueira (2007), considera que o extensionista deve incentivar e facilitar o desenvolvimento do senso experimentador entre os agricultores e que a tecnologia sugerida para a experimentação deve ser apropriada. Isso significa que deve suprir alguma necessidade sentida, ser economicamente vantajosa, permitir o alcance rápido de sucessos visíveis, ser adequada no contexto do sistema de produção, mexer com os fatores que mais limitam a produção, beneficiar os mais pobres, ser culturalmente aceitável e segura para a ecologia regional.

Considera-se importante destacar que os estudantes devem ser despertados para buscar o entendimento de que os saberes populares e os saberes sistematizados, embora diferentes entre si, se formam e reformam e de acordo com Freire (1998) quem é formado forma-se e forma ao ser formado. A troca de saberes é um aprender dialógico onde os dois lados integram o reaprender suas formas de ler o mundo e de agir sobre ele.

Assim como no questionário de entrada, tentou-se, novamente, no questionário de saída, saber dos estudantes amostrados se eles se sentiam capazes de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria. Consideraram-se capazes 54,17%, enquanto 45,83% não se consideraram ainda capazes. Comparando as mesmas respostas obtidas no questionário

de entrada, verificou-se que 76% dos estudantes, no início do estudo, não se sentiam capazes de atuar nesta atividade e somente 24% consideravam-se estar preparados para a atividade. Pode-se afirmar que foi expressivo o número de estudantes que mudaram de opinião ao final do estudo, e que agora se percebiam capazes de atuar no processo legal de implantação de uma Agroindústria.

As justificativas apresentadas pelos 45,83% dos estudantes que não se sentiam capazes ainda de atuar nesta atividade foram: “necessito de maior conhecimento prático” 20,83% “preciso estudar mais sobre a legislação” 16,66% “não me interessa pela área” 4,17% e não justificaram a resposta, 4,17%, dos estudantes.

Sobre os 54,17% dos estudantes que se sentiam preparados para atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria, a justificativa apresentada por 20,84% foi deter o conhecimento necessário, ao passo que 33,33% dos estudantes consideraram possuir o conhecimento sobre a legislação que envolve o processo.

Nos depoimentos, durante a realização do Grupo Focal, também foi informada a preocupação dos estudantes com a falta de atendimento a legislação no processamento de alimentos nas propriedades visitadas, como foi dito:

“[...] eles fazem da forma que podem, sem se preocupar em atender nenhum tipo de legislação”.

“[...] conseguirem processar utilizando equipamentos adequados, respeitando a legislação [...]”.

“[...] falta total de infraestrutura né, na maioria das propriedades [...] produz na cozinha de casa mesmo, não tem local próprio, sem as normas ideais [...], isso é uma das coisas que pode prejudicar aí se for vender para algum lugar”.

“[...] os produtores lá fazem o que gostam e sonha um dia poder melhorar aquilo, poder registrar para vender algum produto e viver só daquilo”.

É incontestável a importância do processamento para a agregação de valor à produção agropecuária. Contudo, para que a estratégia de agregação de valor à produção da agricultura familiar obtenha êxito, de acordo com Cruz (2007), é importante ressaltar a necessidade de conferir aos produtos características de qualidade, além das que envolvem a cultura, os hábitos de consumo próprios da região e a forma de produção - que respondam às exigências legais e sanitárias.

Cruz (2009), afirma que não é possível ignorar a tensão existente entre os aspectos normativos e o saber-fazer tradicional. O contexto dessa tensão torna-se evidente em se tratando de grande parte do sistema de produção tradicional que, ao preservar o saber-fazer, encontra dificuldades em responder às exigências legais em termos de estrutura sanitária, aspectos fiscais etc.

Para a autora, as exigências em termos de escala e infraestrutura para a legalização da produção nos moldes convencionais, torna inacessível a inserção da grande maioria dos agricultores familiares no sistema produtivo formal, o que reflete em produtos artesanais/tradicionais como queijos, embutidos e conservas comercializados à margem do circuito formal.

Além da preocupação com a falta de atendimento das exigências legais, os estudantes, assim como os produtores pesquisados, consideraram, nos depoimentos, a dificuldade para a legalização de estabelecimentos produtores/comercializadores de alimentos, devido à falta de

conhecimento, de apoio do poder público e, também, do fator burocracia, que está diretamente relacionado com o processo, como se pode observar nos seguintes relatos:

“[...] falta de conhecimento né, de como legalizar e falta de apoio mesmo”.

“[...] e quando conhece o único discurso é falar que ninguém consegue nada que é muita burocracia, muita lei, que não consegue ir para frente, que a lei só vai embarrear eles, para eles isso daí é sinônimo de dificuldade”.

“[...] dificuldade que o governo trás também. Igual eles falam que vão á prefeitura para legalizar tudo, aí eles chegam lá e não conseguem resolver nada”.

“[...] e também não é uma coisa que é muito cobrada deles. Eles estão fazendo do jeito deles, estão conseguindo vender, então pra eles não vai fazer diferença. Só vai ter muita burocracia pra poder arrumar tudo, legalizar. E vai ser muito mais difícil para eles”.

Na discussão acerca da legitimação de produtos da terra⁵, Cruz (2009), considera que há ainda alguns pontos que merecem atenção, como por exemplo, a necessidade de elaboração de leis fiscais e sanitárias específicas para a pequena produção, com adoção de critérios específicos relacionados à escala de produção, investimentos em infraestrutura e equipamentos e respeito ao sistema tradicional de produção para que não haja alterações nas características tradicionais de processamento, responsáveis pelo sabor, textura e demais aspectos sensoriais do produto.

No que se refere à implantação e legalização de AFRs Sulzbacher; David (2008) consideram que há a exigência de uma interação eficiente entre as estruturas interna e externa à unidade de produção familiar. Desde a motivação para a construção da AFR, até o processo de consolidação e viabilização percorre-se um longo trajeto marcado por uma série de entraves legislativos nos âmbitos sanitário, tributário, ambiental etc que precisam ser superados. Além disso, a AFR promove um elenco de mudanças na unidade de produção, qualitativas e quantitativas, que exigem um planejamento prévio a fim de garantir a organização de todo processo de produção.

Solicitou-se aos estudantes que fizessem uma avaliação da produção agropecuária encontrada nas propriedades do município, como mostra a Figura 38.

⁵Produtos da terra, de acordo com Cruz (2009), são carnes, embutidos, queijos, conservas, compotas e etc. que em geral eram produzidos na própria cozinha da casa para o consumo da família, ou para trocas entre vizinhos e parentes e em alguns casos, continuam sendo produzidos localmente, a partir de procedimentos avaliados como ambiental, social e economicamente sustentáveis, enraizados em um território e em uma cultura.

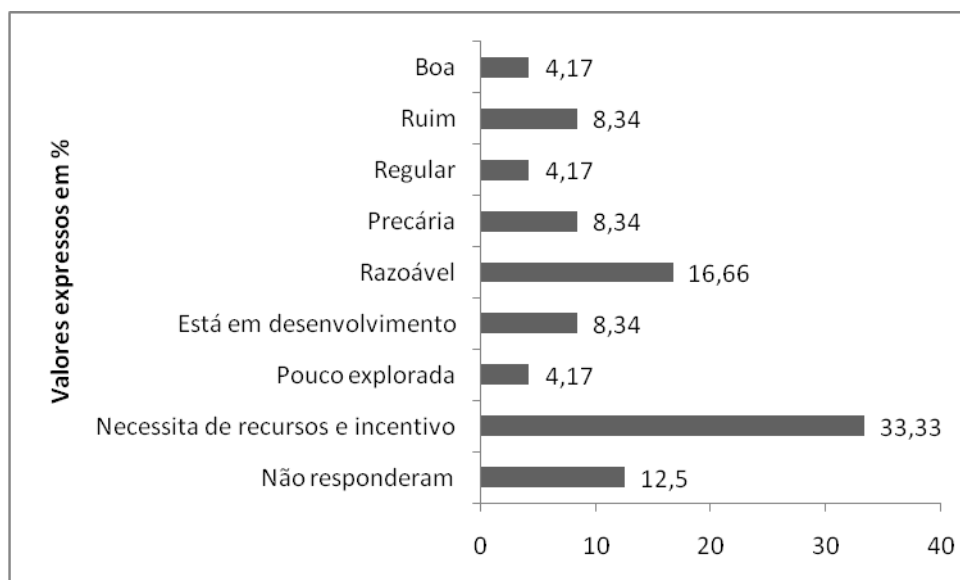


Figura 38. Avaliação dos estudantes sobre a produção agropecuária do município.

Constata-se, pela Figura 38, que a avaliação dos estudantes sobre a produção agropecuária no município foi considerada boa por 4,17% dos estudantes, ruim por 8,34%, regular por 4,17%, precária por 8,33% e razoável por 16,66% dos estudantes. A produção agropecuária ainda foi considerada pouco explorada por 4,17% dos estudantes, enquanto 8,34% avaliaram que ela encontra-se em desenvolvimento. A maioria dos estudantes (33,33%) avaliou que a produção agropecuária local necessita de recursos e incentivo e não responderam a questão 12,5% dos participantes.

A avaliação dos estudantes ressaltando que a produção agropecuária necessita de recursos e incentivo, principalmente, do poder público, foi amplamente discutida durante a realização da dinâmica do Grupo Focal, como se pode observar nos depoimentos a seguir:

“[...] falta incentivo da prefeitura, de órgãos de pesquisa, incentivo do próprio governo [...].”

“[...] até porque a prefeitura mesmo desconhece esses produtores. A prefeitura não está lá em cima, não faz pesquisas como esta para buscar dados de quem produz isso ou aquilo, de quem faz queijo, como faz [...]. Como o senhor lá estava começando, ele disse: Não faz diferença pra prefeitura tanto produzindo pra meia dúzia de pessoas”.

“[...] eles tinham que ter um incentivo da prefeitura pra aumentar a produção. Eles tentavam adequar, fazer algo melhor, mas não tinham apoio nisso. Eles tentavam fazer para produzir, mas não dava”.

“[...] eu acho também que não tem ajuda da prefeitura, [...] em quase todas as entrevistas que a gente fez ouvimos eles falarem que a prefeitura tinha descaso”.

“[...] eu acho que fica a falta de investimento da prefeitura, falta de estímulo”.

“[...] o que eu vi lá era o próprio cara da prefeitura de Pinheiral, que ia lá uma vez na vida e outra na morte. Não acompanha para ver se aquilo está sendo seguido”.

“[...] falta de apoio, de cursos de capacitação, de tudo que iria melhorar. A prefeitura deveria ajudar [...]”.

“[...] eu vi muitas vezes eles reclamando que iam à secretaria buscar alguma ajuda e não recebiam nada em troca. Nenhum auxílio, nada [...]”.

“[...] falta apoio e incentivo do governo também. falta de, vamos colocar aí, cursos que a prefeitura, a Emater poderia dar para melhorar a produção [...]”.

“[...] eu acho que é precária, mas pode se desenvolver cara, ela só precisa de incentivo [...]”.

“[...] depende muito da ajuda da prefeitura né, a cidade já teve uma aptidão agrícola, e se tivesse alguém na prefeitura com disposição pra contratar técnico agrícola, veterinário, botar o pessoal no campo pra ajudar, pra ensinar, pra poder crescer. Eu acho que é possível o município tem capacidade para isso”.

“[...] a primeira coisa a fazer seria colocar um secretário de agricultura que tivesse aptidão que realmente gostasse da área e que quisesse desenvolver isso. Porque é a base, a secretaria de agricultura está aí para dar suporte, para poder ajudar, para poder: “ô estou com um problema”, vai lá conversa, pede uma ajuda, assistência técnica, um veterinário da prefeitura para poder ajudar. Porque se a própria prefeitura, a própria secretaria não ajudar para quem que eles vão pedir ajuda?”.

Chamou a atenção, nos depoimentos dos estudantes, como foi questionado por eles a ausência do poder público municipal na área rural da cidade.

Procurou-se informações a respeito de quais seriam as atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura no site da Prefeitura Municipal de Pinheiral, para uma avaliação dos depoimentos apresentados pelos estudantes no que se refere ao papel do poder público. O acesso para a busca de informações foi realizado no dia 08 de julho de 2012.

No município de Pinheiral, a Secretaria de Agricultura está vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, denominando-se Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. Enfatiza-se o conhecimento das oito secretarias existentes na atual gestão: de Meio Ambiente e Agricultura, de Governo, de Administração, de Obras, Serviços Públicos e Habitação, de Assistência Social, de Planejamento, Finanças, Indústria, Comércio e Desenvolvimento de Eventos, de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e de Saúde. Somente as três últimas apresentavam no site informações sobre a sua função.

Procurou-se, então, a mesma informação no site da Prefeitura Municipal de Piraí, cidade vizinha a Pinheiral.

Em Piraí, compete a Secretaria Municipal de Agricultura propor a política de desenvolvimento rural do município, mediante a implementação de estudos, programas e projetos, próprios ou em convênio com entidades públicas e privadas, e a prestação de assistência técnica à comunidade agropecuária. **A Secretaria exerce as seguintes funções básicas:** definição da política de desenvolvimento rural do município, promoção e coordenação de estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos visando ao desenvolvimento

do setor agropecuário do município, coordenação de programas rurais municipais decorrentes de convênios com entidades públicas ou privadas, elaboração e execução de programas e projetos de tecnologia e inspeção de produtos de origem animal e atuação no sistema de licenciamento e fiscalização da produção de alimentos (PIRAÍ, 2012).

Assim, analisando as atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura de Piraí e os depoimentos dos estudantes durante a realização da dinâmica do Grupo Focal, pode-se afirmar que, em Pinheiral, a Secretaria de Agricultura é, realmente, ausente e necessita ter uma atuação efetiva para o desenvolvimento das suas reais atribuições buscando junto aos produtores rurais promover o desenvolvimento rural do município.

Ainda em relação ao papel do poder público neste contexto, Costabeber; Caporal (2003), afirmam que há uma necessidade premente de o Estado manter serviços de Extensão Rural pública e gratuita para todos os segmentos da Agricultura Familiar. Há o entendimento dos autores de que as políticas neoliberais, que assumem a equivocada idéia de que todos os atores sociais partem de condições iguais, precisam ser substituídas por orientações que reconheçam que somente haverá desenvolvimento quando for reduzida a níveis mínimos a atual desigualdade social na agricultura e no meio rural.

Convém ressaltar que somente 12% dos estudantes amostrados são residentes no município, como apresentado na Figura 4 p. 68. O fato nos leva a deduzir que esse discurso dos estudantes foi embasado nas informações obtidas dos produtores rurais durante a realização das entrevistas.

Também há de se considerar que, mesmo entre os estudantes que eram residentes no município, havia o total desconhecimento da realidade existente na sua área rural, como apresentado no depoimento a seguir:

“[...] eu, por exemplo, estudo aqui, moro em Pinheiral e não tinha noção de quantos produtores rurais moram aqui, nem qual era a produção deles e nem de como eles vivem [...]”.

Segundo dados da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ, o setor primário no município de Pinheiral – RJ é pouco expressivo (CEPERJ, 2003). Com base na afirmação e, também, na avaliação dos estudantes sobre a produção no município é que se tentou conhecer o que os estudantes perceberam, durante as visitas para a realização das entrevistas, como dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais do município para a produção e processamento dos seus produtos agropecuários. Essa foi a questão chave número um apresentada aos estudantes durante a realização do Grupo Focal.

Na discussão feita pelos estudantes, muitos fatores foram identificados como dificuldades enfrentadas pelos produtores, no entanto a falta de informação técnica foi o primeiro item apresentado no discurso dos estudantes nos três Grupos Focais realizados, como se pode observar nos relatos a seguir:

“[...] ah, eu acho que a maior dificuldade que eles encontram é em conseguir informações para a produção deles. Porque, na maioria das vezes, eles produzem, mas não têm nenhuma ajuda técnica para eles fazerem, entre aspas, do jeito certo”.

“[...] eu acho, pelo o que eu vi, que eles não tem muita informação, porque eles não conhecem muitas técnicas de produção, novas tecnologias para serem utilizadas”.

“[...] É eu percebi que eles não tem muito conhecimento de o quê fazer com a produção deles. Eles não tem estudo no caso, ele tem a prática, mas não tem a teoria, é mais rústico”.

Além da falta de informações técnicas para a produção agropecuária e para o processamento das matérias-primas, os estudantes apresentaram ainda no discurso como dificuldades enfrentadas pelos produtores a falta de estrutura:

“[...] tinha propriedades que não tinha nem luz. Aí não tem como processar alimentos”.

O relevo das propriedades, em sua maioria montanhoso também foi citado pelos estudantes como dificuldade para a produção agropecuária:

“[...] tem muitas propriedades que têm muito espaço e esse espaço não pode ser aproveitado por conta de muito morro. Não conseguem aproveitar esse espaço por causa do relevo. Então isso é uma dificuldade também”.

Outro aspecto relevante foi a informalidade na qual atuam todos os produtores que processam as suas matérias-primas também foi apontada como dificuldade pelos estudantes, que enfatizaram, ainda, no discurso a inexistência do Serviço de Inspeção Municipal em Pinheiral, a burocracia e as muitas exigências das legislações vigentes para a legalização desses espaços:

“[...] o processamento que eles fazem é na cozinha da casa mesmo. Quando a gente perguntava se eles sabiam o que precisava para legalizar falavam sempre que tudo tinha que ser azulejado e na verdade a legislação é muito mais rigorosa. Aqui ninguém é registrado com selo, o município não tem inspeção e aí fica difícil colocar o produto no comércio, né”.

“[...] eu acho que eles pensam assim: ah eu faço para quando meu vizinho pedir. Não preciso vender em supermercado. Então não vale apenas eles se empenharem fazer um produto bom, melhorando, melhorando, porque todo mundo vai comprar do mesmo jeito, uma vez ou outra”.

Os depoimentos apresentados acima pelos estudantes vão ao encontro das afirmativas de Silveira; Heintz (2005), que deixam claro que a meta do agricultor não é alcançar grandes redes de supermercados, mas atender ao mercado local ou regional, porém, com o aumento da demanda, este agricultor necessita se enquadrar nas exigências impostas a grandes indústrias.

A dificuldade de se executar, adequadamente, as etapas do processamento em função da opinião dos clientes também foi relatada:

“[...] ela começou a pasteurizar o leite dela, e para quem ela vendia o queijo dela, o povo estava reclamando que tinha mudado o gosto. Então ela tava tendo que não pasteurizar mais. A gente sabe que pasteurizar é importantíssimo. Mas ela mesmo sabia que estava disposta, mas o povo começou a reclamar. Antes tava bom. Ela começou a mudar para melhorar, se adequar as normas, mas o povo tava reclamando que ela tava pasteurizando o leite. Aí ela já tava pensando em parar de pasteurizar senão ela não vendia”.

Também foram apresentadas como dificuldades, no discurso deles, a questão da falta de transporte: “eles não têm um transporte para trazer o produto deles para espalhar pela cidade” e ainda: “a dificuldade deles mostrarem o produto deles é muito grande” a falta de mercado para os produtos: “eles produzem em pequena escala e ainda assim não conseguem vender”, a falta de recursos financeiros: “acho que falta um pouco de dinheiro para investir na estrutura do local e em equipamentos e implementos agrícolas”, a falta de assistência técnica: “falta gente que vá lá para orientá-los”, a escassez de mão-de-obra: “mão-de-obra também, teve uma dona que trabalha sozinha e não acha ninguém de diarista”, a idade avançada dos produtores: “os produtores eram pessoas de mais idade e não tem aquela facilidade para poder trabalhar diariamente”.

Gerou controvérsias entre os estudantes, relatos que fazem referência à baixa escolaridade dos produtores rurais como dificuldade a ser enfrentada, como se pode observar nos depoimentos:

“Não. Eu acho que não porque na hora da produção eles já tem a prática, já está prático para eles [...]”.

“É eles entendem, sobre a prática eles entendem bem, então esta particularidade só atrapalha mesmo quando eles tentam explicar alguma coisa, ou tiver que assinar alguma coisa assim. Que nem quando a gente foi lá, o Sr. Antônio não sabia assinar, ele não sabia ler direito então aí esse é o ponto negativo nessa particularidade”.

“Na minha opinião, isso acaba prejudicando sim. Não diretamente, porque quando uma pessoa tem mais estudo, tem mais conhecimento, ela pode procurar apoio em outro local, é beneficiando-se das leis, incentivos e por aí vai, eu acho, indiretamente, que prejudica sim”.

Fatores como a localização e o difícil acesso, em função das condições das estradas, o armazenamento incorreto da produção, a falta de incentivo da Prefeitura Municipal, a falta de união dos produtores, a ausência de uma cooperativa agropecuária no município, a falta do título de propriedade da terra, a inexistência de locais adequados para o processamento das matérias-primas aliada ao desconhecimento de noções básicas de higiene na produção de alimentos foram apontados ainda como dificuldades enfrentadas pelos produtores no discurso dos estudantes.

Enquanto muitos dos estudantes participavam da dinâmica apontando uma dificuldade, um estudante expôs o seu ponto de vista com base nas dificuldades enfrentadas pelos produtores, apresentando no seu discurso a complexidade da questão, dizendo:

“[...] é um conjunto que vai ajudar a influenciar: o tamanho pequeno da propriedade que é cheia de morro, a falta de conhecimento, de técnica, de assistência técnica, o tô nem aí da prefeitura, a sua condição financeira, isso tudo vai influenciar. Vai influenciar nos animais dele não ter uma boa sanidade, porque para manter o animal saudável tem um custo né, aí ele não cuida do animal, tira o leite e faz o queijo na sua cozinha, não pasteuriza o leite, ninguém fiscaliza, quer legalizar, mas também tem custo né e não conhece a legislação e não tem informação, nenhum órgão pra ajudar e por aí vai, é só dificuldade”.

Posto que todos estes fatores tenham sido mencionados isoladamente ao longo da discussão, o depoimento do estudante faz referência ao conjunto de dificuldades que os produtores enfrentam e, ficou claro na discussão, que não são poucas as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos produtores.

Após a discussão das dificuldades enfrentadas pelos produtores, percebidas pelos estudantes durante as visitas as propriedades, apresentamos a segunda questão chave do Grupo Focal: Que alternativas poderiam ser buscadas para promover o desenvolvimento da produção agropecuária, bem como o processamento dessa produção no município de Pinheiral?

Nesse contexto os estudantes foram, então, estimulados a fornecerem suas sugestões de como as dificuldades poderiam ser superadas.

Na discussão, eles foram apresentando, claramente, estratégias para promover o desenvolvimento da produção agropecuária e do processamento dessa produção no município. Nos depoimentos, apontaram a necessidade de unir os produtores:

“[...] fazer uma pequena festa de igreja aí forma uma reunião ali e conversar sobre os interesses deles, e depois dessa conversa ir realmente correr atrás para verem o que eles querem, não isolar um do outro na produção. Guiar mais a união deles”.

Em alguns relatos sugere-se que essa união se dê por meio da criação de uma cooperativa, como se pode observar:

“[...] outra coisa também [...] seria criar uma cooperativa. Que todos que entrassem se adaptasse a ela. Com uma cooperativa seria muito mais fácil. Por exemplo, a produção de leite, se eles pudessem comprar os equipamentos juntos e processar juntos ao invés de fazer em casa que ficaria muito caro. Com a cooperativa haveria um grande retorno”.

“[...] é, dos produtores se juntarem, montarem a cooperativa, conseguirem processar pelos equipamentos que todos pudessem usar. E também respeitar a legislação. Para que eles montassem toda instalação. E também o lucro que eles vão ter será bem maior, porque o gasto deles será menor e a quantidade da produção vai poder aumentar. Já que estão todos juntos na cooperativa”.

“ ah, eu ia reunir os produtores para eles se juntarem e propor assim uma cooperativa [...] comprar um maquinário que poderia ajudar todo mundo, por exemplo: um trator ia ajudar muita gente, [...] juntar todo mundo comprar um trator e ele ficar a disposição de todos. Ah, hoje ele vai na propriedade de um vai na propriedade de outro, não sai caro para ninguém e funciona para todo mundo”.

“[...] mas tinha que ter no caso uma cooperativa. Porque eles tratar diretamente com um produtor fica mais difícil, agora se tivesse uma cooperativa era melhor para os produtores porque eles poderiam se unir, era um lugar em comum para eles poderem reunir, para discutir certas coisas ou para entregar a produção ali a cooperativa repassar para algum outro lugar, entendeu? E esse lugar, a cooperativa servir para os cooperados, era mais vantajoso para eles, né, que eles iam ter um ponto mais perto poderiam comprar uma câmara fria, colocar na cooperativa para ter um lugar melhor, para todo mundo entregar a produção deixar a quantidade para poder entregar”.

Maraschin (2004) identifica como vantagem nos empreendimentos cooperativos o aumento da renda dos produtores rurais, em função dos benefícios nas transações ao longo da cadeia agroalimentar que facilita o relacionamento do produtor com as estruturas de mercado,

permitindo, assim, a redução dos custos nas transações comerciais e a diminuição dos custos de produção.

Nos depoimentos, os estudantes consideraram somente as vantagens possíveis com a organização dos produtores em cooperativa. Maraschin (2004), afirma que deve-se considerar também nesses empreendimentos, as desvantagens, sendo apontadas: a dificuldade de se encontrar pessoas com objetivos comuns e dispostas a trabalhar para a implantação e funcionamento do empreendimento, a falta de fidelidade do cooperado, a divergência de interesses entre seus membros e corpo representativo, além dos diferentes objetivos entre os membros que geram tensões nas relações.

Foi discutido, também, durante a realização do Grupo Focal, o número significativo de produtores rurais entrevistados (67,65%) que não eram filiados à Associação dos Produtores Rurais do Município de Pinheiral.

Então, os estudantes entenderam que a divulgação dessa organização é necessária, tendo dito que:

“[...] e ter divulgação para eles também né. Porque eu tô aqui há quatro anos na escola e não sabia dessa associação deles aqui em Pinheiral. Isso é uma coisa que nem todo mundo sabe e que precisa ser divulgada”.

Entenderam também que essa divulgação e a adesão dos produtores à Associação pode ser uma estratégia de desenvolvimento da produção do município, considerando:

“[...] mas dos que eu visitei nenhum participa. A Associação é uma janela para eles começar a dedicar justamente essa coisa de eles aprenderam mais. Porque ali é justamente para discutir a produção da cidade, para buscar todo entendimento para aumentar a produção né. Mas aí que entra porque se tem dentro da cidade porque não buscaram isso até hoje? Porque eles podiam muito bem ir”.

Siqueira (2007) considera que as associações de agricultores familiares são de importância estratégica, uma vez que podem assumir o papel de “alavanca”, permitindo alcançar objetivos que, individualmente, não seriam alcançados ou cujo alcance seria mais difícil, partindo da mobilização do grupo interessado.

Foi sugerido pelos estudantes que os produtores do município realizassem visitas a propriedades que estão produzindo com sucesso. Ficou claro no depoimento o seu entendimento de que conhecer outra realidade pode servir de estímulo para os produtores do município:

“Levar também até um outro produtor, que já passou o que eles passaram né, e que está numa situação melhor, para eles verem um exemplo de que é possível melhorar [...]. Quando você vê o exemplo, tem contato com uma pessoa que melhorou, você assim incentiva mais. Sem vê fica meio difícil, meio vago né”.

Siqueira (2007), em seu estudo intitulado Universidades, ONGs e Associações Rurais em Parceria Para Desenvolver a Agricultura Familiar: O caso de Sumidouro, Alegre-ES, também apresentou como proposta levar os produtores a conhecerem um caso de sucesso como uma estratégia de motivação para os sujeitos do estudo: “Está previsto visita a uma associação com maior desenvolvimento, que sirva de referência e incentivo [...]” (SIQUEIRA, 2007 p. 127).

Outra sugestão dos estudantes para promover o desenvolvimento da produção agropecuária no município, foi o estabelecimento de parcerias com micro e pequenas

empresas da região. O seu discurso dos estudantes aponta o estabelecimento dessas parcerias, inclusive, como estratégia para minimizar a falta de recursos financeiros dos produtores. Então, os participantes dos grupos focais expuseram que:

“[...] então uma estratégia para resolver problemas de recurso financeiro é a parceria com micro e pequenas empresas da região que possam financiar a aquisição de máquinas [...] e consequentemente após isso essas empresas comprarem esta produção para revender [...]”.

Também foi indicada como sugestão a necessidade de se mapear a produção agropecuária do município, para que os produtores que produzem os mesmos produtos pudessem destiná-los a um mesmo local. Foi dito que:

“[...] o mapeamento da produção de cada produtor. E juntar os produtos. Por exemplo: ela produz limão e eu também. Aí junta os dois e mapear a produção anual ou mensal e destinar a uma agroindústria ou para o comércio.”

Outra importante questão apresentada pelos estudantes foi a necessidade de se buscar mercado para os produtos, considerando os relatos dos produtores de perda de produção no período da safra:

“[...] até mesmos os produtores conseguirem um tipo de convênio com um mercado em Pinheiral, por exemplo, oferecer o produto dele. E ter aquele compromisso com aquele mercado com o que ele produz pra não perder né”.

Eles também pontuaram a necessidade da presença de órgãos públicos, cumprindo o seu papel buscando, assim, contribuir para o desenvolvimento da produção agropecuária do município de Pinheiral:

“[...] os órgão tem que ver que realmente é importante, que pode ajudar no crescimento da cidade. Isso é importante [...] órgãos, como a EMBRAPA, EMATER e a própria Secretaria de Agricultura do Município né. [...] aí vem a parte da prefeitura, da fiscalização, e todo apoio ao produtor para ele oferecer um produto de qualidade”.

Ainda com base na função do poder público municipal, os discentes levantaram durante a discussão, questões relevantes, como por exemplo:

“[...] acho que deveriam promover extensão, promover a sustentabilidade dos produtores. Só que não veem, eles nem tem um mapeamento dessas áreas, eles nem sabem que muitas propriedades tem ali”.

“[...] a secretaria de agricultura tem que dá mais atenção né. É onde eles vão pedir um tratorista para ir arar a terra para eles, para ir fazer alguma coisa. Aí o produtor contou que ele pediu, aí o tratorista foi, arou toda a terra dele, mas ele não voltou para gradear. Ele disse que ele teve um prejuízo muito grande. Porque se ele tivesse cultivado, plantado na área do jeito que tava, ele ia poder pelo menos ter uma produção, mas o serviço ficou pela metade, né e não tinha como ele realizar o plantio”.

“Eu acho que seria bom o incentivo da prefeitura para legalizar a produção. Porque assim seria importante, eles poderiam estar vendendo para mercados, porque eles vendem para vizinhos e para gente de perto. Com uma legalização poderiam expandir [...]”.

“Outra alternativa que seria interessante seria assim, a prefeitura criar um dia de feira da roça para eles na praça, uma coisa que eles pudessem levar os produtos para vender”.

Percebeu-se durante a discussão, a indignação com a atuação da Prefeitura e a vontade do estudante em conscientizar os produtores a reclamarem seus direitos, como nos mostra:

“Acho que a prefeitura é que tem que ser mais atuante, ela deveria entrar nisso. E a gente como técnico deveria [...] incentivar eles a procurar a prefeitura. Porque a gente paga impostos para isso e não recebemos nada. E quando pedi, muitas vezes a prefeitura vai em uma, duas ou três, e acaba recuando. Deveria juntar todos os proprietários e ir cobrar da prefeitura porque é um direito deles. [...]. Então eles irão se favorecer o município também vai diretamente porque eles terão uma renda maior”.

Assim, como se procurou conhecer a opinião dos produtores sobre como o CANP/IFRJ poderia auxiliá-los, aos estudantes no questionário de saída, também foi solicitada a opinião de como o Campus Pinheiral poderia ajudar os produtores familiares do município contribuindo, assim, para o desenvolvimento da produção agropecuária do município. As sugestões que os estudantes expuseram estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8. Como o Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal do Rio de Janeiro - CANP/IFRJ poderia ajudar os produtores na opinião dos estudantes.

Questão	Respostas	Frequência Absoluta
a) Na sua opinião, como o CANP/IFRJ pode ajudar os produtores Familiares do Município?	Oferecendo assistência técnica	5
	Realizando palestras	3
	Não responderam	2
	Promovendo dia de campo	5
	Promovendo atividades de Extensão Rural	3
	Oferecendo cursos de capacitação	12
	Desenvolvendo projetos nas propriedades	1
	Promovendo a interação entre estudantes e produtores	7

Dessa forma, os resultados apresentados na Tabela 8 revelam a percepção que os estudantes tiveram das dificuldades enfrentadas pelos produtores e a sua concepção sobre como o CANP/IFRJ pode ajudar esses produtores levando-os o conhecimento.

Os resultados estão apresentados em frequência absoluta e há de se considerar que os discentes emitiram mais de uma opinião em suas respostas.

Nesse contexto, 12 dos estudantes sugeriram a oferta de cursos de capacitação, 3 a realização de palestras, 5 registraram a necessidade de promover dia de campo e 5 propõem a oferta de assistência técnica. Foi sugerida por 7 estudantes a promoção de interação entre estudantes e produtores, que também pode se traduzir em interação entre Campus e propriedades. Foi citado, também, como possibilidade de ajuda o desenvolvimento de projetos nas propriedades por 1 estudante.

Pessoa; Bezerra; Carvalho (2002), consideram que o processo de capacitação tem sido um dos principais instrumentos que visam a contribuir para diminuição da interdependência existente entre a população rural e o poder público.

Baseando-se no percentual de estudantes que sugeriram que o CANP/IFRJ poderia ajudar os produtores rurais com a oferta de cursos de capacitação, acredita-se que em uma análise geral, os estudantes tenham apresentado esta resposta em função das excelentes condições de infraestrutura dos diversos setores do Campus, mas principalmente pela sua percepção de que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores é a falta de informação técnica.

É pertinente ressaltar que a mesma questão foi apresentada aos produtores como se pode observar na Figura 33 p. 115. Na opinião dos produtores, o CANP/IFRJ poderia ajudar com informações, mas também foram registrados pedidos de insumos e empréstimos de equipamentos agrícolas, o que não foi encontrado como opinião dos estudantes.

Os depoimentos durante a dinâmica do Grupo Focal sobre as alternativas para promover o desenvolvimento da produção agropecuária do município mostraram-se condizentes em relação às respostas obtidas no questionário de saída e apresentadas acima. Nos depoimentos que apontam o entendimento do estudante sobre a necessidade de promover extensão rural, foi mencionado que:

“[...] ao mesmo tempo eles necessitam de conhecimento o pessoal que vem pra cá está sempre estagnado, fica sempre no mesmo setor, fazendo a mesma coisa. Pode levar o pessoal que tá formando como técnico para poder fazer uma extensão rural de verdade”.

“[...] podia até mesmo ter um projeto do Colégio [...] ter um projeto de extensão rural [...] pegava alunos que se interessassem como bolsistas. Muito aluno vai se interessar, muita gente as vezes até quer”.

“Eu acho que a gente tinha que ter um convênio com o seu mestrado e com a matéria de extensão rural para a gente poder sair um pouco da sala e começar a ver um pouco e poder ajudar.”

De acordo com Santos (2008), No Brasil, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER definiu, em 1984, a extensão rural como um processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade, da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem dano ao meio ambiente.

De maneira geral, nesse estudo, utiliza-se o conceito de Extensão Rural, de acordo com Olinger (2006), citado por Bezerra; Sanchez; Ulrich (2011), como:

O processo de estender, ao povo rural, conhecimentos e habilidades, sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida. A própria justificativa para a existência de um serviço de extensão é o de estimular a população rural para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar

a terra, de criar o seu gado, de administrar o seu negócio, de dirigir o seu lar, de defender a saúde da família, de educar os seus filhos e, por fim, de trabalhar em favor da própria comunidade. (OLINGER, 2006, s/p in: Bezerra; Sanchez; Ulrich 2009).

Para Siliprandi (2002), a extensão rural deve ter como objetivo permanente, por meio de todas as suas ações, fortalecer os sujeitos sociais para que, num processo de empoderamento⁶, seja promovida a cidadania de todos.

Os estudantes expuseram a proposta de realizar atividades de extensão rural e de se inserirem nas atividades. Ao mesmo tempo discutiram, profundamente, a dificuldade que permeia a abordagem e o diálogo com os produtores, como nos mostra os depoimentos:

“Mas é difícil lidar, é muito difícil lidar com um produtor [...]”.

“Essas pessoas de mais idades são difíceis. Como você chegar para um produtor que aprendeu a vida inteira a plantar café, por exemplo. Aí você mostra para ele: ‘oh você planta café aqui e tudo mas não está rendendo. Você poderia plantar cana.’” o produtor produz café 50, 40 anos e aí você fala: Não seu café está errado tem que plantar cana. É difícil você mostrar isso pro cara”.

“[...] Acho que a maior dificuldade seria o diálogo com eles. Mas isso a gente ia se adaptando, e ia conseguir mostrar para eles que a gente pode ajudar realmente”.

“Mas tem que chegar com jeito. Não é para chegar lá e falar: é assim tá errado não pode ser assim. Tem que ser com jeito, falar: ‘Vamos fazer do meu jeito. Vamos fazer um pouquinho do meu jeito, vamos ver se você vai gostar. Aí vamos ver se vai dá certo aí senão a gente faz do seu jeito.’” E aos pouquinhos tentando mudar”.

“[...] muitas vezes eles fazem alguma coisa e a gente sabe que está errado, mas a gente não consegue mostrar. É difícil falar: “ah você está fazendo isso errado. Não pode fazer assim”. [...] porque eles já fazem há muito tempo. Aí é difícil orientar fazer certo. As vezes eles não aceitam. Isso é uma dificuldade muito grande”.

“[...] às vezes fica até difícil de corrigir né! Você recém formado chegar para um produtor que tem 40 anos de trabalho com isso, e [...] falar uma dica, uma coisa assim, ele vai achar até meio estranho: “pô acabou de formar quer me falar alguma coisa, toquei minha vida inteira fazendo isso, quer me ensinar alguma coisa”.

6 Da perspectiva sociológica, a expressão empoderamento refere-se ao processo crescente de protagonismo individual e coletivo dos atores e grupos sociais, resultando numa apropriação de conhecimento e exercício efetivo de cidadania. No âmbito do desenvolvimento rural, trata-se da efetiva participação dos agricultores e suas organizações em espaços de discussão e decisão. Sob esse enfoque, o empoderamento surge da consciência dos indivíduos do seu próprio poder (saber que sabem e que podem), que se potencializa em ações sociais e coletivas (SILIPRANDI, 2002).

“[...] mas de qualquer forma, o cara tem que saber lidar. Saber as necessidades da pessoa, entender como ela foi criada. Tem que ir mudando aos poucos. Não falar: ‘você tá errado vai fazer assim’. Não, tem que ir mostrando: ‘tá errado assim, vamos fazer desse jeito que pode melhorar. Agora você chegar do nada e falar: ‘Não tá errado o senhor tem que mudar senão não produz.’ Aí fica difícil”.

Lisita (2005), analisando a segunda fase da extensão rural no Brasil, também conhecida como “difusionismo produtivista” (1964 a 1980), considera que a extensão era um empreendimento que visava à persuasão os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta.

Para Lisita (2005), do início dos anos 1980 até os dias atuais, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de “humanismo crítico”. Seus defensores afirmam que as metodologias de intervenção rural devem pautar-se por princípios participativos, que levem em conta os aspectos culturais do público alvo. A grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores.

Dessa forma, considera-se que os estudantes devem ser orientados quanto à importância de se valorizar o conhecimento empírico dos produtores, entendendo que a extensão é um sistema educacional baseado na realidade rural e que, por isso, as ações propostas devem ser elaboradas em conjunto com a população. O desenvolvimento das ações de extensão rural deve possibilitar a troca de conhecimentos e de tecnologias entre estudantes e produtores. Para que esta troca ocorra, as ações devem ser iniciadas com processos educativos a partir dos conhecimentos que o agricultor já possui e que aos poucos irá se articulando aos novos conhecimentos propostos.

Nos depoimentos dos estudantes, mesmo com as dificuldades apontadas, pode-se afirmar que eles perceberam o papel do Técnico em Agropecuária em estender o seu conhecimento por meio das atividades de extensão rural. Entretanto, ainda fica fortemente marcada nos seus discursos, a importância indicada pelos estudantes de se levar o conhecimento aos produtores, e não, de agir de maneira a valorizar o conhecimento deles, como mais uma vez fica claro nos relatos a seguir:

“[...] a gente como técnico, temos que explicar para eles, que a maneira certa faz com que pode gerar bem mais lucro para eles, que eles podem vender para fora, dando um incentivo para eles [...]”.

“[...] eu acho que ainda que eles tenham uma certa resistência a gente tem que mostrar. Nossa obrigação é mostrar para eles como é o certo. Aí eles que vão decidir se vão fazer ou não”.

Com relação a dificuldade de diálogo apontada pelos estudantes em seus depoimentos, Siliprandi (2002), considera que:

Talvez o desafio maior seja a desconstrução de um "jeito" de olhar para o rural, e reaprender na relação com os diferentes públicos, a construir um tecido social mais democrático e equitativo: que contemple as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos (Siliprandi 2002, p. 46).

O desafio dos órgãos de pesquisa, universidades e movimentos sociais na visão de Lisita (2005) é o de criar estratégias para colocar em prática metodologias participativas de assistência técnica e extensão rural, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes no processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

Em função dos relatos, também surgiram, durante a discussão, depoimentos referentes ao contato que se estabeleceu com os produtores nas entrevistas. Os relatos apresentaram indícios da dificuldade de abordar o produtor inicialmente, mas que a situação de desconforto era logo desfeita, a medida que o diálogo ia se estabelecendo:

“[...] para falar a verdade quando a gente começa, quando eles começam a entrevista, eles estão até meio acanhado, mas depois que ele vai para entrevista, aí a gente conversa com os produtores, vai conversando, aí eles percebem que é tranquilo [...] é aí vai vendo, no meio da entrevista se solta [...] aí já vai fluindo, ele vai contando até mesmo, sem perguntar as coisas para eles”.

O depoimento apresentado acima desconstrói os discursos dos estudantes, apresentados em depoimentos anteriores, onde eles pontuam o diálogo como um elemento de dificuldade na relação com os produtores. Percebe-se que a maior dificuldade é que os estudantes compreendam que a troca de experiências nas ações de extensão rural deve permear as relações com os produtores rurais e não a imposição do seu conhecimento teórico tido como “certo” e sua visão da escola como detentora do saber.

Acerca do desenvolvimento de projetos nas propriedades, os estudantes fizeram as seguintes declarações:

“[...] esse projeto que a gente faz aqui no colégio, a gente poderia tá influenciando a estar tratando desse projeto junto com os agricultores. Tipo o projeto do [...] que é de mini milho. Desenvolve lá na horta, mas poderia estar desenvolvendo em outra propriedade para o produtor ver, como funciona isso e ver que pode dá certo. Aí daí você vai estar fornecendo um exemplo para ele estar desenvolvendo depois. E ele ve que dá certo mesmo. Porque as vezes ele fica pensando: ‘Poxa será que se eu investir nisso vai dá certo?’” As vezes ele fica com medo de não dá certo. Então o desenvolvimento desse projeto que a gente faz aqui no colégio, poderia ser nessas áreas, nessas propriedades. Já que tem tantos produtores que tem áreas, mas não sabem como utilizarem”.

Reforçando esta sugestão, ouviu-se o seguinte depoimento de um estudante:

“Concordo! Eu acho que tinha que fazer isso mesmo. Porque quantos projetos de pesquisa que a gente faz aqui. Mas tem que servir para alguém. A gente tem que aprender, mas também temos que passar o que estamos aprendendo. Porque a gente está desenvolvendo o conhecimento aqui”.

Em seu depoimento, fez referência à aplicabilidade dos resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos no CANP/IFRJ. Há de se considerar novamente, que a Lei 11.892 (BRASIL, 2008a), que cria os IFs, traz nos capítulos III e IV do artigo 7º que é, também, objetivo dessas Instituições realizarem pesquisa aplicada e desenvolver atividades de extensão.

Conforme Barros; Lehfeld (2000), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade. Appolinário (2004), salienta que na pesquisa aplicada os conhecimentos adquiridos são utilizados para aplicação prática voltados para a solução de problemas concretos da vida moderna.

É importante enfatizar a declaração do estudante sobre a aplicação prática dos conhecimentos desenvolvidos no Campus, e que está em consonância com o estabelecido na lei de criação dos IFs.

No depoimento à seguir, fica clara a percepção dos estudantes quanto às mudanças ocorridas no Campus em função da sua adesão ao projeto dos IFs e, também, que o CANP está atuando para atingir o objetivo das instituições, garantido na Lei de criação das mesmas:

“[...] acho que mudou um pouco isso. Mas como eu tenho quatro anos aqui, eu via a escola praticamente morta. Não tinha projeto, não tinha muitos professores. Era aquilo ali, dava aula do que ele queria dá e acabou. Não tinha incentivo de projetos, de pesquisas. Vamos visitar as propriedades [...] não tinha isso [...] começou praticamente tudo agora. Começou ano passado esse negócio de pesquisar, de incentivar o aluno, de estar junto com o aluno para o aluno poder participar e não só contribuir, pesquisando para o mestrado dele. Mas sim o aluno estar presente também”.

Em resposta à questão de como o CANP/IFRJ pode ajudar os produtores do município, foi apresentada pelos estudantes e, também, citada pelos produtores a possibilidade dos estudantes realizarem estágios nas propriedades. Os estudantes participantes dos grupos focais expuseram, entre outras observações, os seguintes relatos:

“[...] seria muito bom para o aluno, não só para contar horas de estágio, mas para estimular o estudo do aluno a buscar aquilo ali. Uma forma de fazer isso é marcar o estágio do aluno dizendo que 10 horas de estágio terá que ser destinado as propriedades de Pinheiral. Sabe? Porque aí estimula os produtores e os alunos”.

“Verdade! Além de estar dentro da escola, ir para as propriedades. Estágio a gente já faz fora, mas a gente fala da escola obrigar a gente estar nas propriedades de Pinheiral. Porque como a gente tem conhecimento em grandes propriedades, também é válido estar nas pequenas propriedades do nosso município”.

“Acho que nem estágio, já até mesmo como experiência profissional, você aprende e ele aprende com você”.

Além disso, é pertinente a sugestão dos estudantes em propor a realização de estágios nas pequenas propriedades do município de Pinheiral – RJ. Convém ressaltar que essa não é uma prática difundida no Campus, mas que, se em consonância com os aspectos legais

estabelecidos na Lei Nº 11.788 que dispõe sobre o estágio de estudantes e, também, as normas internas do Campus, pode ser posta em prática por meio da Coordenação de estágios do CANP/IFRJ (BRASIL, 2008d).

Além da realização de estágios nas propriedades, os estudantes também citaram a realização de aulas práticas nas propriedades do município:

“No dia de aula prática nós podíamos ir lá”!

“[...] a gente podia muito bem ir em aula prática ajudar e conhecer o lado deles. E a gente não tem isso”.

“[...] a nossa aula prática aqui, não é a mesma coisa que vemos lá fora. A gente indo nas propriedades, a gente vai está dando auxílio ao produtor e ainda estaríamos adquirindo conhecimento que eles têm lá”.

“[...] é um crescimento até para gente aqui na escola mesmo. A gente não tem uma prática de verdade lá fora. Eu acho que se os alunos participassem a gente iria aprender com eles, com essas práticas e estariam recebendo também. E eles estariam ganhando o conhecimento teórico que a gente aprende na sala de aula”.

Nos depoimentos, os estudantes apontaram a satisfação de terem tido uma experiência de aula prática em uma propriedade do município:

“[...] foi bem maneiro lá na produção. Ele foi ensinando como é que ele fazia, mostrando. Aí a gente ajudou ele a plantar em uma área de declínio. E foi bem bacana a aula. E aí a gente viu que ele tem uma produção bem diversificada, ele cria galinha, frutíferas, cria uma vaquinha lá. Foi bem enriquecedor essa nossa visita”.

Ainda em relação a mesma aula prática realizada em uma propriedade do município:

“[...] eu acho que o próprio CANP não tem conhecimento da produção de Pinheiral. O próprio colégio não tem esse conhecimento. E quando a gente foi lá, é gratificante a gente vê po, a gente ajudou o cara a plantar. Era ele e um filho, mas o filho devia ter o que? 13, 12 anos. É gratificante vê o cara fazer uma coisa que ia demorar 1 milhão de anos para fazer aquilo, e ia acabar fazendo errado, não ia ter uma boa produção que ele vai ter, e se Deus quiser hoje ele tá com uma boa produção. Foi gratificante. É bom pro técnico, é muito bom para gente”.

Foi significativo o número de estudantes que consideraram a necessidade de ofertar cursos de capacitação para os produtores rurais do município, como forma do CANP/IFRJ ajudá-los. Seguem os depoimentos mais expressivos que apontam essa necessidade:

“[...] a capacitação é importante. Não adianta juntar que vai com uma ideia bem antiga na cabeça, tinha que juntar todos os produtores reciclar, ensinar para eles: olha já avançamos nesse ponto, a gente consegue produzir tanto na mesma quantidade, de vacas, por exemplo, poder ensinar para eles a que ponto nós chegamos de desenvolvimento aí da agricultura, da pecuária, para ele poder se adequar ao que está acontecendo hoje em dia, para ele poder ter

uma produção atualizada para ele poder colher mais, tem que aprender o que fazer”.

“[...] é curso de capacitação para os produtores. A gente, os alunos, técnicos irem lá, dá um auxílio para eles, fazer o diagnóstico, vê o que pode ser mudado, apresentar alternativas para eles [...]”.

“[...] Cursos para capacitar eles, o que eles precisam ser feito, o que precisa mudar”.

“[...] tem que ter um curso disponível para eles, para eles aprenderem o modo certo de fazer”.

Apesar de os estudantes terem tido a percepção da necessidade de se ofertar cursos de extensão rural para os produtores, não apresentaram, mais uma vez, em seus relatos a possibilidade de troca de experiência que a realização desses cursos podem promover.

Assim, Bezerra; Sanchez; Ulrich (2011), afirmam que os cursos de extensão rural, abertos ao público interessado, sem vínculo com escolaridade, proporcionam uma maior troca de informações entre produtores e técnicos, pois ao mesmo tempo em que são informados sobre as novas tecnologias, os produtores repassam suas experiências práticas, no cotidiano do campo, para técnicos e especialistas. Esta troca de informações permite o melhoramento das tecnologias e consequentemente, viabiliza a qualidade do manejo agropecuário.

Ainda com o objetivo de atender a demanda dos produtores por informações técnicas, foram sugeridas pelos estudantes na discussão, atividades como dia de campo e palestras para os produtores:

“[...] eu acho que podia fazer dia de campo, ou um dia para eles assistirem palestras, ou fazer uma visita aqui na escola onde os alunos pudessem explicar como acontece, como é a produção, o beneficiamento na agroindústria, pra ver realmente na prática como é que tem que funcionar [...]”.

“[...] evento como se fosse, por exemplo, um dia de campo. Trazer aqui dentro do Colégio, trazer o pessoal de fora para vim ver aqui na prática. Olha! Aí poder ver a produção de leite da escola, poder ver a produção da agroindústria [...] passar por todos os setores e ver um apanhado do quê que o pessoal aprende como é que estão fazendo hoje em dia, o quê que é que tem disponível [...]”.

“[...] dia de campo não é só na propriedade não ué. Acho que tem que passar mais informação, porque às vezes eles nem sabe que acontece [...] teria que ser uma coisa divulgada, teria que procurar os produtores [...] falta ué, falta divulgação”.

Os estudantes lamentaram, em seus depoimentos, que este tipo de evento não tenha sido promovido nos últimos dois anos no CANP/IFRJ:

“No ano passado a gente não fez dia de campo”.

“[...] ano passado não teve, esse ano não teve [...]”.

“A turma podia ter programado um dia de campo pros produtores”.

Houve, também, o reconhecimento dos estudantes de que o CANP/IFRJ vem desenvolvendo atividades que possibilita ao produtor do município comercializar os seus produtos na Feira de Produtos Agroecológicos, evento organizado, mensalmente, pela Diretoria de Produção do Campus. A respeito deste assunto:

“[...] tá, mas o colégio tem feito isso. Na feira de orgânico eles estão aí que a gente vê isso. Muitas das propriedades trazem seus produtos orgânicos para vender aqui”.

Ressalta-se que a empolgação dos estudantes em desenvolver atividades junto aos produtores durante a discussão foi relevante. Nessa fala, foi apresentada, inclusive, uma proposta de se organizar uma semana de eventos para os produtores do município, assim como a Semana Acadêmica realizada, anualmente, para os estudantes do CANP/IFRJ, conhecida como EXPOCANP :

“Como a gente tem EXPOCANP aqui na escola, a gente podia ter uma semana, tipo semana acadêmica para esses produtores. Trazer esses produtores e conversar com eles. Melhorar as produções deles. Novas tecnologias, novas produções que eles podem estar buscando”.

Os estudantes, durante a discussão, fizeram referência à necessidade de se estreitar a relação entre a Prefeitura Municipal de Pinheiral, o CANP/IFRJ e os produtores rurais como observa-se:

“[...] seria interessante uma interação da prefeitura, da escola e do produtor. Para dá certo [...] cada um fazendo uma parte [...]”.

Foram muitos os depoimentos dos estudantes que apontaram a necessidade de aproximação e interação dos produtores com os estudantes, deslocando estudantes para as propriedades e trazendo os produtores para a escola, como se observou nos relatos apresentados a seguir:

“[...] a gente com o Colégio Agrícola na região deveria ajudar [...]. Porque o colégio pode dá assistência técnica, técnicos saem daqui, vão para outros estados, outra cidade, e a própria cidade não tem incentivo nisso”.

“Acho que a escola tem espaço para isso e ter essa convivência com os produtores, e até mesmo para eles virem trabalhar aqui dentro. Seria tão bom para os alunos dos cursos técnicos quanto para os produtores”.

“[...] seria bom tanto para escola quanto para os produtores. Porque a gente ganha conhecimento a mais. Às vezes acontece algo lá que a gente não veria aqui na escola [...]”.

“Tem que trazer eles um pouco para dentro do Campus né? Seria uma boa, porque aí eles iriam conhecer uma realidade totalmente diferente da deles lá. Eles vão começar olhar diferente para o que eles fazem dentro das casas deles. “Eu faço lá assim, aqui eu faço assim.” Por exemplo como muitos

falaram: ‘‘ Para fazer o queijo eu pego o leite, tiro e já vou fazer o queijo’’. Então eles não dão o tratamento que deveria dá [...]’.

Sobre a falta de aproximação entre o CANP/IFRJ e os produtores rurais do município apresentada pelos estudantes nos depoimentos acima, pode-se afirmar que o distanciamento é bastante observado entre instituições de ensino e sociedade. Callou et al. (2008) consideram que outro aspecto não menos importante apresentado pelos professores relativos a dificuldades no ensino da Extensão, refere-se ao tema, “quase um jargão nos meios acadêmicos”, da aproximação entre universidade e sociedade”. Segundo o autor, os professores associam essa dificuldade a impossibilidade de se construírem relações mais duradouras com os diversos atores sociais.

Os estudantes revelaram, durante a discussão, que perceberam esta interação como um importante instrumento para a sua formação profissional, como se pode observar nos depoimentos a seguir:

“[...] é bom para o aluno porque dá um certo estímulo para o aluno, você chegar e falar para alguém: ‘‘É assim, assim e assim’’. Po, você tá passando algo que você tá aqui o dia inteiro que mostram para você , aí você tá parado não tem o que fazer com o seu conhecimento. Mas você chegando lá e mostrando, você vai se interessando com a área. Muitos chegam aqui, dizem que o ensino médio aqui é ótimo, e do curso técnico nada, não falam nada”.

“Acho que seria bom também porque o técnico a gente conhece muito da teoria só que a gente ainda não está ciente da realidade que a gente vai encontrar quando começar a trabalhar. A maioria pensa assim eu vou trabalhar aqui, tudo certinho. Só que agente não sabe o dia de amanhã, onde a gente vai cair, e sem essa experiência desanima, porque você não vê no que vai trabalhar”.

“ Seria uma troca de experiência. Seria bom pro técnico e pro produtor. Pro produtor para ele receber essa assistência, essa parte técnica de saber o que tem que fazer, o que tem que mudar, e para o técnico para ele começar a viver isso. Porque não adianta nada, por exemplo, todos nós do terceiro ano, poucos aqui, ou quase nenhum tem prática mesmo. Aí cai no mercado amanhã sem praticamente prática nenhuma. A gente tem prática aqui no colégio, mas a gente está acostumado com essa estrutura. Mas a gente não sabe qual estrutura vai encontrar onde a gente vai trabalhar. Seria bom essa troca”.

Em diversos momentos durante a discussão, os estudantes expuseram claramente, em seus depoimentos as boas condições estruturais dos espaços de ensino do CANP/IFRJ, como se pode notar no relato acima e neste a seguir:

“[...] lá é bem diferente. Aqui na escola tem uma estrutura bem elaborada, lá não, eles vão criando alternativas”.

E, também, foram severamente críticos em depoimentos que relatam a inércia do CANP/IFRJ em desenvolver atividades de extensão que promovam o desenvolvimento da produção agropecuária do município e o distanciamento do CANP/IFRJ com os produtores familiares rurais, como se pode notar:

“[...] é um absurdo uma cidade que tenha uma Escola Agrícola dessa dimensão e a gente não tem nenhum contato com os produtores. Eles não vem aqui, nenhum deles. A gente pergunta se eles já tiveram contato com aqui e a maioria falaram que não. Po, escola pública, que pode ajudar, pode oferecer ajuda não faz nada [...]”.

“[...] você pensar na cidade tem um Colégio Agrícola né, tem tanto produtor passando tanta necessidade, tem tanta carência de ajuda que o próprio Colégio podia fornecer [...]”.

Os estudantes também apresentaram insatisfação com o desconhecimento que os produtores rurais do município tem do Campus, que é uma instituição centenária:

“[...] alguns nem conhece, nem conhece o Campus”.

“Não alguns até conhecem, mas só conhece de nome né”?

“É, até conhecem de nome. Sabe que existe, mas nunca veio aqui”.

“Nunca entraram, não conhecem de fato. Conhecem sabem que tem um colégio agrícola, mas não conhecem de fato o colégio”.

Foi apresentada, ainda pelos estudantes e, com tristeza, a questão de que os produtores do município desconhecem também o Profissional Técnico em Agropecuária formado no CANP/IFRJ, com o seguinte depoimento:

“[...] eles não interagem conosco. Eles nem conhecem o profissional. O que é o Técnico em Agropecuária, o que ele faz”.

Os estudantes participantes dos grupos focais expuseram a preocupação com o discurso de alguns produtores que já haviam recebido em suas propriedades estudantes do campus para realização de entrevistas:

“[...] teve um produtor que falou: “o Colégio Agrícola vem aqui e não faz nada. Vocês vem fazer uma entrevista com a gente, depois vão embora e não voltam mais”.

O depoimento do estudante que relata a insatisfação do produtor rural entrevistado, vem corroborar com Callou et al. (2008), que consideram a dificuldade de uma inserção mais sistemática do pesquisador nos contextos rurais, em função do descrédito das populações ali envolvidas com as inúmeras promessas e com as poucas realizações.

Em se tratando das demandas dos produtores rurais do município, relacionadas ao beneficiamento/processamento de alimentos apresentadas no diagnóstico realizado nessa pesquisa, pode se afirmar que haverá a continuidade do trabalho, no sentido de buscar atender tais demandas.

Assim, compete informar que foi submetido a Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT do IFRJ, em atendimento ao edital 03/2012 do Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão - Bolsa de Extensão (Pró-Extensão) o projeto intitulado: “*Capacitação dos produtores Rurais do Município de Pinheiral: um instrumento para o desenvolvimento do*

arranjo produtivo local” sob a responsabilidade da autora desse estudo e que já obteve aprovação (Anexo K).

Além disso, o projeto será desenvolvido com os produtores rurais do município de Pinheiral sujeitos desse estudo e ainda contará com a participação dos estudantes das turmas 311 e 312/2012 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ, além do apoio de demais docentes e servidores técnico-administrativos do Campus.

Considera-se que o desenvolvimento do projeto é o passo inicial para a interação entre estudantes e produtores rurais locais, entendida como uma necessidade dos estudantes na discussão do Grupo Focal e, também, para possibilitar a aproximação do CANP/IFRJ com a comunidade rural.

Desenvolver este projeto é lograr êxito na finalidade e missão do CANP/IFRJ, realizando atividades de extensão que contribuam para o fortalecimento do arranjo produtivo local, com base no levantamento das potencialidades das propriedades rurais do município, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Incontestavelmente, é o CANP/IFRJ, efetivamente, cumprindo o seu papel enquanto Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

Ao final da realização do Grupo Focal, conheceu-se a opinião dos estudantes sobre a sua participação na dinâmica. Os sentimentos dos estudantes foram expressos com os seguintes depoimentos:

“Eu achei legal”.

“Excelente”.

“A gente faz experiência por um dia. É maravilhoso” (risos)

5 CONCLUSÕES

A presente dissertação foi desenvolvida com o objetivo de realizar um diagnóstico das Agroindústrias Familiares Rurais do município de Pinheiral – RJ e utilizá-lo como um instrumento para a formação dos estudantes da terceira série do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Constatou-se que a maioria dos estudantes (64%) não soube conceituar o que é uma AFR e não haviam, ainda, realizado visitas a esses espaços (96%), sendo que todos demonstraram interesse em conhecer esses locais de beneficiamento e/ou processamento da produção agropecuária no município.

Não obstante, observou-se que 84% dos estudantes possuíam conhecimento das possibilidades de atuação do Técnico em Agropecuária em uma AFR.

Não haviam estabelecido nenhum contato com os produtores rurais do município até o momento da realização da entrevista 52% dos estudantes, ao passo que 96% consideraram esse contato um fator importante para a sua formação profissional.

Em relação às exigências legais para implantação e funcionamento de uma AFR, 68% dos estudantes as desconheciam, sendo que somente 24% se consideraram capazes de atuar no processo.

Além disso, o diagnóstico das AFRs do município de Pinheiral foi realizado pelos estudantes da turma 311/2011 do curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ com o acompanhamento da professora responsável pela disciplina Agroindústria. Dos 34 produtores entrevistados, 52,94% faziam o processamento das suas matérias-primas, e destes 44,12% comercializavam os produtos. Somente 11,76% possuíam local específico para esta atividade, enquanto os demais processavam os alimentos em cozinhas domésticas, varandas e garagens.

Todos os produtos beneficiados e/ou processados nas propriedades rurais do município eram comercializados informalmente e a comercialização era feita, geralmente, na propriedade, ou de porta em porta.

Ao avaliar as condições dos locais utilizados para o processamento dos alimentos nas propriedades, ficaram constatadas a não adequação e conformidade desses espaços às legislações vigentes. Ao comparar os locais de produção com a lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação - BPFs, em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos constante no anexo II da Resolução RDC Nº 275, de 21/10/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária verificou-se que não possuem nenhum quesito em conformidade.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que as AFRs do município são Agroindústrias caseiras e que, mesmo nas propriedades em que foram encontrados espaços específicos para o processamento, esses não atenderam as exigências legais e, portanto, não poderiam ser reconhecidos oficialmente como uma AFR.

Baseando-se no conhecimento desta realidade, recomenda-se provocar uma aproximação dos produtores rurais do município com a comunidade acadêmica do CANP/IFRJ. Não se pode desconsiderar aqui o sistema de produção tradicional empregado pelos produtores rurais do município, onde predomina o saber-fazer, conflitante com o sistema que é exigido nas leis e seguido pelas indústrias processadoras de alimentos de grande porte que, torna a legalização desses espaços produtivos inacessíveis para os pequenos produtores. Entretanto, o CANP/IFRJ, na qualidade de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem a missão de promover alterações positivas na realidade brasileira,

respondendo de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e, também, de suporte aos arranjos produtivos locais.

Dessa forma, é objetivo do CANP/IFRJ formar Técnicos em Agropecuária, capazes de capacitar e orientar os produtores rurais a adequarem os espaços de processamento em atendimento às legislações vigentes, possibilitando a legalização destes estabelecimentos e contribuindo para o desenvolvimento do arranjo produtivo local.

Demonstraram o interesse em legalizar a sua produção 29,41% dos produtores entrevistados, mas apontaram como impedimento fatores como demasiada burocracia, falta de informação e de auxílio da Prefeitura. Informaram não ter interesse em legalizar a sua produção 14,71% dos amostrados.

A recomendação de cobrar das autoridades competentes a implantação do Serviço de Inspeção Municipal, para que os produtores rurais possam adequar os seus ambientes de produção às exigências da legislação e obter assim o Selo de Inspeção Municipal – SIM, também é importante, de modo a possibilitar a inserção dos seus produtos em estabelecimentos comerciais de Pinheiral

O significativo percentual de produtores rurais do município que não possuíam assistência técnica (85,29%) levou os estudantes amostrados a vislumbrarem a possibilidade de atuação na área, além de questionarem a ausência de atividades de extensão por parte do CANP/IFRJ junto aos produtores rurais, pois na opinião dos estudantes, tais atividades contribuiriam para a sua formação profissional.

A maioria dos produtores entrevistados já haviam estabelecido algum tipo de contato com o CANP/IFRJ (64,71%), porém 58,82% desconheciam o profissional técnico em agropecuária. Neste sentido, considera-se importante que a demanda de atividades de extensão e realização de aulas práticas, nas propriedades rurais do município, apresentada pelos estudantes participantes desta pesquisa, seja atendida, proporcionando a eles a experiência prática e o contato com os produtores rurais locais.

Os produtores rurais são conscientes de que o CANP/IFRJ pode ajudá-los com orientações técnicas sobre diversos temas e, durante a realização deste trabalho, ficou evidente a satisfação destes produtores em receber os estudantes para as entrevistas.

Os estudantes, por sua vez, nas visitas às propriedades, foram despertados para a importância de se conhecer a realidade dos produtores rurais do município, percebendo a real situação de abandono em que vivem estes produtores. Também compreenderam como eles poderiam, enquanto estudantes do curso Técnico em Agropecuária, e portadores de conhecimentos teóricos nesta área, se inserirem naquele arranjo produtivo, para promover melhorias tanto na qualidade da produção agropecuária das propriedades, como na qualidade de vida daquelas pessoas residentes na área rural do município, além de adquirirem experiência prática dentro da profissão que eles escolheram.

Porém, é pertinente considerar que na visão dos estudantes, os produtores eram agentes passivos e que nas ações de extensão, a relação era uma via de mão única. Em seus discursos, o técnico, assim como a escola, aparecem como os detentores do saber, desconsiderando a necessidade do diálogo entre o saber acadêmico e o saber empírico e a importância da troca desses saberes.

Outro fato importante revelado nos depoimentos dos estudantes é que eles não haviam ainda sido capazes de estabelecer a diferença básica entre extensão rural e assistência técnica, onde na extensão o que ocorre é um processo educativo no sentido de um aprendizado dual, enquanto a assistência técnica se presta para resolver problemas pontuais.

Considera-se necessário que os estudantes sejam orientados quanto a concepção da abordagem metodológica que deve ser utilizada junto aos produtores rurais nos dias atuais,

onde a prática do tecnicismo e difusionismo deram lugar para metodologias participativas, que vêem os atores como protagonistas e que estão pautadas na valorização do saber das culturas populares.

Com base na abordagem metodológica empregada na construção do conhecimento do Técnico em Agropecuária para atuar nas atividades de extensão na área de agroindústria, podemos afirmar que foi positiva e que permitiu a maioria dos estudantes (87,5%) efetivamente se perceberem preparados para realizar uma atividade de extensão rural na área de Agroindústria junto aos produtores familiares do município de Pinheiral.

No entanto, eles não atribuíram esse preparo aos conhecimentos que obtiveram na disciplina Extensão Rural e Associativismo. Neste sentido, considera-se necessário que esta venha a adotar caráter interdisciplinar para que os estudantes possam estabelecer a devida relação dos conhecimentos adquiridos nesta disciplina com os demais conhecimentos das diversas disciplinas do curso.

Também é preciso registrar o expressivo aumento de 24% no início do presente estudo, para 54,17% de estudantes amostrados que se consideraram ao final deste estudo, capazes de atuar no processo de implantação e legalização de agroindústrias.

Considera-se que a compreensão de estar preparado ocorreu, demasiadamente, em função do conhecimento das AFRs locais e de como elas funcionavam, além de todo o conteúdo teórico e prático trabalhado na disciplina Agroindústria e das visitas técnicas realizadas ao longo do ano letivo de 2011.

Ainda convém ressaltar que durante o desenvolvimento dessa pesquisa, os estudantes não realizaram nenhuma ação de intervenção junto aos produtores rurais do município que buscassem alterar o ambiente e a realidade em que vivem. No entanto, pode-se afirmar que o fato dos estudantes terem visitado as propriedades para a realização do diagnóstico das AFRs, contribuiu significativamente para a sua formação profissional, estando hoje capacitados para atuar no exercício da atividade de extensão na Área de Agroindústria.

Na qualidade de estudantes do curso Técnico em Agropecuária, foi-lhes apresentada a oportunidade deles conhecerem a realidade das propriedades rurais e das AFRs do município. Conhecer essa realidade possibilitou, a eles poder compará-las às Unidades Educativas de Produção do Campus e, assim, de compreenderem como os conhecimentos adquiridos na escola podem ser colocados efetivamente em prática.

Não se pode desconsiderar, também, que a participação dos estudantes nesse estudo proporcionou-lhes uma oportunidade única no processo de aprimoramento de sua consciência crítica, o que lhes possibilitou questionar o papel do CANP/IFRJ, instituição centenária e com tradição no ensino da agropecuária, no contexto da realidade da produção agropecuária do município de Pinheiral.

Os resultados dessa pesquisa são um importante instrumento para o CANP/IFRJ. Este documento será um facilitador para futuras ações de ensino e para o desdobramento deste estudo em futuras atividades de extensão e pesquisa direcionadas aos produtores do município, com a importante participação dos estudantes a fim de fortalecer os arranjos produtivos locais e consolidar o CANP/IFRJ como pólo de difusão da Agroindústria na região.

Com base nos depoimentos apresentados durante a realização da dinâmica do Grupo Focal, constatou-se a satisfação dos estudantes em terem participado do estudo e a necessidade de estender as atividades de aulas práticas para “além dos muros da escola”.

A proposta já foi inserida no planejamento da disciplina Agroindústria para o ano letivo de 2012, e entende-se que é uma importante estratégia para (re)significar o ensino da agroindústria e contextualizá-lo, propondo soluções para as dificuldades encontradas pelos

agricultores que buscam transpor a barreira da informalidade nas AFRs do município de Pinheiral.

Em síntese, é preciso considerar ainda que (re)significar o ensino da agroindústria, buscando contextualizá-lo significa, outrossim, repensar a prática docente adotada. Entende-se a necessidade de se propor práticas de caráter global, e que, ao mesmo tempo, atenda às especificidades locais e, principalmente, que envolva os estudantes e os professores numa perspectiva interdisciplinar, a fim de promover a formação do estudante pautada na inter-relação ensino, pesquisa e extensão que é a finalidade e a missão estabelecida em lei para os Institutos Federais em todo o Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, José Geraldo Fernandes de; BRAGA, Geraldo Magela; SANTOS, Marinho Miranda dos. Extensão Rural no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira. Viçosa – MG: UFV, Imprensa Universitária, 1981. 60 p.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO BRASIL - ATABRASIL. **A profissão**. Disponível em: <http://www.atabrasil.org.br/profissional.html> Acesso em: 31 jun. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal, Lisboa: Edições 70 Ltda, 2002. 226p.

BARROS, J. O. **Estado nutricional e hábitos alimentares de adolescentes: O caso dos estudantes do Colégio Agrícola Nilo Peçanha – Pinheiral/RJ**. 2006. 78 p. Monografia (TCC) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2006.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BUSTAMANTE, W. Agroindústrias rurais na América Latina. In: Encontro sobre Agroindústria de Pequeno Porte do Nordeste. **Anais...** Petrolina - PE: EMBRAPA-CPATSA/CIRAD/SAR, 1997.

BUNCH, R. **Duas espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1995.

BEZERRA, E. da S.; SANCHEZ, S. B.; ULRICH, V. R. A Importância da Extensão Rural na Formação de Inseminadores e na Melhoria da Eficiência Reprodutiva em Bovinos de Leite. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 21, Jan – Jun de 2011.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Associativismo*. Brasília: Mapa/SDC/Denacop, 2008.

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RESOLUÇÃO - RDC Nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/275_02rdc.htm>. Acesso em: 09 abr. 2012.

BRASIL CHANNEL. Rio de Janeiro – RJ: Municípios da Messorregião Sul Fluminense. 2012. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Rio%20Janeiro®ião=Sul>. Acesso em: 14 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 12.894, de 28 de fevereiro de 1918. Transfere a sede da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Brasília: 1918. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12894&tipo_norma=DE C&data9180228&link=s>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.072, de 09 de abril de 1941. Transfere do Km, 47, na Estrada Rio-São Paulo, para o imóvel onde funcionou a antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no município de Pirai, do Estado do Rio de Janeiro, o Aprendizado Agrícola "Nilo Peçanha". Brasília: 1941. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=51089>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947. Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. Brasília: 1947. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22506-22-janeiro-1947-341153-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 40.269, de 05 de novembro de 1956. Transforma em Escola Agrotécnica a Escola Agrícola “Nilo Peçanha” Brasília: 1956. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=171513>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Brasília: 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-norma-pe.html>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília: 1967. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d60731.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Brasília: 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-norma-pe.html>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968. Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Brasília – DF: 1968b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D62504.htm>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.655, de 23 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 dez. 2011. Seção 1, p. 05. 2011c.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2008a.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília – DF: Ministério da Educação, 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2011; e dá outras providências. Brasília – DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008d.

BRASIL. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília – DF: 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 25 de mai. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília – DF: Ministério da Agricultura, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico– Área Profissional: Agropecuária**. Brasília - DF, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília – DF: 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação Profissional e Tecnológica**. Brasília – DF: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de cursos Técnicos**. Brasília – DF: 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília DF, 2009a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Brasília: Mapa/SDC/Denacop, 2008c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Institucional**. 2012. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. FAO/INCRA. Brasília. 2000c. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/doc/AgriFam.htm>> Acesso em 10 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 113, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2. 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 01 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Brasília, DF. Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/pdf/portaria_870.pdf>. Acesso em 31 de ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jul. 2011. Seção 1, p. 38. 2011a.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores /Industrializadores de

Alimentos. Brasília – DF. 1997a. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=3015>>. Acesso em: 30 de mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênicas-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos", conforme Anexo I. Brasília – DF: 1997b. Disponível em; <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/326_97.htm>. Acesso em 30 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria nº 146, de 07 de março de 1996. Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos. 1996b. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/legislacao/industria.php>>. Acesso em: 29 de mai. 2012.

CASTELÕES, L. Políticas públicas: proteção e emancipação. **Agricultura familiar predomina no Brasil**. 2005. On-Line. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

CABRAL, N. G. **Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. Porto Alegre, 2012. 259p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

CAVALCANTI, N. de B. Mudança na ação educacional da extensão rural brasileira. **Debate**, UFV, n. 16, Viçosa-MG: p. 41-45, 1993.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extencionistas do serviço público**. 1991. 213p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 1991.

CAPORAL, F. R. A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição “made in USA” ao paradigma agroecológico. In: Seminário sobre a Pobreza, Desarrollo y Sustentabilidad, 1., 2001, Guadalajara, México. **Anais...** Guadalajara, México, 2001.

CARUSO, C. de O.; ANJOS, F. S. dos. Agroindústria familiar no extremo Sul Gaúcho: Limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social. In: XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. **Anais...** Pelotas, RS: 2007.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.

COSTA, J. M. da; Agricultura Familiar e Agroecologia no Município de Praia Grande - SC. **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, UFSC, n. 31, Florianópolis: EDIUFSC, p. 93-108, 2002.

CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-533, 1990.

CHAMBERS, R. **Pequenos agricultores e cientistas**. Brasília: EMBRATER, 1984. 24p.

COUTINHO, A. M. A. **Trabalhador na produção de Conservas vegetais, compotas, frutos cristalizados e desidratados: Fabricação de Compotas**. Brasília: SENAR, 2000. 87p.

CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. e S.; LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, M. S. T. **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil**: Recife: Gráfica Artimpresso, 2008.

CRUZ, F. T. da. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 2007. 111 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

_____, Qualidade dos alimentos e escalas de produção: em defesa de critérios e normas para legitimação dos produtos artesanais/tradicionais. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003. Cap. 4, p. 89-102.

DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 141-158, 2000.

DUTRA, E. R. P.; MUNCK, A. V. **Fabricação de queijos convencionais**. Juiz de Fora. Instituto de Laticínios Candido Tostes, 2006. 50p.

ESTEVÃO, P.; CASTELA, E. F. de; SOUSA, D. N. de; MILAGRES, C. S. F. A extensão rural e sua trajetória histórica. In: VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural. **Anais...** Recife: 2010.

GOOGLE MAPS. Distância entre cidades. Disponível em: <maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w>. Acesso em: 02 de mai. 2012.

FAVACHO, F.; SOUSA, R. A formação profissional de técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia: atualidade e desafios da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – Pará. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar da UFPA, v. 17, p. 17, 2006. Disponível em:<http://www.cultura.ufpa.br/cagro/pdfs/TextoN017_A_formacao_profissional_de_tecnico_em_agropecuaria.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

FREITAS, S. M. P. **Educação Profissional e qualidade de ensino**: traçando um perfil sociográfico dos estudantes da EAF – Alegre, Espírito Santo. Dissertação (Mestrado), UFRRJ, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: Ensino médio integrado: concepções e contradições. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). São Paulo: Cortez, 2005.

FETAG-RS Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Agroindústria Familiar Rural: Geração de Renda e qualidade de vida no meio rural**. Rio Grande do Sul: 2009. 06 p. (Cartilha).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8ª edição, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

FUNDAÇÃO CEPERJ. Perfil Econômico do Município de Pinheiral. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/cidinho/municipio/pinheiral.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. 2010.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 4, p. 859-880, 2003.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados qualitativos**. Instituto de Pesquisa e inovações Educacionais – Educativa. Belo Horizonte: 1999. Disponível em: <http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2012.

GNOATTO, A. A.; LOSS, E. B.; BALESTRINI, A.; POSSAMAI, E. J.; PERONDI, M. A. Pluriatividade, agroindústria e agricultura: familiar. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Cuiabá - MT: 2004. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2012.

IFRJ - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Campus Pinheiral**. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/node/333>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013**. Reitoria. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/492>. Acesso em: 15 de mai. de 2012.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. Pinheiral. 2012. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20de%202011_IFRJ_2011_1.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2012.

_____. **Plano de Curso Técnico em Agropecuária.** Eixo Tecnológico Recursos Naturais. Pinheiral. 2009.

_____. **Plano de Ocupação das Terras do Campus Nilo Peçanha – Pinheiral.** Pinheiral. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem populacional. 2010a.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: Síntese de Indicadores 2009. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. Características Étnico-Raciais da População: Um estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça, 2008. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Pinheiral – Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/pinheiral.pdf>>. Acesso em 09 de abril 2012.

_____. Censo Agropecuário 1996 (versão eletrônica). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>>. Acesso em 14 mai. 2012.

_____. Censo Agropecuário 2006 (versão eletrônica). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>>. Acesso em 14 mai. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relatório de Levantamento do Perímetro da Fazenda Pinheiro e cadastro das propriedades rurais do Município de Pinheiral.** Rio de Janeiro, 2012.

IZQUIERDO, J.; FAZZONE, M. R.; DURAN, M. **Manual de Boas Práticas Agrícolas para a Agricultura Familiar.** Santiago - Chile: FAO, 2007. 53p.

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências.** Salvador: GTZ, 2007. 155 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/metodologiasparticipativas/content/s/photoflow-view/content-view?object_id=3129598#>. Acesso em: jul. 2012.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. de A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças.** USP, São Paulo. n. 37, p. 73 – 84, jan/abr. 2005.

LISITA, F. O. **Considerações Sobre a Extensão Rural no Brasil.** Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 77, p.1-3. abr. 2005. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM077.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

MELO NETO, J. F. de. Extensão universitária: em busca de outra hegemonia. **Revista de Extensão**. UFPB, v. 1, n. 01, p. 09-22, 1996.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005.

MUENCHEN, J. V. **O planejamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores**. 109 f. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1996.

MACHADO, A. de S. **Acompanhamento de egressos: caso CEFET-PR – Unidade de Curitiba**. 2001. 134 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 317p.

MARASCHIN, A. de F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: Um estudo de caso na Bacia de Santa Rosa – RS**. 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

MARIN, M. Z. TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. **Revista Perspectiva**, Erechim – RS, v. 34, n. 127, p. 35-51, set. 2010.

MOURA, D. H.; GARCIA, S. R. de O.; RAMOS M. N. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: Documento base**. Brasília: MEC, 2007.

Minayo, M. C. **O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

NETO, F. N. **Recomendações básicas para aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar**. Brasília DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 243p.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais...** Ouro Preto – MG. 2002.

NOGUEIRA, V. de P. Q. Educação Profissional técnica de nível médio. **Revista T&C Amazônia**, Manaus, ano VII, n. 16, p. 48-53, 2009.

OLIVEIRA, C. M. G. de; CAVALCANTE, D. L.; ARRUDA, J. D'. L.; CAMURÇA, A. M. Residência agrária: A formação de estudantes para atuarem na extensão rural como sujeito educador do campo. In: III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, III Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro e I Encontro Internacional de Educação do Campo. **Anais...** Brasília: UNB, 2010.

Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/GT1-270-204-20100520202837.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. 2012.

OLIVEIRA, J. A. **Caracterização física da bacia do ribeirão cachimbal – Pinheiral (RJ) e de suas principais paisagens degradadas**. 1998. 137 f. Dissertação (Mestrado) - UFRRJ, Seropédica, 1998.

PASSADOR, J. L.; ROSA, L. A. B. da; PASSADOR, C. S. A comercialização na agroindústria de pequeno porte: a agricultura familiar em evidência - o caso de Londrina. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Cuiabá - MT: 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/02O094.pdf>>. Acesso em 10 de jun. 2012.

PEREZ, F. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; GODOY, C. M. T.; MORAES, C. dos S.; REYS, M. A. dos. Agroindústrias familiares como estratégia de desenvolvimento para o município de Santa Rosa/RS: O caso da Legislação In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

PIERSON, A. H. C.; CORTEGOSO, A. L.; ARAÚJO FILHO, T. **Flexibilização curricular: experiências e perspectivas**. In: THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. de. (org.). *Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. **Cadastro dos Moradores da Área Rural do Município de Pinheiral (Área da antiga Fazenda Pinheiro)**. Pinheiral. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ. Secretaria de Agricultura. **Nossa Função**. 2012. Disponível em: <<http://www.pirai.rj.gov.br/secretariadeagricultura/nossafuncao.asp>>. Acesso em 08 de jul. 2012.

PESSOA, R. A. S.; BEZERRA, R.; CARVALHO, F. F. R. de. Capacitação de Produtores Rurais Para Otimização da Caprinocultura no Município de Matões-MA. In: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais...** João Pessoa: 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/tecnologia/capacitacao.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2012.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação. **Série Textos para Discussão 48**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de Agroindústria de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, UFSC, CCFCH. n. 31, Florianópolis: EDIUFSC, 2002.

PREZOTTO, L. L.; BAVARESCO, P. A.; SILVA, J. B. Manual de orientações para concepção de projetos agroindustriais da agricultura familiar. Brasília - DF, 2005.

PETTAM, K. B.; FILHO, F. B.; MEDEIROS, J. X. de; MEDAETS, J. P. P.; SANTO, E. do E. “Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em redes e isoladas no oeste de Santa Catarina”. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII. **Anais...** Cuiabá - MT: 2004. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2012.

RIO DE JANEIRO. DECRETO nº 38.757 DE 25 DE JANEIRO DE 2006. Aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Disponível em:

<http://www.seaapi.rj.gov.br/pdf/decreto/DECRETO_38%20757_APROVA%20O%20REGULAMENTO%20DA%20INSPECAO%20INDUSTRIAL.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2012.

RIO DE JANEIRO – RJ: Municípios da Mesorregião Sul Fluminense. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Rio%20Janeiro®ião=Sul>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

RIBEIRO, K. S. Q. S. Extensão Universitária – diálogos populares. In: MELO NETO, J. F. de. (Org.): **Fisioterapia na comunidade: a possibilidade de mudanças na formação acadêmica a partir de um projeto de extensão**. UFPB. Paraíba: 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_2002_extensao_dialogos_populares.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2012.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/EPSJV, v.1, n. 1, mar., 2003.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais LEI 11.982, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009c. 70p.

SILVA, J. B. da. **Mudanças no perfil sociográfico dos ingressantes no curso técnico em agropecuária dos colégios vinculados à Universidade Federal Fluminense: Implicações para gestão da escola**. 2009. 98 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009b.

SILVA, M. R. da. **A formação do Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola Nilo Peçanha – CANP/RJ: Um estudo de caso sobre a interface com a agroecologia**. Dissertação (Mestrado), UFRRJ, Seropédica. 2009a.

SILVA, M. do S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e Formação Profissional: Avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006. p. 119 – 136, 2006.

SILVA, R. R.; RAZUCK, R. C. de S.; TUNES, E. Desafios da escola atual: A educação pelo trabalho. **Química Nova**, v.31, n.2, p. 452-461, 2008.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: Princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In:

Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, vol. 3, n. 3, Jul/Set 2002 p. 38 – 48, 2002.

SIQUEIRA, H. M. de. Universidades, ONGs e Associações Rurais em Parceria Para Desenvolver a Agricultura Familiar: O caso de Sumidouro, Alegre-ES. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 123-132, 2007.

SCHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, pp. 265-286.

SANTOS, M. de O. Extensão Rural e Educação Ambiental: Um estudo de caso no Município de Paraíso do Sul-RS. **Revista Visões**, Macaé – RJ, v. 1, n. 5, Jul/Dez 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed05/ed05_artigo_8.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SIMÕES, O. **Questionamentos apresentados**. In: Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários. Santa Catarina: 2002.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. de. A agroindústria (não integrada): alternativas para a agricultura familiar. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Livro de Resumos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 1-20. CD-ROM.

_____. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia – MG, v.3, n.5, Jan/Jun 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11838>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Textos para Discussão. Brasília/DF. 2005.

SOARES, A. M. D. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?** 2003. 242 f. Tese (Doutorado) – UFRRJ, Seropédica, 2003.

SOARES, A. M. D. A política educacional e a formação de técnicos em agropecuária: movimentos de regulação ou emancipação? **Revista universidade Rural**, série Ciências Humanas. Seropédica - RJ, edur, v. 26, n. 1-2, jan.- dez., 2004. p. 132-138.

ULRICH, V. R. **A importância da extensão rural na formação de inseminadores e na melhoria da eficiência reprodutiva em bovinos de leite.** 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ, Seropédica, 2010.

VENTOLA, A.; BARROS, B. F. de; OLIVEIRA, E. R.; ALMEIDA, J. A. de; ARAÚJO, J. M. S.; FERREIRA, J. R.; PAIVA, L. R. A.; CASTRO, M. C. D. e; CASTRO, R. de C.; VALE, S. M. L. R. do. **Trabalhador na administração de propriedades em Regime de Economia Familiar: Administrando.** Brasília: SENAR, 1998. 56p.

VENTORINI, F. E. de O. **Agroindústrias familiares rurais e a construção de redes: estratégias da Quarta Colônia – RS.** 2009. 28 p. (Relatório de Estágio Curricular Supervisionado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do SUL – RS. 2009.

VIROLI, S. L. M. **Construindo o conhecimento com os alunos do Instituto Federal Tocantins – campus Paraíso: estudo de caso – o ensino da qualidade do mel.** Dissertação (Mestrado), UFRRJ, Seropédica, 2011.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista Política Agrícola**, Campinas, Unicamp, Ano VII - n. 01, p. 11-23, Jan/Mar. 1998.

VON DER WEID, J. M.. **A Agroecologia no Governo Lula.** IN: Orçamento e Política Sócio-ambiental. Boletim do INESC, Ano III, nº 10. São Paulo: INESC, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe: Agricultura Familiar em debate. **Anais...** Aracaju: Embrapa, 1997.

WESZ JUNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrário**, Buenos Aires – Argentina, vol. 9, nº 18, jan/jun 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. A importância das agroindústrias familiares no desenvolvimento endógeno e no fomento das economias locais. In: XIV Congresso de Iniciação Científica. Pelotas: UFPEL, 2005. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/conteudo_SA.html>. Acesso em 03 ago. 2012.

_____. Agroindústrias familiares e o desenvolvimento das economias locais. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul – RS, v. 10, n. 02, p. 249 - 265, 2006.

WINCKLER, C. R.; SANTAGADA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012.

ZAGO, H. I. K. **A importância da agroindústria caseira de produtos de origem animal para a agricultura Familiar no município de Arroio do Tigre/RS.** 2002. 192 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2002.

7 ANEXOS

Anexo A - Termo de autorização para desenvolvimento da pesquisa na Instituição



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NA INSTITUIÇÃO

Venho por meio deste documento autorizar a pesquisadora Julia Oliveira Barros Santoro, a desenvolver o projeto intitulado Diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral – RJ: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ no Campus Nilo Peçanha – Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Cabe citar que estou ciente que a pesquisadora está regularmente matriculada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Foi esclarecido que os sujeitos da pesquisa serão alunos do terceiro ano do curso Técnico em Agropecuária. Estou ciente de que a pesquisa consiste em resposta a questionários, entrevistas e visitas a Agroindústrias Familiares do Município, não comprometendo a qualidade de ensino e nem os sujeitos da pesquisa. A qualquer momento, os alunos poderão desistir de participar da pesquisa, não causando nenhum prejuízo às instituições envolvidas, à pesquisa ou aos alunos. Cabe citar que os procedimentos adotados pelo pesquisador garantem sigilo da identidade dos participantes. Os dados serão utilizados para a realização de relatórios internos e publicações científicas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2011.

Diretor da Instituição

Anexo B - Memorando de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RJ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP
Registrado no CONEP/CNS/MS sob Ofício nº 2203**

Nilópolis, 18 de abril de 2011.

MEMORANDO DE APROVAÇÃO

A pesquisa intitulada “**Diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral – RJ: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ**” (nº 011/11), apresentada pela pesquisadora Julia Oliveira Barros Santoro, foi aprovada Comitê de Ética em Pesquisa do CEP/IFRJ em 15 de Abril de 2011, por estar em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ministério da Saúde.

Denise Leal de Castro

**DENISE LEAL DE CASTRO
PRESIDENTE DO CEP/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RJ
MATRÍCULA SIAPE 1545603**

Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudantes)



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10/10/ 1996)

Você está sendo convidado (a) para participar da Pesquisa da Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, intitulada: Diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral – RJ: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Você foi selecionado para responder questionários e/ou entrevistas e também realizar visitas as Agroindústrias Familiares do Município e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

O objetivo deste estudo é realizar um diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral e utilizar os dados obtidos como um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para o desenvolvimento da pesquisa. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa **não** implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo com o e-mail de contato dos professores que acompanharão a pesquisa para maiores esclarecimentos.

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Nome do pesquisador: Julia Oliveira Barros Santoro

Tel: (24) 3356-5364 e 8854-1651 - e-mail: julia.santoro@ifrj.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. _____

Sujeito da pesquisa

Obs: Em caso do aluno ser menor de idade, solicita-se a assinatura do responsável

Data ____/____/____ _____

(assinatura do responsável)

Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Produtores Rurais)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10/10/1996)

Você está sendo convidado (a) para participar da Pesquisa da Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, intitulada: Diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral – RJ: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Você foi selecionado para responder questionários e/ou entrevistas e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

O objetivo deste estudo é realizar um diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município de Pinheiral e utilizar os dados obtidos como um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ.

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para o desenvolvimento da pesquisa. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa **não** implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo com o e-mail de contato dos professores que acompanharão a pesquisa para maiores esclarecimentos.

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Nome do pesquisador: Julia Oliveira Barros Santoro

Tel: (24) 3356-5364 e 8854-1651 - e-mail: julia.santoro@ifrj.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. _____

Sujeito da pesquisa

Obs: Em caso de produtor Rural ser menor de idade, solicita-se a assinatura do responsável

Data ____/____/____ _____

(assinatura do responsável)

Anexo E - Questionário de Entrada



Prezado (a) Estudante,

Este é um questionário para coleta de dados de uma investigação desenvolvida por uma aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro intitulado "Diagnóstico das Agroindústrias Familiares Rurais do Município de Pinheiral: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Seu propósito é coletar informações sobre a prática do Ensino da Agroindústria. Pedimos que colabore conosco respondendo as questões conforme as orientações prestadas. Suas informações são muito importantes para o desenvolvimento do Projeto. Obrigada!

I- IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO _____

1. Idade: _____ Sexo: M (☐) F (☐)
2. Cor: _____ Religião: _____ (☐) praticante (☐) não praticante
3. Cursou ensino fundamental em escola: (☐) privada (☐) pública municipal (☐) pública estadual
4. Qual a renda familiar mensal? _____ Alguém é aposentado? (☐) sim (☐) não
5. Quantas pessoas residem na sua casa? _____ Qual a composição familiar?

6. Reside na zona (☐) urbana (☐) rural, da cidade de _____

7. A escolaridade de seus pais é:

Pai (☐) ensino fundamental completo (☐) ensino fundamental incompleto (☐) ensino médio completo (☐) ensino médio incompleto (☐) ensino superior completo (☐) ensino superior incompleto

Mãe (☐) ensino fundamental completo (☐) ensino fundamental incompleto (☐) ensino médio completo (☐) ensino médio incompleto (☐) ensino superior completo (☐) ensino superior incompleto

8. Sua família produz produtos agropecuários? (☐) Não (☐) Sim. Quais?

9. Você escolheu o curso Técnico em agropecuária por:

- (☐) tradição familiar na produção agropecuária
- (☐) relação candidato/ vaga do curso
- (☐) por ser um curso Técnico oferecido por uma instituição Federal
- (☐) pela proximidade com a residência/ trabalho
- (☐) por ser gratuito
- (☐) vocação regional de Pinheiral
- (☐) Outros:

II- CONCEPÇÕES

10. Já participou de alguma atividade promovida pelo CANP/IFRJ com a comunidade rural do Município de Pinheiral? (☐) Não (☐) Sim. Fale-me a respeito sobre o que fizeram? _____

11. Qual a vocação agropecuária do Município de Pinheiral?

12. Para você o que é uma Agroindústria Familiar Rural (AFR)?

13. Como futuro Técnico agropecuário, como você poderia atuar em uma AFR?

14. Você já teve contato com algum agricultor familiar do município de Pinheiral? () Sim () Não

15. Considera importante para a sua formação profissional ter contato com agricultores familiares locais? () Não () Sim Por que?

16. Já visitou alguma Agroindústria Familiar no Município?

() Não () Sim. De que/ Quais?

17. Se você respondeu **não** na questão 16, informe se tem vontade visitar as Agroindústrias Familiares Município: () Sim () Não

18. Você conhece as exigências legais para a implantação e funcionamento de uma agroindústria?

() Sim () Não. Fale-me a

respeito: _____

19. Você se sente capaz de atuar no processo legal de implantação de uma agroindústria?

() Sim () Não. Fale-me a respeito: _____

20. Como você diferencia um produto alimentício produzido em uma agroindústria legalizada de uma não legalizada?

Anexo F - Questionário de Saída



Prezado (a) Estudante,

Este questionário faz parte da segunda etapa de coleta de dados da investigação desenvolvida por uma aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro intitulada “Diagnóstico das Agroindústrias Familiares Rurais do Município de Pinheiral: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Seu propósito é coletar informações sobre a prática do Ensino da Agroindústria. Pedimos que, mais uma vez, colabore conosco respondendo as questões conforme as orientações prestadas. Suas informações são muito importantes para o desenvolvimento do Projeto. Obrigada!

CÓDIGO _____

I- CONCEPÇÕES

1- Qual área do Curso Técnico em Agropecuária você desenvolveu maior afinidade?

() Produção animal () Produção Vegetal () Gestão Agropecuária () Processamento da Produção (Agroindústria) () nenhuma área () outra _____

2- Os conteúdos trabalhados na disciplina Agroindústria ao longo do ano letivo de 2011, foram para você:

() Muito importantes e **já** os colocou em prática () muito importantes e **irá** colocá-los em prática

() Não vê aplicabilidade dos conteúdos na sua vida. () outro _____

3- As visitas realizadas aos produtores Rurais do Município de Pinheiral durante o ano letivo foram para você: () Uma experiência positiva () Uma experiência negativa

4- Na sua opinião, as visitas devem fazer parte do conteúdo programático da disciplina para as próximas turmas? () Sim () Não

5- Após as visitas você:

() Teve interesse em desenvolver atividades na área de agroindústria junto aos produtores do Município;

() Não Teve despertado o seu interesse em desenvolver atividades na área de Agroindústria junto aos produtores do Município;

() Teve despertado o seu interesse em desenvolver atividades em outras áreas junto aos produtores do Município. Qual área: _____

6- Você se sente preparado para realizar uma atividade de Extensão Rural na área de Agroindústria para produtores familiares do Município de Pinheiral? () Sim () Não. Justifique sua resposta.

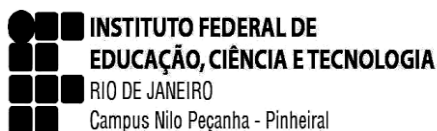
7- Que tema escolheria para trabalhar com os produtores? Justifique sua escolha

8- Hoje, você se sente capaz de atuar no processo legal de implantação de uma Agroindústria?
() Sim () Não. Justifique sua resposta

9- Qual a sua avaliação sobre a produção dos produtores familiares do Município de Pinheiral?

10- Na sua opinião, como o IFRJ/Campus Nilo Peçanha – Pinheiral pode ajudar os Produtores Familiares do município?

Anexo G - Roteiro para a entrevista com os produtores rurais



Prezado (a) Produtor rural,

Este é um roteiro de entrevista para coleta de dados de uma investigação desenvolvida por uma aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro intitulado “Diagnóstico das Agroindústrias Familiares Rurais do Município de Pinheiral: Um instrumento para a formação do Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ. Seu propósito é realizar um diagnóstico das Agroindústrias Familiares do Município e utilizar os dados obtidos no processo ensino-aprendizagem dos estudantes do CANP. Pedimos que colabore conosco respondendo as questões conforme as orientações prestadas. Suas informações são muito importantes para o desenvolvimento do Projeto. Obrigada!

I- IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO _____

DATA ____/____/____

Endereço:

1. Idade: _____ 2. Sexo: M (☐) F (☐)

3. Cor: _____ 4. Religião: _____ (☐) praticante (☐) não praticante

5. Estado civil: _____ 6. Escolaridade: (☐) fundamental completo (☐) fundamental incompleto (☐) médio completo (☐) médio incompleto (☐) superior completo (☐) superior incompleto

7. Quantas pessoas residem na sua casa? _____ 8. Qual a composição familiar?

9. Qual a renda familiar mensal? _____ 10. Alguém é aposentado? (☐) sim (☐) não

11. Profissão: _____ 12. Há quanto tempo é produtor Rural? _____

13. A sua renda familiar é composta exclusivamente da atividade agropecuária? (☐) sim (☐) não, qual a sua outra fonte de renda? _____

14. É filiado a Associação dos Produtores Rurais do município? (☐) sim (☐) não

15. Qual a área total (em hectares) da sua propriedade? _____

16. Qual o relevo predominante da sua propriedade? (a) Plano (☐) b) Ondulado (☐)

c) Montanhoso (☐)

17. A sua propriedade é: (a) Arrendada (☐) (b) Particular (☐)

18. Na sua propriedade trabalha () família () contratados () outros _____

19. Quais são os produtos agropecuários produzidos em sua propriedade?

a) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

b) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

c) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

d) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

20. Em sua propriedade você beneficia e/ou processa a sua produção? () sim () não

21. Quais produtos são fabricados?

a) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

b) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

c) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

d) _____ Volume de produção: _____ Comercializa () não () sim, onde _____

22. Onde os produtos são fabricados? (a) Na cozinha doméstica () (b) Em instalação própria para o processamento na propriedade () (c) Nas instalações da Secretaria de Agricultura do município () outros _____

23. Como aprendeu sobre o processamento dos produtos?

24. Sua produção é legalizada? () sim () não, gostaria de legalizar? () não () sim, por que não legaliza? _____

25. O(a) senhor(a) sabe o que é necessário para legalizar a sua produção? _____

26. Possui algum tipo de assistência técnica? () não () sim, sobre:

27. Quem presta a assistência técnica? _____

28. Conhece o profissional Técnico em Agropecuária? () não () sim

29. Já teve algum contato com o Campus Nilo Peçanha do IFRJ? () não () sim, como se deu esse contato? _____

30. Na sua opinião, como o IFRJ/Campus Nilo Peçanha pode ajudá-lo?

30. Caso fosse ofertado cursos de extensão na área de beneficiamento e/ou processamento de alimentos no CANP teria interesse em participar?

Anexo H - Roteiro para a realização do Grupo Focal

DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL – RJ: UM INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO CANP/IFRJ

Grupo Focal 1 – Roteiro de Debate

Data: ____/____/____

Introdução:

- Esclarecer o objetivo do Grupo Focal;
- Apresentar a operadora de gravação;
- Consultar os participantes sobre a gravação;
- Destacar a importância da participação de todos no debate;
- Explicar o que será feito com os dados após o fechamento de todos os grupos.

Questão-chave 1) O que vocês perceberam como dificuldades enfrentadas pelos produtores Rurais do Município para a produção e processamento dos Produtos agropecuários durante as visitas/entrevistas?

- Assistência técnica ()
- Escolaridade dos produtores ()
- Situação financeira ()
- Relevo das propriedades ()
- Domínio do conhecimento de técnicas ()
- Conhecimento de legislação ()
- Mão de obra ()
- Volume de produção ()
- Sanidade animal e Vegetal ()

Muitas dificuldades, porque não são superadas?

Questão-chave 2) Que alternativas podem ser buscadas para promover o desenvolvimento da produção Agropecuária, bem como o processamento dessa produção no Município de Pinheiral?

- Extensão Rural ()
- Relação dos produtores com o CANP ()

- Envolvimento da Secretaria de Agricultura ()
- Desenvolvimento de projetos ()
- Parcerias ()
- Solicitar exemplos ()

Os produtores querem alternativas para o desenvolvimento?

Quais estratégias poderíamos utilizar para aumentar a interação entre produtores e CANP?

Se vocês pudessem voltar ao primeiro ano CANP o que vocês fariam de diferente após terem conhecido um pouco da realidade dos produtores do Município.

Vocês enquanto Técnicos tem hoje a segurança para chegar nas propriedades e prestarem orientações para os produtores depois de todo conhecimento acumulado nos três anos do Curso?

Qual foi o sentimento de vocês ao visitarem as propriedades e entrevistarem os produtores?

O que vocês acharam dessa dinâmica?

Anexo I - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária do CANP/IFRJ

Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária

Disciplina	Série	CH aula teórica (horas-aula)	CH aula prática (horas-aula)	CH anual (horas)
Agrometeorologia	1ª	1	0	30
Cooperativismo	1ª	1	0	30
Estudo dos Solos I	1ª	2	0	60
Fundamentos de Zootecnia	1ª	2	0	60
Informática	1ª	1	0	30
Irrigação e Drenagem	1ª	2	0	60
Prática de Oficinas	1ª	0	1	30
Paisagismo*	1ª	1	1	60
Produção de Mudanças*	1ª	1	1	60
Apicultura*	1ª	1	1	60
Cunicultura*	1ª	1	1	60
Piscicultura*	1ª	1	1	60
Estudo dos Solos II	2ª	2	0	60
Construções Rurais	2ª	2	0	60
Mecanização Agrícola	2ª	2	0	60
Pragas, Doenças e Plantas invasoras	2ª	2	0	60
Sanidade Animal	2ª	1	0	30
Microbiologia	2ª	2	0	60
Elaboração de Projetos	2ª	1	0	30
Olericultura*	2ª	1	1	60
Fruticultura*	2ª	1	1	60
Suinocultura*	2ª	1	1	60
Avicultura*	2ª	1	1	60
Agroindústria	3ª	1	1	60

Eqüinocultura*	3ª	0	1	30
Gestão e Empreendedorismo	3ª	2	0	60
Topografia	3ª	2	0	60
Nutrição Animal	3ª	1	0	30
Projetos e extensão Rural	3ª	2	0	60
Grandes Culturas*	3ª	1*	1	60
Reflorestamento*	3ª	1*	1	60
Bovinocultura de Corte*	3ª	1*	1	60
Bovinocultura de Leite*	3ª	1*	1	60

Anexo J - Lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos (adaptada pelo autor)

CÓDIGO: _____

LISTA DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO

1. Local do Processamento:

a- () cozinha doméstica

Município

b- () Instalação própria na propriedade

c- () Instalações da Secretaria de Agricultura do

d- () Outros:

Produtos

fabricados _____

Avaliação	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Edificações e instalações			
1.1 Área Externa			
Livre de focos de insalubridade, de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente, de vetores e outros animais no pátio e vizinhança, de focos de poeira, de acúmulo de lixo nas imediações, de água estagnada, dentre outros.			
Vias de acesso interno com superfície dura ou pavimentada, adequada ao trânsito sobre rodas, escoamento adequado e limpas			
1.2 Acesso			
Direto, não comum a outros usos (habitação)			
1.3 Área Interna			
Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente			
1.4 Piso			
Material que permite fácil e apropriada higienização (liso, resistente, drenados com declive e impermeável)			
Em adequado estado de conservação (livre de defeitos, rachaduras, trincas, buracos e outros)			
Sistema de drenagem dimensionado adequadamente, sem acúmulo de resíduos, drenos, ralos sifonados e grelhas colocados em locais adequados de forma a facilitar o escoamento e proteger contra a entrada de insetos e roedores			
1.5 Teto			
Acabamento liso, em cor clara, impermeável e de fácil limpeza e, quando for o caso, desinfecção			
Em adequado estado de conservação (livre de trincas, rachaduras, umidade, bolor e descascamento)			
1.6 Paredes e Divisórias			
Acabamento liso, impermeável e de fácil higienização até uma altura adequada para todas as operações. De cor clara			
Em adequado estado de conservação (livres de falhas, rachaduras, umidade e descascamento e			

existência de ângulos abaulados entre as paredes e o piso e entre as paredes e o teto			
Avaliação	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1.7 Portas			
Com superfície lisa, de fácil higienização, ajustadas aos batentes e sem falhas de revestimentos			
Portas externas com fechamento automático (mola, sistema eletrônico ou outro) e com barreiras adequadas para impedir a entrada de vetores ou outros animais (telas milimétricas ou outro sistema)			
Em adequado estado de conservação (livres de falhas, rachaduras, umidade, descascamento e outros)			
1.8 Janelas e Outras Aberturas			
Com superfície lisa, de fácil higienização, ajustadas aos batentes e sem falhas de revestimentos			
Existência de proteção contra insetos e roedores (telas milimétricas ou outro sistema)			
Em adequado estado de conservação (livres de falhas, rachaduras, umidade, descascamento e outros)			
1.9 Vestiários e/ou sanitários para manipuladores			
Quando localizados isolados da área de produção, o acesso é realizado por passagens cobertas e calçadas			
Independentes para cada sexo, identificados e de uso exclusivo para manipuladores de alimentos			
Instalações sanitárias com vasos sanitário, mictórios e lavatórios íntegros e em proporção adequada ao número de empregados			
Instalação sanitária servida de água corrente, dotada preferencialmente de torneira com acionamento automático e conectadas a rede de esgoto ou fossa séptica			
Ausência de comunicação direta (incluindo sistema de exaustão) com a área de manipulação			
Portas com fechamento automático (mola, sistema eletrônico ou outro)			
Pisos e paredes adequadas e apresentando satisfatório estado de conservação			
Iluminação e ventilação adequadas			
Instalações sanitárias dotadas de produtos destinados a higiene pessoal: papel higiênico, sabonete líquido, papel toalha não reciclado para as mãos ou outro sistema higiênico seguro para a secagem			
Presença de lixeiras com tampas e com acionamento não manual			
Coleta freqüente do lixo			
Presença de avisos com os procedimentos para lavagem das mãos			
Vestiários com área compatível e armários individuais para todos os manipuladores			
Duchas ou chuveiros em número suficiente com água fria ou quente			
Apresentam-se organizados e em adequado estado de conservação			
1.10 Lavatórios na área de produção			
Existência de lavatórios na área de manipulação com água corrente, dotados preferencialmente de torneira com acionamento automático, em posições adequadas em relação ao fluxo de produção e serviço e em número suficiente de modo a atender toda a área de produção			
1.11 Iluminação e Instalação Elétrica			
Natural ou artificial adequada a atividade desenvolvida, sem ofuscamento, reflexos fortes, sombras e contrastes excessivos			
Luminárias com proteção adequada contra quebras e em adequado estado de conservação			
Instalações elétricas embutidas ou quando exteriores revestidas por tubulações isolantes e presas a paredes e tetos			
1.11 Ventilação e Climatização			
Ventilação e circulação de ar capazes de garantir o conforto térmico e o ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pó, partículas em suspensão e condensação de vapores sem causar danos à produção			
Ventilação artificial por meio de equipamentos higienizados e com manutenção adequada ao tipo de equipamento			
Captação e direção da corrente de ar não seguem a direção da área contaminada para a área limpa			
1.12 Higienização das instalações e dos equipamentos			
Existência de responsável capacitado pela operação de higienização			
Existência de registro da higienização			
Freqüência da higienização das instalações adequadas			
Produtos para higienização regularizados pelo Ministério da Saúde			
Disponibilidade dos produtos de higienização necessários a realização da operação			
Diluição, tempo de contato e modo de uso/aplicação dos produtos de higienização obedece as instruções do fabricante			
Produtos de higienização identificados e armazenados em local adequado			
Higienização adequada			

1.13 Controle Integrado de Vetores e Pragas			
Ausência de vetores e pragas urbanas ou qualquer evidência de sua presença como fezes, ninhos e outros			
Adoção de medidas preventivas e corretivas com o objetivo de impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação de vetores e pragas urbanas			
Em caso de adoção de controle químico, existência de comprovante de execução do serviço, expedido por empresa especializada			
1.14 Abastecimento de água			
Sistema de abastecimento ligado a rede pública			
Sistema de captação própria, protegido, revestido e distante de fonte de contaminação			
1.15 Manejo de Resíduos			
Recipientes para coleta dos resíduos no interior do estabelecimento de fácil higienização e transporte, devidamente identificados e higienizados constantemente; uso de sacos de lixo apropriados. Quando necessário recipientes tampados com acionamento não manual			
Retirada freqüente dos resíduos da área de processamento, evitando focos de contaminação			
Existência de área adequada para a estocagem de resíduos			
1.16 Layout			
Adequado ao processo produtivo: número, capacidade, e distribuição das dependências de acordo com o ramo de atividade, volume de produção e expedição			
Áreas para recepção e depósito de matéria-prima, ingredientes, e embalagens distintas das áreas de produção, armazenamento e expedição			
Atende ao correto fluxo de produção, impedindo a contaminação cruzada			
1.17 Equipamentos, móveis e utensílios			
Equipamentos e móveis da linha de produção com desenho e número adequado ao ramo			
Dispostos de forma a permitir fácil acesso e higienização adequada			
Superfícies em contato com os alimentos lisas, íntegras, impermeáveis, resistentes à Corrosão, de fácil higienização e de material não contaminante			
Em adequado estado de funcionamento			
Existência de registros que comprovem que os equipamentos e maquinários passam por manutenção preventiva			
Utensílios de material não contaminante, resistentes a corrosão, de tamanho e forma que permitam fácil higienização: Em adequado estado de conservação e em número suficiente e apropriado ao tipo de operação utilizada.			
Armazenados em local apropriado, de forma organizada e protegidos contra contaminação			
1.18 Manipuladores			
Utilização de uniforme de trabalho de cor clara, adequado a atividade e exclusivo para a área de produção			
Limpos e em adequado estado de conservação			
Asseio pessoal: boa apresentação, asseio corporal, mãos limpas, unhas curtas, sem esmalte, sem adornos, barba feita e cabelos protegidos			
Hábitos higiênicos: lavagem cuidadosa das mãos e cartazes de orientação afixados em locais apropriados sobre a correta lavagem das mãos e demais hábitos higiênicos			

Utilização de equipamentos de proteção individual			
1.19 Matéria-prima, Ingredientes e Embalagens			
Avaliar como se dá a recepção das matérias primas, ingredientes e embalagens, o local de armazenagem, como se dá a seleção, é respeitado a ordem de entrada (PEPS)			
1.20 Rotulagem, Armazenamento e Transporte do Produto Final			
Produto final acondicionado em locais e embalagens adequadas e integras e com rótulo			
Armazenados em local limpo e conservado			
Produto transportado em veículo e temperaturas adequadas			
1.21 Documentação			
Existência de manuais de BPFs e de POP			

Resultado Parcial do Pró-Extensão/2012 (Edital n.03/2012)

3 de julho de 2012 14:32

Prezado Solicitante do Pró-Extensão,
Informamos que o seu projeto encaminhado ao Edital n.03/2012 foi **APROVADO** e em breve encaminharemos maiores informações sobre a assinatura do termo de auxílio ao projeto seguindo o calendário a seguir:

EVENTOS/ATIVIDADES	DATA DE REALIZAÇÃO
Lançamento do Edital	02/05/2012
Período de inscrição das propostas	07/05 até 18/06/2012 às 17h
Divulgação do resultado parcial	03/07/2012 a partir das 12h
Interposição de Recursos	04/07/2012 das 09 as 17h
Resultados do Recurso	09/07/2012
Resultado Final do edital	12/07/2012
Contratação das propostas e Alimentação dos dados no sistema pela PROEX.	16 a 20/07/2012
Apresentação do relatório parcial e prestação de contas referente ao período do Projeto	30/11/2012
Apresentação do relatório final e prestação de contas referente ao período do Projeto	31/03/2013

Atenciosamente,
Comissão de Organização do Pró-Extensão 2012

[illegible]